

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
CAMPUS PATO BRANCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

MARIENE PERES MORONA

**O PROGRAMA MULHERES SIM E AS REPERCUSSÕES PARA O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL: VIVÊNCIAS NO CONTEXTO DO INSTITUTO
FEDERAL DE SANTA CATARINA – CAMPUS SÃO LOURENÇO D'OESTE**

DISSERTAÇÃO

**PATO BRANCO
2023**

MARIENE PERES MORONA

**O PROGRAMA MULHERES SIM E AS REPERCUSSÕES PARA O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL: VIVÊNCIAS NO CONTEXTO DO INSTITUTO
FEDERAL DE SANTA CATARINA – CAMPUS SÃO LOURENÇO D’OESTE**

**MULHERES SIM PROGRAM AND THE REPERCUSSIONS FOR REGIONAL
DEVELOPMENT: EXPERIENCES IN THE CONTEXT OF INSTITUTO FEDERAL
DE SANTA CATARINA - SÃO LOURENÇO D'OESTE CAMPUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Pato Branco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional - Área de Concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Giovanna Pezarico.

PATO BRANCO

2023



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

Esta licença permite download e compartilhamento do trabalho desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es), sem a possibilidade de alterá-lo ou utilizá-lo para fins comerciais. Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



**Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Pato Branco**



MARIENE PERES MORONA

**O PROGRAMA MULHERES SIM E AS REPERCUSSÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
VIVÊNCIAS NO CONTEXTO DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA CAMPUS SÃO LOURENÇO
DO OESTE**

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre Em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.

Data de aprovação: 01 de Setembro de 2023

Giovanna Pezarico, - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Carolina Bagattolli, Doutorado - Universidade Federal do Paraná (Ufpr)

Dra. Josiane Carine Wedig, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 01/09/2023.

Dedico este trabalho à minha mãe Geni e
às mulheres que participaram da
construção deste estudo.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meu agradecimento a todos aqueles que contribuíram de maneira significativa para concluir esta dissertação.

Primeiramente, expresso minha gratidão a Deus por me proporcionar força, perseverança necessária para enfrentar os desafios e superar as adversidades ao longo deste percurso acadêmico.

À minha família, dedico um agradecimento especial. Seu apoio incondicional, amor e incentivo foram o alicerce para chegar até aqui.

À Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus Pato Branco, agradeço por proporcionar um ambiente propício ao aprendizado e à pesquisa, enriquecendo minha jornada acadêmica e ampliando meus horizontes.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), minha gratidão pelo compartilhamento de valiosos conhecimentos, pela orientação precisa e pelo constante estímulo ao pensamento crítico. Agradeço em especial a professora Josiane Carine Wedig, pois suas contribuições na unidade curricular foram fundamentais para o amadurecimento das ideias apresentadas nesta dissertação e para além dela.

Um agradecimento especial se dirige à minha orientadora, Giovanna Pezarico. Sua dedicação, paciência e direção foram essenciais para a condução deste trabalho.

À equipe do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), agradeço pelo compartilhamento de informações e pela colaboração que enriqueceu a pesquisa.

Por fim, meu sincero agradecimento às mulheres entrevistadas. Sua participação ativa e as valiosas conversas que forneceram uma perspectiva real e relevante para este estudo. Suas vozes são essenciais para entendermos e abordarmos as questões nesta dissertação.

Eu não tinha este rosto de hoje,
Assim calmo, assim triste, assim magro,
Nem estes olhos tão vazios,
Nem o lábio amargo.

Eu não tinha estas mãos sem força,
Tão paradas e frias e mortas;
Eu não tinha este coração
Que nem se mostra.

Eu não dei por esta mudança,
Tão simples, tão certa, tão fácil:
— Em que espelho ficou perdida
a minha face?

Poema Retrato de Cecília Meireles

RESUMO

O presente estudo se insere no campo da análise de políticas públicas e as repercussões para desenvolvimento regional. As políticas públicas desempenham um importante papel frente aos problemas enfrentados por milhares de pessoas. Apesar do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as questões sociais no Brasil, a implementação delas têm apontado para resultados distintos, indicando vulnerabilidades mais severas nas relações entre pobreza e gênero. Diante deste cenário, o estudo se estrutura a partir de diálogos entre políticas públicas, mulheres e a educação profissional e tecnológica, tendo como recorte teórico metodológico o programa Mulheres Sim, desenvolvido atualmente pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), câmpus de São Lourenço do Oeste – SC. O referido programa teve como nascedouro o denominado Programa Mulheres Mil, implantado por meio de uma política pública nacional destinada às mulheres em situação de vulnerabilidade social. O objetivo proposto é analisar o programa Mulheres Sim, a partir da perspectiva da análise de políticas públicas e suas repercussões para o desenvolvimento regional. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, de campo com subsídio documental. A pesquisa foi realizada nas cidades de São Lourenço do Oeste, Jupiá e Galvão, locais em que o IFSC campus de São Lourenço do Oeste realizou as edições do programa Mulheres Sim. No que diz respeito aos sujeitos de pesquisa, o estudo envolveu atores importantes que atuaram no projeto, considerando atores políticos responsáveis pela condução do projeto, IFSC e CRAS, e mulheres beneficiárias do programa. O estudo permitiu elaborar sínteses importantes sobre o contexto no qual emerge o Programa Mulheres Sim em termos de agenda decisória; identificar os atores políticos relevantes na sua implementação; caracterizar o perfil das participantes; identificar as principais repercussões em relação aos resultados originados pelo Programa Mulheres Sim, a partir da perspectiva das participantes e da instituição promotora. Em síntese, verifica-se que os alcances do programa indicam resultados objetivos evidenciados na vida das participantes, incluindo práticas aprendidas, retomada de estudos, emprego formal e informal, empreendedorismo, envolvendo também o espaço da casa como espaço produtivo. Em aspectos subjetivos, os depoimentos das participantes indicaram mudanças na mentalidade, fortalecimento das coletividades, enfrentamento dos desafios de gênero e busca por autonomias. Quanto aos limites do programa, as mesmas são principalmente identificadas em relação às cargas horárias e temáticas, do mesmo modo que há o reconhecimento de suas limitações frente as barreiras da escolaridade e as questões da informalidade do trabalho feminino.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Institutos Federais; Programa Mulheres Sim.

ABSTRACT

This study falls within the field of Public Policies with a focus on the analysis of public policies and their repercussions for regional development. Public policies play an important role in addressing the problems faced by thousands of people. Despite the development of public policies aimed at social issues in Brazil, their implementation has led to different results, indicating more severe vulnerabilities in the relationship between poverty and gender. In this context, the study is structured based on dialogues between public policies, women, and professional and technological education, and presents as a theoretical and methodological framework the Mulheres Sim program, currently developed by Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), São Lourenço do Oeste's campus. The program was born from the so-called Mulheres Mil program, implemented through a national public policy aimed at women in situations of social vulnerability. Thus, the proposed objective is to analyze the Mulheres Sim program from the perspective of public policy analysis and its repercussions for regional development. To this end, qualitative, field, and documentary research was carried out. The research was conducted in the cities of São Lourenço do Oeste, Jupiá, and Galvão, where IFSC campus of São Lourenço do Oeste held editions of the Mulheres Sim program. Regarding the research subjects, the study involved important actors who participated in the project, considering political actors responsible for conducting the project, IFSC and CRAS, and women beneficiaries of the program. The study allowed important syntheses to be elaborated on the context in which the Mulheres Sim Program emerges in terms of decision-making agenda; to identify relevant political actors in its implementation; to characterize the profile of the participants; to identify the main repercussions in relation to the results originated by the Mulheres Sim program, from the perspective of the participants and the promoting institution. In summary, it is verified that the program's achievements indicate objective results evidenced in the lives of the participants, including learned practices, resumption of studies, formal and informal employment, entrepreneurship, involving homes in productive spaces. In subjective aspects, the participants' testimonies indicated changes in mentality, individual empowerment, facing gender challenges, and seeking independence. Regarding the program's limitations, it is noted that due to the short workload, it cannot overcome the barriers of schooling and the issues of informality in female work.

Keywords: Public Policies; Instituto Federal; Mulheres Sim Program.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMNoroeste	Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense
BSM	Brasil Sem Miséria
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CEBRI	Centro Brasileiro de Relações Internacionais
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DIREX	Diretoria de Extensão
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FIC	Formação Inicial e Continuada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IETS	Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MS	Mulheres Sim
ONU	Organização das Nações Unidas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAES	Política Nacional de Assistência Social
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PROEJA	Educação de Jovens e Adultos Profissional
PROEX	Pró-reitoria de Extensão
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Trabalho
RASEAM	Relatório Anual Socioeconômico da Mulher
CEJA	Centro de Educação de Jovens e Adultos
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIGAA	Sistema integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SLO	São Lourenço do Oeste – SC
SM	Salário Mínimo
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCUISV	Termo de Consentimento para Utilização De Imagem, Som e/ou Voz
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Áreas de problemas públicos e políticas públicas, níveis de atuação e atores protagonistas.	31
Figura 2	Estrutura de operacionalização de políticas públicas.....	32
Figura 3	Policy analysis - dimensões da política: Polity, Politcs e Policy.....	33
Figura 4	Categoria de atores políticos	36
Figura 5	Ciclo de políticas públicas	40
Figura 6	Campus do IFSC nas regiões de Santa Catarina	65
Figura 7	Programa Mulheres Sim do IFSC	70
Figura 8	Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense (AMNoroeste)	76
Figura 9	Percurso metodológico	85
Figura 10	Percurso metodológico da análise de dados.....	86
Figura 11	Subcategorias principais da entrevista realizada com as mulheres participantes	86
Figura 12	Atores políticos na implementação do Mulheres Sim	87
Figura 13	Perfil geral das participantes do Mulheres Sim - edições ano 2018 e ano 2019	92
Figura 14	Estrutura de análise da pesquisa.....	94
Figura 15	Identificação das participantes	95
Figura 16	Caracterização do perfil das mulheres entrevistadas	98
Figura 17	Síntese das caracterizações do perfil das mulheres integrantes do Programa Mulheres Sim	110
Figura 18	Percepção das entrevistadas quanto sua trajetória do Mulheres Sim	128
Figura 19	Formatação das oficinas e palestras nas edições de 2018 e 2019 .	131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Opções de formatação do curso de extensão do Programa	
Mulheres Sim	71
Quadro 2 Ofertas das edições do Mulheres Sim no IFSC - SLO	77
Quadro 3 Objetivos específicos do curso Educação e Gênero.....	130
Quadro 4 Matriz Curricular do curso "Educação e Gênero"	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Perfil geral das mulheres entrevistadas.....	99
Tabela 2 Residência familiar	101
Tabela 3 Escolaridade	102
Tabela 4 Trabalho e renda.....	107
Tabela 5 Trajetórias no âmbito do Programa Mulheres Sim.....	112
Tabela 6 Repercussões mensuráveis do Mulheres Sim na vida das egressas	132

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Faixa etária das participantes dos anos de 2018 e 2019	89
Gráfico 2 Cor / Raça declarada pelas participantes dos anos de 2018 e 2019 .	89
Gráfico 3 Estado Civil das Participantes dos anos de 2018 e 2019.....	90
Gráfico 4 Escolaridade das participantes dos anos de 2018 e 2019	91
Gráfico 5 Motivos por não concluir os estudos das participantes dos anos de 2018 e 2019.....	91
Gráfico 6 renda pessoal das participantes dos anos de 2018 e 2019	92
Gráfico 7 Renda Pessoal das Participantes do ano de 2018 e 2019.....	92

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	Justificativa	20
1.2	Estrutura Da Dissertação	23
2	REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.1	Desenvolvimento regional e políticas públicas: conceitos preliminares	25
2.2	Políticas públicas: alguns conceitos e definições	28
2.2.1	Atores políticos.....	34
2.2.2	O ciclo de políticas	40
2.3	Políticas públicas e as mulheres	43
2.3.1	Contexto histórico e desigualdade de gênero: elementos para repensar as políticas públicas com as mulheres.....	45
2.3.2	Políticas públicas no Brasil e os diálogos com as perspectivas de gênero 51	
2.4	Programa mulheres mil: uma política pública federal para as mulheres em vulnerabilidade social	60
2.4.1	Do “Programa Mulheres Mil” Ao “Programa Mulheres Sim” No Instituto Federal De Santa Catarina – IFSC	63
2.4.2	Programa Mulheres Sim no IFSC Campus de São Lourenço Do Oeste SC 75	
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	82
3.1	Caracterização da pesquisa	82
3.2	Os sujeitos de pesquisa e a coleta de dados	82
3.3	Análise dos dados - análise de conteúdo e as categorias <i>a priori</i>	84
4	ANÁLISES E CARACTERIZAÇÕES DO PROGRAMA MULHERES SIM DO IFSC SÃO LOURENÇO DO OESTE: ELEMENTOS ESTRUTURANTES	86
4.1	Caracterização do perfil das mulheres entrevistadas	94
4.2	Vivências no âmbito do programa mulheres sim	111
4.3	Repercussões do Programa Mulheres Sim	129
4.3.1	Repercussões Objetivas	132
4.3.2	Repercussões Subjetivas	143

5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
	REFERÊNCIAS	162
	ANEXO I - QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO 2018/2019.....	171
	ANEXO II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) E TERMO DE CONSENTIMENTO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM, SOM E/OU VOZ (TCUISV)	174
	APÊNDICE I - Roteiro de entrevista para as concluintes do Programa Mulheres SIM.....	178
	APÊNDICE II - Roteiro de entrevista Servidora do IFSC.....	180
	APÊNDICE III - Roteiro de entrevista Assistente Social do CRAS.	181
	APÊNDICE IV - Tabela síntese da Faixa Etária, Cor/Raça e Estado Civil das participantes do programa Mulheres Sim dos anos de 2018 e 2019.....	182
	APÊNDICE V - Tabela síntese da escolaridade das participantes do Programa Mulheres Sim dos anos de 2018 e 2019.....	183
	APÊNDICE VI - Tabela síntese da residência das participantes do Programa Mulheres Sim ano de 2018 e 2019.....	185
	APÊNDICE VII - Tabela síntese do trabalho e rendimentos financeiros das participantes do Programa Mulheres Sim dos anos de 2018 e 2019	186
	APÊNDICE VIII - Tabela síntese de outras informações das participantes do Programa Mulheres Sim dos anos de 2018 e 2019.....	187

PRÓLOGO

Antes de iniciar a exposição do presente estudo, evidenciarei alguns aspectos significativos de seu nascedouro. Neste sentido, irei me apresentar como pesquisadora a partir de uma trajetória anterior ao processo de mestrado.

Dessa forma, destaco que a escolha do tema de pesquisa ocorreu a partir de indagações e questionamentos que surgiram durante a minha trajetória de docente no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC câmpus São Lourenço do Oeste –SC em especial com a atuação no Programa de extensão Mulheres Sim. No ano de 2017 iniciei meu percurso como docente de Administração no IFSC. Ano que atuei pela primeira vez no Programa Mulheres Sim. Ministrei a unidade curricular Oportunidade de Trabalho e Negócio (8h), e ao final do Programa auxiliei na realização da feira de economia solidária e também na formatura. Neste ano tive a honra de ser escolhida professora homenageada pela turma.

No ano de 2018, o programa estava em andamento e devido ao um processo interno de remoção da coordenadora do Programa desta edição, fui designada pela direção como coordenadora substituta, assumindo as funções de acompanhamento do cronograma, orientação ao discente extensionista e demais membros da equipe durante todas as fases de implementação das atividades, administração dos recursos financeiros recebidos, bem como as demais responsabilidades no cumprimento a outras exigências legais do edital. Como o IFSC câmpus de SLO ainda apresentava poucos servidores, na época, além da coordenação, ministrei duas unidades curriculares, Ética e Cidadania (8h) e Saúde da Mulher e da Família (10h).

No ano de 2019, atuei novamente como coordenadora do programa, e também ministrei a unidade curricular Geração de Renda (18h). No período que compreende a execução do Programa Mulheres Sim, estar à frente como coordenadora e em sala de aula, compartilhando de momentos, angústias e também de conquistas, cria-se um vínculo com as mulheres participantes. Isso também nos faz refletir sobre as inúmeras batalhas que essas mulheres enfrentam diariamente e como ações como essas podem fazer a diferença em suas vidas.

Dessa forma, atuar no Programa ao longo dos anos tanto como coordenadora e como docente proporcionou uma vivência muito significativa para mim, como também para toda a equipe envolvida. Todo um trabalho desenvolvido em grupo com um esforço para desenvolver competências e aproximação com o mundo do trabalho;

os conhecimentos importantes que envolveram: estética e apresentação dos produtos, divulgação, organização comunitária, cooperativismo, cálculo de preço de custo e preço final, técnica de produção, boas práticas de manipulação; valorização do trabalho da mulher, o empoderamento feminino e a geração de renda. Todo o esforço investido no programa cria uma expectativa otimista em relação aos impactos potenciais.

A ausência de histórico sobre as repercussões do programa no câmpus do IFSC-SLO nas edições anteriores, aliada à forte relação do tema com o programa de mestrado, que aborda políticas públicas transitadas à questão de gênero e sua conexão com o desenvolvimento regional, bem como a oportunidade de analisar os resultados na vida das participantes, juntamente com a oportunidade de explorar questões inquietantes, foram os elementos que marcaram o início desta pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação dialoga com o campo de investigação das Políticas Públicas a partir da perspectiva do desenvolvimento regional e tem como temática a relação entre políticas públicas, mulheres, educação e trabalho com foco no programa de extensão Mulheres Sim, desenvolvido pelo Instituto Federal de Santa Catarina, campus São Lourenço do Oeste – SC. O estudo está vinculado à linha de Pesquisa Educação e Desenvolvimento, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UTFPR - campus Pato Branco (PPGDR/UTFPR).

Nos últimos anos, pesquisas apontaram vulnerabilidades mais severas nas relações entre pobreza e gênero. Neste contexto, diante dos problemas enfrentados por muitas mulheres, a categoria gênero vem sendo considerada pelos organismos internacionais um elemento relevante que deve ser levado em consideração no desenho de políticas públicas para reduzir elementos históricos que reproduzem as desigualdades. Enraizadas numa perspectiva patriarcal, amparada na hierarquização dos homens em relação às mulheres, em que elas são colocadas em uma posição de subordinação, essas desigualdades refletem em diversas esferas na vida das mulheres, desde o acesso à educação até sua vida profissional (Meirelles, 2021).

Segundo Carvalho (2018) são as mulheres que mais sofrem com a pobreza extrema, com o analfabetismo, com as falhas no sistema de saúde e com as diversas formas de violência. Em vista disso, amplia-se o debate sobre os possíveis impactos de algumas políticas públicas no âmbito da autonomia e emancipação feminina (Teles, 2015). Conforme apontam Lima e D' Ascenzi (2018, p. 39) “uma política pública (trans)forma uma ordem local, isto é, um sistema em que os atores (inter)agem e (re)manejam recursos. Esse sistema de ação busca orientar e delimitar a ação social por meio da (trans)formação de estrutura(s) social(is)”.

Neste cenário, a política pública tem papel importante, pois como destacado por Souza (2006), é o campo do conhecimento que busca, tanto colocar em prática como também analisar e propor mudanças nos programas e ações do governo, que produzirão resultados ou mudanças na sociedade. Seu principal foco analítico está na identificação do tipo de problema que a política pública visa corrigir, na inserção desse problema ao sistema político e na sociedade, considerando também as instituições/ regras que irão modelar a decisão e a implementação da política pública.

Diante deste contexto, a pesquisa se estrutura a partir de diálogos entre políticas públicas, desenvolvimento regional e a educação profissional e tecnológica. Para tanto, apresenta como recorte teórico-metodológico o Programa Mulheres Sim, ofertado pelo Instituto Federal de Santa Catarina, campus São Lourenço do Oeste - SC. O programa nasce por meio de uma política nacional, denominada Programa Mulheres Mil, que teve como objetivo inicial atender as mulheres do Norte e Nordeste do Brasil, cuja escolha foi motivada principalmente pelos indicadores significativos de exclusão social. Considerando as demandas regionais, o IFSC incorporou às suas práticas de extensão o Programa Mulheres Sim, por acreditar em suas potencialidades junto à formação de contingentes vulneráveis. O Programa está alinhado com políticas públicas de promoção da inclusão das mulheres nas dimensões educacional, econômica, social e cultural. Para tanto, busca subsidiar o desenvolvimento da autonomia política, da erradicação da extrema pobreza, do combate à violência, da consolidação da cidadania feminina e do desenvolvimento sustentável (IFSC, 2019c).

Dessa forma, o Programa Mulheres Sim, em curso no IFSC, teve sua primeira edição em 2014. Desde então, já foram realizados cursos em diversos campus da instituição, muitos deles direcionados para públicos específicos, como mulheres em situação prisional, imigrantes haitianas, quilombolas, transexuais, entre outros (IFSC, 2018c). No IFSC campus de São Lourenço do Oeste - SC, o programa Mulheres Sim, é ofertado desde o ano de 2016 e até o momento foram realizadas 4 edições. Nesse contexto, o objetivo geral do presente estudo é analisar o programa Mulheres Sim desenvolvido pelo IFSC campus de São Lourenço do Oeste - SC a partir da perspectiva da análise de políticas públicas e suas repercussões para o desenvolvimento regional. Com vistas ao seu atendimento, foram estabelecidos alguns objetivos específicos, a saber: descrever o Programa Mulheres Sim e as vinculações com as políticas públicas do Programa Mulheres Mil; compreender o contexto do qual emerge o Programa Mulheres Sim em termos de agenda decisória; identificar os atores políticos relevantes na sua implementação; caracterizar o perfil das participantes; identificar as possíveis repercussões em relação aos resultados originados pelo Programa Mulheres Sim, a partir da perspectiva das participantes e da instituição promotora.

A perspectiva de desenvolvimento regional assumida para a pesquisa, especialmente pelos elementos que envolvem a problemática, é percebida como um

contexto transversal. Trata-se de compreender os atravessamentos que relacionam as políticas públicas, o contexto das mulheres e como esses projetos de desenvolvimento repercutem para as vulnerabilidades em relação às mulheres. Logo o Programa Mulheres Sim, se constitui numa dinâmica interessante de análise no âmbito do Instituto Federal de Santa Catarina, porque como instituição pública também possui a expectativa e potencialidade de induzir determinadas mudanças regionais. Partindo do pressuposto de que as repercussões para o desenvolvimento regional são transversais, identifica-se como premissa que os ciclos de políticas públicas contemplam ações pensadas para determinadas regiões, territórios e sociedade.

Discutir sobre a temática do desenvolvimento implica em compreender que atualmente no sistema globalizado, é comum associar o termo à produção de riquezas e ao crescimento econômico de um país. Contudo, tal perspectiva se mostra reducionista, pois ele está relacionado há inúmeros fatores que diretamente estão ligados às condições de vida dos cidadãos, da integração social, da participação política, da produção de capital e da sua respectiva distribuição (Zambam; Kujawa, 2017). O desenvolvimento inclui aspectos humanos, principalmente a melhoria nas condições de vida das pessoas e nas suas liberdades de escolhas. Neste sentido, “essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo” (Sen, 2000, p. 32).

Apesar de grandes avanços, um número imenso de pessoas em todo o mundo é vítima de fomes coletivas, pouco acesso a serviços de saúde, educação, saneamento básico ou água tratada não possuindo a liberdade básica de sobreviver. “Adicionalmente, a desigualdade entre mulheres e homens afeta e às vezes encerra prematuramente a vida de milhões de mulheres e, de modos diferentes, restringe em altíssimo grau as liberdades substantivas para o sexo feminino” (Sen, 2000, p. 29).

Nessa perspectiva e na condição de agente, o indivíduo se coloca como membro público e como participante de ações econômicas, sociais e políticas. Isso influencia numerosas questões de políticas públicas, pois pelo exercício participativo dos direitos políticos e civis, há uma cobrança e fiscalização para que os responsáveis pela política sintonizem suas decisões de modo a atender os interesses da população, possibilitando a oportunidade aos cidadãos de debater sobre valores na escolha das prioridades e de participar da seleção desses valores. As políticas públicas devem

estar alinhadas na expansão da liberdade, pois ao contrário, a deficiência desta, está relacionada com a negação de acesso à educação de qualidade, aos sistemas de saúde com boas condições, ao emprego, à participação pública nos diversos espaços e ambientes, dentre outros (Sen, 2000).

Ainda, as políticas públicas precisam estar comprometidas em possibilitar condições para a expansão da liberdade de escolha das pessoas, elegendo o desenvolvimento das capacidades humanas e a condição de agentes como a justificativa para a existência e a atuação do Estado, com seu aparato institucional, jurídico e financeiro (Zambam; Kujawa, 2017).

1.1 Justificativa

A problemática proposta se alinha ao programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, na medida em que busca dialogar por meio de políticas públicas de educação e trabalho, análises que contribuam para compreensão das realidades locais em torno do desenvolvimento sustentável. Assim, o estudo tem como pretensão auxiliar no acompanhamento e análise do Programa Mulheres Sim como forma de aprimorar as ações institucionais do Instituto Federal de Santa Catarina, mas também compreender as trajetórias das mulheres participantes do programa, que por vezes são invisibilizadas no contexto social.

Deste modo, é notória a importância que as políticas públicas desempenham frente aos problemas enfrentados por milhares de pessoas. Há demanda por diversas políticas públicas que solucionem problemas sociais, porém os recursos são finitos, o que requer uma gestão efetiva. Segundo Secchi (2014) as políticas públicas são estudadas por razões científicas que visam entender e explicar fenômenos sociais, por razões que tratam da utilização dos conhecimentos adquiridos pelos gestores públicos e empresários e por razões políticas que procuram apreender um ferramental necessário na aplicação das políticas públicas.

O caminho a ser percorrido em direção à equidade de gênero, ou seja, em um cenário onde homens e mulheres gozam do acesso à direitos e oportunidades em todas as dimensões, ainda é longo para as mulheres e ainda mais tortuoso se esta for preta ou parda (Davis, 2016). Dessa forma, debates como esses são importantes para romper com os modelos impostos e reproduzidos. A questão de gênero tanto

nos espaços públicos quanto privados representa importante conquista e pode significar uma mudança estrutural significativa na sociedade. Assim, de forma a caracterizar tal conjuntura, algumas evidências sobre essas assimetrias e vulnerabilidades relativas às mulheres são expostas a seguir.

Cenas de violência contra as mulheres, ainda são evidenciadas com frequência na atualidade. Os índices apontam um aumento da violência tanto física, psicológica ou patrimonial, que se estabelece pelo silenciamento e é praticada principalmente por familiares. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021) no ano de 2020, 60.460 casos de violência sexual foram registrados. Isso equivale a 165 estupros por dia. Desse total, 73,7% foram casos de estupro de vulnerável, sendo que 60,6% das vítimas tinham até 13 anos. Além disso, 86,9% das vítimas eram do sexo feminino e em 85,2% dos casos o autor era conhecido. Outros registros apontam também que 230.160 mulheres denunciaram ao menos um caso de violência doméstica. Isto significa dizer que, ao menos 630 mulheres procuraram uma autoridade policial diariamente para denunciar um episódio de violência doméstica, (desconsiderando os casos que não foram denunciados). Em 2020 o país teve 3.913 homicídios de mulheres, dos quais 1.350 foram registrados como feminicídios, média de 34,5% do total de assassinatos. Em números absolutos, 1.350 mulheres foram assassinadas por sua condição de gênero, ou seja, morreram por serem mulheres (Fórum Brasileiro De Segurança Pública, 2021).

Cabe salientar que a violência não ocorre apenas no ambiente privado, como nos casos da violência doméstica e da violência sexual. Ela também está presente em espaços públicos, no ambiente de trabalho, na política institucional, nos esportes, nos ambientes online, nos meios de comunicação, e no contexto da promoção e defesa de direitos (ONU Brasil, 2021).

Outros dados estatísticos sobre a participação das mulheres no espaço público, no mercado de trabalho, na política e no espaço privado do lar mostram ainda mais a desigualdade de gênero. Apesar do número de mulheres no Brasil ser superior ao de homens, 48,2% de homens e 51,8% de mulheres (de acordo com os dados da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019), ainda há pouca representatividade no cenário político brasileiro. É importante ressaltar que apesar de no ano 2009 criar-se a política de cotas por meio da Lei nº 12.034 de 29 de setembro de 2009 (Brasil, 2009), que nasceu como uma estratégia para proporcionar a inserção das mulheres nas esferas de poder, em que é destinado 30%

das suas vagas à candidatura de mulheres, verifica-se que a mesma pouco têm contribuído para resolver a sub-representação feminina no meio político. De acordo com o TSE (2018) no ano de 2018, a participação feminina correspondeu a 13% no Senado, 15% na Câmara de Deputados e 15% nas Assembleias. Ainda assim, a participação feminina é um número restrito e a proporção de mulheres segue muito abaixo do encontrado na população brasileira, apresentando um resultado tímido, muito pouco efetivo.

É visível como o espaço político é ocupado quase que na totalidade pelo masculino, demonstrando a desigualdade de gênero e o quão as mulheres ainda estão às margens de um importante espaço que decide, aprova e dita o rumo das principais ações do país e das políticas que as envolvem. Considerando esses dados, é possível perceber que os papéis de gênero tiveram grande impacto para alavancar essa diferença, confirmando o que Butler (2018) e Wallerstein (2001), apontam sobre a divisão sexual do trabalho, a qual é justificada pelo sistema dualista e hierárquico da modernidade, no qual as mulheres ficaram condicionadas ao espaço doméstico e privado, enquanto aos homens foi atribuído o espaço público das relações políticas. Dessa forma, o trabalho executado no espaço da casa é definido como feminino enquanto o espaço público, das relações políticas, é de domínio masculino (Butler, 2018).

Outro dado estatístico na atualidade que mostra essa divisão, que acentua ainda mais as desigualdades de gênero é em relação ao trabalho doméstico. Os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), revelam, que em 2019, as mulheres dedicaram ao cuidado de pessoas ou de afazeres domésticos quase o dobro de tempo que os homens (21,4 horas por semana contra 11,0 horas). Quando o tempo trabalhado é associado ao contexto de raça, as mulheres de raça preta ou parda ainda têm um acúmulo maior de horas trabalhadas no lar.

A responsabilidade quase duas vezes maior por afazeres domésticos e cuidados ainda é também um fator limitador importante para maior e melhor participação no mercado de trabalho, pois tende a reduzir a ocupação das mulheres ou a direcioná-las para ocupações menos remuneradas. No Brasil as mulheres que trabalham em atividades laborais fora do ambiente doméstico, além de ganharem menos que os homens, trabalham mais horas que eles para realizar o trabalho de cuidar da casa e dos filhos (Piscitelli, 2009).

Além de dificultar a inserção no mercado de trabalho, os afazeres domésticos trazem limitações, mesmo para as mulheres que conseguem se inserir. A pesquisa mostra que a conciliação da dupla jornada fez com que, em 2019, cerca de um terço delas trabalhasse em tempo parcial, isto é, até 30 horas semanais. Esse tipo de situação se verificou em apenas 15,6% entre os homens empregados. A diferença de salários e rendimentos também foi apurada no levantamento. Em 2019, as mulheres receberam, em média, 77,7% do montante auferido pelos homens. A desigualdade atinge proporções maiores nas funções e nos cargos que asseguram os maiores ganhos. Entre diretores e gerentes, as mulheres receberam 61,9% do rendimento dos homens (IBGE, 2021).

Para a diretora-executiva da ação ONU Mulheres, do ano de 2017, as mulheres ainda enfrentavam desigualdades no acesso aos empregos dignos e à educação de qualidade, sobretudo porque gastam mais tempo que os homens em tarefas domésticas. Para a diretora:

É necessário mudar a forma como crianças são educadas na família, na escola e pelos meios de comunicação. O objetivo deve ser quebrar estereótipos e impedir que os jovens aprendam "que as meninas têm de ser menos, ter menos e sonhar menos que os meninos (ONU Mulheres, 2017, s.p.).

São cenários como os expostos anteriormente que reforçam a urgência em torno da análise de programas que visem contribuir com a formação das mulheres, não apenas nos processos de inserção ao trabalho, mas, fundamentalmente de ações institucionais que promovam de forma democrática o acesso a saberes que fomentem as autonomias e acesso garantido aos direitos.

1.2 Estrutura Da Dissertação

Em termos de organização, o estudo está estruturado em 3 capítulos, além desta introdução. O primeiro capítulo trata das principais ancoragens teóricas e visa problematizar temáticas como políticas públicas, suas singularidades no bojo de políticas para mulheres e busca caracterizar os programas relevantes para a análise que se propõem, quais sejam, o Programa Mulheres Mil e o Programa Mulheres Sim. O segundo capítulo se dedica a apresentar os principais elementos orientadores do percurso metodológico. Na sequência o capítulo analítico apresenta alguns

elementos de caracterização do conjunto das mulheres integrantes do estudo, bem como, a apresentação e discussão dos dados da pesquisa elaborados a partir dos objetivos anteriormente mencionados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A temática principal do estudo envolve o Programa “Mulheres Sim” desenvolvido pelo Instituto Federal de Santa Catarina, e tem como nascedouro um programa nacional com finalidades similares, denominado Programa “Mulheres Mil” implantado por meio de uma política pública destinada às mulheres em situação de vulnerabilidade social¹. Nesse sentido, esse capítulo anuncia algumas ancoragens teóricas preliminares que subsidiaram a discussão entre políticas públicas e suas repercussões para o desenvolvimento regional a partir do programa analisado.

Logo, inicialmente, serão apresentados conceitos fundamentais sobre a interação entre políticas públicas e desenvolvimento regional. A seguir, serão explorados tópicos que dizem respeito às políticas públicas, com enfoque particular na elaboração dessas políticas diante de questões de interesse público. Posteriormente, o estudo abordará reflexões sobre a transformação do papel das mulheres no contexto patriarcal, bem como as perspectivas que se delineiam na sociedade contemporânea.

2.1 Desenvolvimento regional e políticas públicas: conceitos preliminares

O desenvolvimento regional é um assunto de extensa abrangência e significado, razão pela qual os estudos relacionados a ele demandam uma análise de diversas perspectivas. Assim, ao introduzir conceitos preliminares nesta seção, o objetivo é estabelecer uma base inicial que possa contextualizar a importância das políticas públicas e das estratégias de intervenção direcionadas ao desenvolvimento regional e suas consequências no que tange à equidade, inclusão e sustentabilidade.

Não há uma definição exata do termo desenvolvimento regional, pelo fato deste incluir diversos aspectos econômicos, sociais, históricos e até mesmo contraditórios. Atualmente, o desenvolvimento regional não está apenas ligado ao crescimento econômico, mas também a aspectos sociais, culturais, ambientais e políticos, visando à melhoria da qualidade de vida. Essa abordagem requer análises

¹ De acordo com Carmo e Guizardi (2018) o ser humano vulnerável, é aquele que, conforme conceito compartilhado pelas áreas da saúde e assistência social, não necessariamente sofrerá danos, mas está a eles mais suscetível uma vez que possui desvantagens para a mobilidade social não alcançando patamares mais elevados de qualidade de vida em sociedade em função de sua cidadania fragilizada.

que considerem mudanças na sociedade e na alocação de recursos, visando a melhorar indicadores de bem-estar econômico e social (Oliveira, 2002).

Nesses preceitos, compreende-se o desenvolvimento regional como um processo de "mudança social sustentada que tem como finalidade última o progresso permanente da região, da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela" (Boisier, 1996, p. 33). Esse conceito reflete a visão abrangente e holística do desenvolvimento regional na busca da transformação contínua que tem a sustentabilidade como pilar fundamental, na qual o progresso não se limita somente ao avanço econômico, mas estende-se à região como um todo, incluindo a comunidade regional e cada indivíduo que a compõe. Ao considerar o benefício coletivo e individual como objetivos interligados, reconhece-se que o desenvolvimento engloba o bem-estar das pessoas que vivem na região.

Segundo os estudos de Theis (2019, p. 339), o entendimento de desenvolvimento regional pode ser compreendido como:

Em apertada síntese, e considerando apenas os textos acima sumariados, podem-se identificar preocupações relativas a desigualdades sócio-espaciais, relações de poder, aspectos éticos e até questões metodológicas. Contudo, a dimensão econômica é a que predomina (...) De forma que, fora do Brasil, desenvolvimento regional pode ser reconhecido, fundamentalmente, como um processo econômico.

No Brasil grande parte da produção intelectual sobre desenvolvimento regional diz respeito à obra de um de seus mais representativos intelectuais: o economista paraibano Celso Furtado. De acordo com Furtado (2009), a dinâmica do desenvolvimento regional é impulsionada por uma política de Estado conjunta com a participação da sociedade civil organizada. Nesse contexto, o planejamento emerge como um componente central nas formulações das políticas de desenvolvimento regionais, considerando as particularidades geográficas, a pressão demográfica sobre os recursos naturais, a configuração social e até mesmo as estruturas religiosas, mentais e culturais. Além desses fatores, também se leva em consideração o processo histórico de produção e consumo da região.

Neste aspecto, o Estado tem papel básico na consecução do desenvolvimento, dada à autonomia na capacidade de decisão pois sem ela, uma política de desenvolvimento não pode prosperar. Contudo, conforme destaca Furtado (2009), o desenvolvimento somente se realizará se forem criadas condições para uma participação ampla em seus frutos das massas urbanas e rurais. Essa inclusão

assegura que o desenvolvimento não seja apenas uma melhoria em termos econômicos, mas também envolva melhorias sociais, culturais e de qualidade de vida para todas as pessoas.

De acordo com Furtado (1992, p. 76):

O desafio é nada menos do que mudar o curso da civilização, deslocar o seu eixo da lógica dos meios a serviço da acumulação, num curto horizonte de tempo, para uma lógica dos fins em função do bem-estar social e do exercício da liberdade (...) estabelecendo novas prioridades para a ação política.

Sob essa visão, nos últimos anos houve um aumento substancial no empenho das comunidades locais para desenvolver políticas territoriais que buscam abordar os aspectos cruciais da complexidade contemporânea. Esse esforço tem como objetivo capacitar a região a ser protagonista de seu próprio processo de desenvolvimento (Dallabrida, 2000). Esse movimento de engajamento das comunidades na criação de políticas territoriais, não apenas reconhece as particularidades e necessidades únicas de cada região, mas também busca conceder-lhes um papel proativo na condução de seu próprio caminho de desenvolvimento.

A visão endógena do desenvolvimento regional reconhece que as regiões podem ser agentes ativos na transformação econômica e social, partindo do potencial existente em seu território. Essa abordagem envolve a cooperação de vários atores locais, como organizações, instituições e lideranças, para soluções conjuntas aos problemas comuns (Barquero, 2001).

Nesse contexto, o desenvolvimento territorial requer a participação da sociedade nos processos de gestão dos territórios por meio de um planejamento participativo. Quanto maior a capacidade de a gestão absorver os interesses locais, maior será a capacidade de serem atendidas as necessidades humanas e os anseios da sociedade local, por meio da elaboração de políticas públicas capazes de atender às necessidades de crescimento econômico, sem negligenciar os impactos causados sobre a população, e elaborar ações de combate ou mitigação das desigualdades criadas pelo sistema produtivo e as necessidades geradas pelo mercado (Barquero, 2001).

Frente a isso, destaca a importância das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional, reconhecendo que tais políticas têm o potencial de impulsionar o crescimento equitativo e reduzir disparidades entre diferentes áreas geográficas. As políticas públicas representam o conjunto de ações, estratégias e

diretrizes definidas pelo governo para abordar desafios sociais, econômicos e ambientais. No contexto do desenvolvimento regional, as políticas públicas podem ser formuladas para promover a melhoria das condições de vida em áreas específicas, ao mesmo tempo que impulsionam o crescimento econômico e a equidade.

Nesse contexto, a política pública se configura como uma ferramenta por meio da qual o governo pode canalizar seus esforços para alcançar metas de desenvolvimento regional, alinhando-as com as aspirações e demandas das comunidades locais. Isso resulta na promoção de um desenvolvimento regional sustentável e inclusivo. Na próxima sessão, serão explorados conceitos ligados à elaboração e implementação de políticas públicas.

2.2 Políticas públicas: alguns conceitos e definições

O campo de estudos sobre políticas públicas pressupõe abordagens interdisciplinares, plurais e apresenta perspectivas teóricas consolidadas para a compreensão da ação governamental, de suas estruturas e processos decisórios. Foi a partir do século XX, a princípio nos Estados Unidos e na Europa, que os estudos sobre políticas públicas (enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica) com ênfase na produção dos governos, adquirem autonomia e status científico. Os estudos e pesquisas nessa área até então, se concentravam prioritariamente na análise sobre o Estado e suas instituições (Souza, 2006).

Nos Estados Unidos, a área surge no âmbito acadêmico sem necessariamente estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, mas com ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. Na Europa, a área de política pública surge como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das suas mais importantes instituições: o governo, produtor, por excelência, de políticas públicas (Souza, 2006).

A partir disso, os conceitos e estudos sobre políticas públicas foram se consolidando e passaram a ter lugares privilegiados nas agendas governamentais. Neste sentido, Souza (2006) relata que atualmente não existe uma única, nem melhor definição sobre o que seja política pública. Porém, em sua concepção, sintetiza política pública como o campo do conhecimento que busca, tanto colocar em prática

como também analisar e propor mudanças nos programas e ações do governo, que produzirão resultados ou mudanças na sociedade. A autora foca no protagonismo dos governos nos processos das políticas, também apresenta que o principal foco analítico da política pública está na identificação do tipo de problema que a política pública visa corrigir, na chegada desse problema ao sistema político e à sociedade, e nas instituições/regras que irão modelar a decisão e a implementação da política pública.

A essência deste conceito pode ser visualizada também na definição de Lasswell (1936) ao expor que as decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. Assim, a política pública definiria os objetivos e as metas de uma ação para um determinado público-alvo, quais os resultados esperados com tal ação, como também justificando-a.

Thoenig (1992) apresenta a política pública como um programa de ação governamental em um setor da sociedade ou em um espaço geográfico, e que geralmente são atribuídos às características a seguir:

a) Um conteúdo, a atividade pública é identificada na forma de uma substância, de um conteúdo, em que os recursos são mobilizados para gerar resultados ou produtos a partir de um problema de pesquisa para ação;

b) Um programa, uma política pública não se reduz a um ato específico considerado isoladamente, ou seja, por trás de um ato, há um quadro mais geral em que este ato, essas atividades estão integradas a uma estrutura de referência ou orientação relativamente permanente, e podem estar articulados em torno de um ou alguns eixos específicos que formam um denominador comum: o setor de intervenção, o problema tratado, a perseverança do decisor público em suas escolhas e intenções.

c) Uma orientação normativa. Supõe-se que a atividade pública não é o resultado de respostas aleatórias, mas, ao contrário, a expressão de propósitos e preferências que não se pode deixar de assumir.

d) Um fator de coação. A atividade pública vem da natureza da autoridade com a qual o ator governamental está investido e tem a legitimidade que é a da autoridade legal ou exerce uma coerção baseada no monopólio da força. Assim, o ato público impõe, é habilitado como uma expressão de poderes públicos, a autoridade de que é investido é imposta à coletividade.

e) Uma competição social. Por fim, é definida uma política pública pela sua competência, pelos atos e disposições que afetem a situação, os interesses e comportamentos dos administrados.

Por sua vez, Thomas Dye (2008) descreve políticas públicas como o que o governo escolhe fazer ou não fazer. Esta definição apresenta a ideia de que o agente do processo de produção de políticas públicas é o governo. Também destaca o fato de que as políticas públicas envolvem a escolha, por parte do governo, de fazer algo ou não. Dessa forma, o autor define a política pública como o posicionamento assumido pelo governo diante de uma questão relevante para a sociedade, ainda que esse posicionamento seja de omissão. Neste sentido, optar em não fazer algo também é considerado um processo inerente ao cenário da política pública.

Lima e D' Ascenzi (2018) apontam que as políticas públicas, por meio de instrumentos considerados adequados constroem processos de intervenções junto à realidade social, pois se estabelece “num campo que volta o olhar para a sociedade do futuro, tentando moldá-la” (Lima, D' Ascenzi, 2018, p. 36). Num conceito mais amplo, Deubel (2007) afirma que a política pública se concretiza por meio de um processo pretendido para mudar um estado de coisas percebido como problemático, mas para isso as instituições do estado devem assumir total ou parcialmente a tarefa de alcançar os objetivos estabelecidos conforme desejável ou necessário. O autor considera que o envolvimento do governo, a percepção dos problemas, as definições de objetivos e processos são os quatro elementos centrais que permitem identificar a existência de políticas públicas.

Segundo Secchi (2016), o que caracteriza uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Para o autor a intencionalidade pública em resposta a um problema público são dois elementos centrais para a política pública, ou seja, o fato de uma política pública ser estabelecida é em virtude do tratamento ou da resolução de um problema entendido como coletivamente relevante. A figura 1 apresenta as áreas de problemas e políticas públicas, níveis de atuação e atores protagonistas.

Figura 1 Áreas de problemas públicos e políticas públicas, níveis de atuação e atores protagonistas.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Secchi (2016).

O problema público pode assumir também algumas perspectivas: (I) pode existir em diversas áreas e a partir do problema que se definirá o nível de atuação (II) e os atores (III) que estarão envolvidos. Neste contexto, as políticas públicas tomam forma de programas públicos, projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, entre outros. São operacionalizadas nas diversas áreas de intervenção como por exemplo saúde, meio ambiente, educação, segurança, saneamento, economia, habitação entre outras.

Neste contexto, “as políticas públicas estruturam o sistema político, definem e delimitam os espaços, os desafios e os atores” (Thoenig, 1985, p. 7). Isso mostra a profunda interligação entre as políticas públicas e o funcionamento do sistema político de um país. As políticas públicas são ações e decisões tomadas pelo governo para abordar questões específicas que alcançaram a sociedade, como saúde, educação, meio ambiente, segurança, entre outras. Essas políticas não buscam apenas resolver problemas e atender às necessidades da população, mas também desempenham um papel fundamental na moldagem do sistema político em si.

Em termos de operacionalização, Lima e D’Ascenzi (2018) destacam que as políticas públicas podem tomar forma em diferentes níveis, conforme destacado na figura 2.

Figura 2 Estrutura de operacionalização de políticas públicas



Fonte: Lima e D' Ascenzi (2018, p. 40).

Em dimensões mais amplas, é oportuno também verificar o plano da política pública, o qual apresenta a estrutura da intervenção, seus objetivos e os meios para alcançá-los. O plano corresponde ao nível estratégico. Os meios correspondem aos programas, que são as formas específicas de atingir cada objetivo definido, fazendo parte do nível tático. Os programas, por sua vez, são formados por projetos, que constituem a menor unidade de ação, a mais operativa e que representa o elo final do processo, são compostos por atividades interrelacionadas e coordenadas, voltadas para o alcance de objetivos específicos num prazo definido, por isso correspondem ao nível operacional (Lima e D' Ascenzi, 2018).

Há alguns marcadores relevantes a serem problematizados sobre as abordagens em torno das análises de políticas, como por exemplo a *policy analysis* (Frey, 2016) inicialmente inaugurada nos Estados Unidos em 1950. A *policy analysis* definida como um campo de estudos que se desmembrou das ciências políticas (e teve influência de outras disciplinas como Economia, Engenharia, Direito, Ciência política, Sociologia, Psicologia Social e Administração pública), visa compreender a interrelação entre as instituições políticas, o processo político e os conteúdos de política (Secchi, 2016).

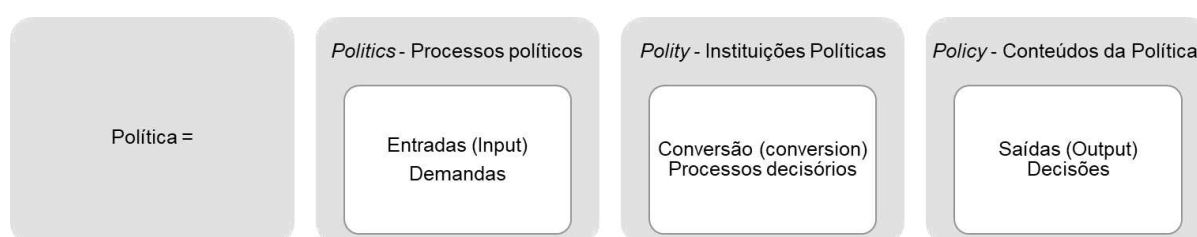
A *policy analysis* apresenta três dimensões da política, em que se tem utilizado o emprego dos conceitos em inglês *Polity*, *Politics* e *Policy* para definir cada uma:

A dimensão institucional *polity* se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo; no quadro da dimensão processual *politics* tem-se em vista o processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição; a

dimensão material *policy* refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas (Frey, 2016, p. 216).

De acordo com Frey (2016), a *polity* denomina as instituições políticas, *politics* os processos políticos e, por fim, *policy* os conteúdos concretos da política, a política pública em si, conforme a figura 3. Segundo o autor, essa divisão se mostra eficaz nos estudos para a estruturação de projetos de pesquisa, porém na realidade política elas estão entrelaçadas e se influenciam mutuamente.

Figura 3 Policy analysis - dimensões da política: Polity, Politics e Policy



Fonte: Adaptado pela autora segundo Frey (2016)

Conforme apresentado, as instituições (*polity*) são variáveis interdependentes, que influenciam tanto o jogo político (*politics*) quanto às políticas públicas (*policy*). Porém, para Frey, isso ocorre mais em políticas consolidadas, em políticas novas e conflituosas tal perspectiva não ocorre de forma tão distinta. O autor cita como exemplo a política ambiental que foram as políticas públicas (*policy*) que influenciaram a construção das instituições (*polity*) e redefiniram os atores do jogo político (*politics*).

Rua (2012) apresenta a teoria sistêmica para definir a política pública, em que a política (*policy*) é vista como o produto (*Output*) de um sistema, como a resposta de um sistema político (*polity*) influenciado por forças (*inputs*) do meio ambiente. As forças geradas no meio ambiente e que afetam os processos políticos (*politics*) são conhecidas como inputs/entradas, e podem ser, por exemplo, reivindicações de bens e serviços, ou de demandas de participação no sistema político.

O sistema político (*polity*) é o conjunto de estruturas e processos inter relacionados, que exercem as funções oficiais de alocar valores para a sociedade. Os outputs, ou saídas, do sistema político são as alocações oficiais de valores do sistema; essas alocações, por sua vez, constituem as políticas públicas (*policy*).

Enfim, para a autora, as políticas públicas (*policies*) são outputs, resultantes das atividades políticas): compreendem o conjunto das decisões e ações (*polity*) relativas à alocação imperativa de valores.

Um fator relevante nesse processo, considerado o ponto de partida da política pública, é em relação às demandas (input), denominadas como problemas públicos. De acordo com Secchi (2016) o problema público, usualmente definido como a distância entre o *status quo* e uma situação ideal possível para a realidade pública, é o ponto de partida da análise da política pública, que trata do fim ou da intenção de resolução. O autor também destaca que um problema só se torna público quando os atores políticos consideram o problema público relevante para a coletividade a que se destina a política. Se um problema é identificado por algum ator político, e esse ator tem interesse na sua resolução, este poderá então agir para que tal problema entre na lista de prioridades, ou seja, entre na agenda política.

Dessa forma, na maioria das vezes a identificação do problema público é a primeira fase do ciclo da política pública. Porém, para entrar na agenda política, o problema público precisa de propagação da percepção do problema para outros grupos da sociedade (formadores de opinião, meios de comunicação, políticos, governantes), chamados de atores políticos que elevam o problema público à condição de merecedor de intervenção pública (Secchi, 2016). Contudo, é fundamental compreender a relevância dos atores políticos nesses processos.

2.2.1 Atores políticos

Como destacado anteriormente, os atores políticos são possuidores de recursos de poder manejados no estabelecimento e construção das agendas políticas, que também recebem influências de outros diversos atores ao longo do ciclo político (Secchi, *et al*, 2019). Segundo Thoenig (1992, p. 89) “do ponto de vista da análise, uma política toma a forma de um conjunto de práticas e normas que emanam de um ou vários atores públicos”.

De acordo com Secchi *et al* (2019), o termo ator é utilizado para identificar as organizações e os grupos que desempenham algum papel, direto ou indireto, na arena política, influenciam a opinião pública sobre o que deve ser considerado um problema coletivo, e no que deve ou não fazer parte da agenda:

Os atores políticos são aqueles indivíduos, grupos ou organizações que desempenham um papel na arena política. Os atores relevantes em um processo de política pública são aqueles que têm capacidade de influenciar, direta ou indiretamente, o conteúdo e os resultados da política pública. São os atores que conseguem sensibilizar a opinião pública sobre problemas de relevância coletiva. São os atores que têm influência na decisão do que entra ou não na agenda. São eles que estudam e elaboram propostas, tomam decisões e fazem que as intenções sejam convertidas em ações (Secchi et al, 2016 p. 139).

Neste sentido, Deubel (2007, p. 27) aponta que “a ação governamental é desenvolvida para e por meio de atores sociais. São eles que concebem, decidem e implementam, como também são os destinatários dela, direta ou indiretamente, eles são as pessoas”. Nesse ponto de vista, as pessoas são consideradas fundamentais em todo o processo da política pública, pois além de estarem a frente na execução, também são um dos motivos pelos quais serão executadas.

Secchi *et al* (2019), destaca que os atores podem ser divididos em categorias, primeiramente como atores individuais (alguns exemplos como políticos, burocratas e formadores de opiniões) e coletivos (grupos, as organizações, partidos políticos), em que ambos agem intencionalmente em uma arena política, ou seja, são coordenados².

Outra forma de organização está representada na figura 4, em que os atores são divididos em governamentais e não governamentais.

² A divisão de atores em categorias agrega aqueles que possuem características em comum e distingue aqueles com características diferentes. Embora alguns atores apareçam em uma mesma categoria, não significa que tenham comportamentos ou interesses em comum, podem até muitas vezes ter comportamentos conflitantes (Secchi *et. al*, 2019).

Figura 4 Categoria de atores políticos



Fonte: Elaborado pela autora de acordo com Secchi *et al* (2019)

Fazem parte dos atores governamentais: os políticos; designados politicamente; burocratas; juízes e promotores públicos. Os políticos são atores fundamentais no processo de políticas públicas, além de serem representantes de interesses da coletividade com acesso privilegiado às esferas de poder estatal, são portadores de autoridade e são símbolos, atuando como pessoas públicas em funções cerimoniais. Além disso, os políticos têm como papel primordial identificar os problemas públicos e decidir quais políticas públicas são adequadas para combatê-los (Secchi *et. al*, 2019). Os designados politicamente, na legislação brasileira, podem ser de dois tipos: aqueles investidos de funções de confiança (acessíveis exclusivamente aos servidores públicos de carreira) e aqueles investidos de cargos comissionados (são acessíveis tanto aos burocratas quanto às pessoas externas à administração pública (Secchi *et. al*, 2019).

Por sua vez, os burocratas (termo utilizado para designar o corpo de funcionários públicos) têm a função primordial de manter a administração pública ativa. Segundo o modelo gerencial, são detentores de conhecimento técnico sobre o serviço que prestam (exemplos: policiais; médicos; contadores; assistentes sociais e professores), conseguem assim entender melhor os requisitos essenciais para um bom funcionamento do serviço público. Como os burocratas estão mais próximos dos destinatários das políticas públicas e conhecem o funcionamento da máquina estatal, podem assim, entender melhor os comportamentos e as necessidades desses,

podendo favorecer na implementação das políticas públicas (Secchi *et. al*, 2019). Neste contexto, a influência da burocracia acontece em todas as fases do ciclo de política. Os burocratas “são vistos como detentores de alguns recursos importantes que possibilitam o aumento da eficácia das políticas públicas” (Secchi et al, 2019, p. 146). Os juízes, os promotores públicos ou promotores de justiça são servidores públicos que desempenham importante papel no processo de política pública, especialmente no controle de implementação daquilo que está previsto em lei (Secchi *et. al*, 2019).

Quanto à categoria de atores não governamentais, integram os grupos de interesse: partidos políticos; meio de comunicação; think tanks; destinatários das políticas públicas e organizações do terceiro setor, os quais serão descritos a seguir. Destaca-se também que além desses atores, outros conseguem deixar suas marcas em alguns processos de elaboração de políticas públicas, como os fornecedores, os especialistas, os organismos internacionais e as comunidades epistêmicas (Secchi *et. al*, 2019).

Os grupos de interesse também são conhecidos como grupos de pressão e podem ser formalmente constituídos (sindicatos, colegiados profissionais, associações comerciais), ou serem informais, (movimentos feministas, movimentos dos sem-teto, grupos ambientalistas). Segundo Secchi *et. al.* (2019 p. 152) os grupos de interesse influenciam:

- a) o reconhecimento ou encobrimento de problemas públicos, utilizando canais privilegiados aos meios de comunicação e as instâncias de poder governamental; b) a prospecção de soluções, apresentando metodologias de controle do problema, de forma a não afetar seus interesses; c) a tomada de decisões, pressionando direta ou indiretamente os tomadores de decisão; d) a implementação das políticas públicas, influenciando os agentes implementadores; e) a avaliação das políticas públicas, sublinhando diante da opinião pública a eficácia ou ineficácia das políticas públicas.

Os grupos de interesse utilizam vários meios para fazer seus interesses serem ouvidos e respeitados no processo de elaboração de políticas públicas: campanhas publicitárias, lobby, financiamento de campanhas eleitorais, marchas ou paradas, greves e corrupção ativa. Em alguns casos, a simples existência de um grupo de pressão consegue influenciar o desenho da política pública (Secchi *et. al* 2019).

Sobre os partidos políticos, trata-se de organizações formalmente constituídas em torno de um projeto político, A principal função dos partidos políticos

é servir de elo entre os interesses da sociedade e o governo. Buscam influenciar ou ser protagonistas no processo de decisão pública e administração do aparelho governamental, por meio da formação e canalização de interesses da sociedade civil (Secchi *et. al*, 2019).

Do mesmo modo, ocupa papel relevante, a mídia, pelo seu papel de difusor de informações, representando uma categoria de atores importantes nas democracias contemporâneas. A mídia também exerce papel de controle sobre a esfera política e a atuação da administração pública, por meio do jornalismo investigativo, denunciando corrupção e apontando as melhores práticas. Outro fator relevante, é a capacidade dos meios de comunicação de influenciar a opinião pública, assim, desempenham papéis determinantes nas fases de construção da agenda e de avaliação das políticas públicas, uma vez que podem dar ênfase ou simplesmente ignorar um problema público (Secchi *et. al*, 2019).

Secchi *et. al*. (2019) também aponta para configurações mais contemporâneas acerca das organizações de pesquisa e aconselhamento em políticas públicas, as chamadas “*Think Tanks*”. São focados na produção de novos conhecimentos, por isso também são conhecidos como institutos de políticas públicas ou usinas de ideias. Possuem um papel de ativismo na formação da agenda da mídia política e institucional, pois como atuam na produção e disseminação de conhecimento relevante para a formulação, decisão e avaliação de política pública, possuem assim, influência da opinião pública quanto a problemas públicos e alternativas de políticas públicas. No Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) são exemplos de *think tanks* brasileiros, embora muitos não explicitem o termo *think tank* (Secchi *et. al*, 2019).

Entretanto, não se pode tratar dos atores relativos às políticas públicas sem mencionar os seus beneficiários, também conhecidos como *policytakers*, indivíduos, grupos e organizações para os quais a política pública foi elaborada. Nesse sentido, é importante mencionar que muitas vezes são rotulados como uma categoria passiva de atores, pois são os que mais recebem influência do que provocam no processo de elaboração de políticas públicas. Porém, existem situações em que os destinatários que atuam como ativistas na internet (websites, blogs, redes sociais), conseguem moldar a opinião pública, que é capaz de influenciar as escolhas políticas, e articular

os interesses de grupos difusos. Em outras situações, como no caso das políticas constitutivas, os destinatários das políticas públicas são chamados para participar da tomada de decisão (por exemplo, planejamento orçamentário participativo, conselhos gestores etc.) assumindo o papel de tomadores de decisão.

Quando os destinatários das políticas públicas têm seu potencial de influência prejudicado (dispersos geograficamente, heterogêneos e incapazes de organizar recursos em torno da defesa de seus interesses) as corporações, grupos de interesse e os meios de comunicação atuam mais na articulação de seus interesses do que a própria categoria dos destinatários (Secchi *et. al*, 2019). Isso se refere aos processos tensionados pelo por movimentos coletivos e sociais que também atuam fortemente no processo de pressionar os atores políticos para ingresso de suas demandas na agenda política. Exemplo disso, diz respeito ao contexto das mulheres, que muitas vezes se mostram articuladas e atuantes também no sentido de não apenas fomentarem a elaboração de políticas, mas a partir de movimentos articuladores participarem ativamente de suas constituições.

Em mesmo sentido, é importante ressaltar as perspectivas assumidas pelas participações de entes coletivos no processo. As organizações do terceiro setor são organizações privadas sem fins lucrativos que lutam por algum interesse coletivo (exemplos como: SOS Mata Atlântica, o Contas Abertas, a Operação Amazônia Nativa-Opan, a Igreja Católica, o Politize!, e Instituto Nordeste Cidadania). Elas atuam em áreas sociais em que a ação estatal é insuficiente ou inexistente, como saúde, educação, meio ambiente, cultura e proteção de minorias, articulando suas ações na busca de um interesse primordialmente coletivo. Devido a isso, são chamadas para participar tanto na tomada de decisão como na implementação e avaliação das políticas públicas (Secchi *et. al.*, 2019).

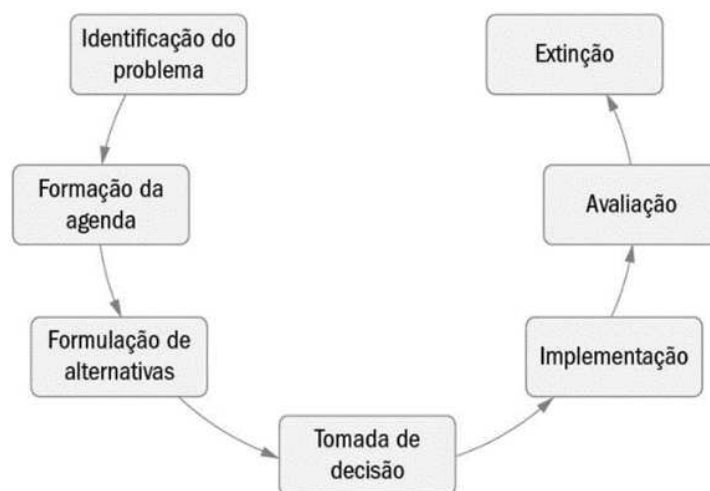
Numa política pública, encontram-se diversos atores, os quais têm algum interesse na política pública, a ponto de mobilizarem esforços para criar, suprimi-la ou modificá-la. Tais dinâmicas ganham maior sentido, se verificadas a partir da compreensão sobre o ciclo de políticas, esmiuçado na seção seguinte.

2.2.2 O ciclo de políticas

A sessão anterior buscou demonstrar como os atores políticos participam na formulação de políticas públicas. Quando um grupo pretende levar adiante sua visão sobre um problema, buscará expandi-lo, mobilizando o grupo maior de indivíduos que compõem a audiência. Para Capela (2018), esse processo é essencial para a formação das políticas, as quais passam por diversos estágios e em cada um deles, os atores, as coalizões, os processos e as ênfases são diferentes.

O processo de elaboração de uma política pública, ainda que com etapas simultâneas pode ser contemplada na figura 5. O ciclo de políticas públicas é um esquema de visualização e interpretação que auxilia na organização de ideias e simplificação dos processos.

Figura 5 Ciclo de políticas públicas



Fonte: Secchi (2013, p. 46)

São sete principais fases de uma política pública: 1 – Identificação do problema; 2 – Formação da agenda; 3 – Formulação de alternativas; 4 – Tomada de decisão; 5 – Implementação; 6 – Avaliação e 7- Extinção.

Conforme mencionado, o ciclo auxilia numa melhor organização e visualização dos processos que envolvem a política pública, porém não é o único padrão existente. Deubel (2007) cita a ferramenta para o desenvolvimento de uma política pública proposta por Jones (1970) em cinco fases: 1) identificação de um

problema, 2 - formulação de soluções, 3- tomada de decisão, 4- implementação e 5- avaliação.

A primeira fase do ciclo que é identificação do problema, se dá por diversas formas: pela diferença entre uma situação desejada (ideal) e a situação vivenciada; por um problema causado subitamente (exemplo de uma catástrofe natural); pode ser que seja gerado aos poucos (aumento da urbanização); pode ser que exista há anos, porém a coletividade acostumou-se a conviver com ele (Secchi, 2013).

A agenda, segundo Secchi (2013), é formada pelos problemas elencados como relevantes e pode ter vários formatos: programa de governo; planejamento orçamentário; estatuto partidário; ou uma lista de assuntos importantes. Conforme a repercussão do problema público é que se condiciona as agendas políticas e institucionais. Por isso que existem problemas que não conseguem entrar para a agenda e outros que permanecem por pouco tempo. Para Meny, Thoenig e Morrata (1992) a agenda é um mecanismo seletivo que deixa passar ou não problemas que precisam da intervenção pública. Assim, a agenda abrange um conjunto de problemas polêmicos públicos, é considerada (por políticos) um mecanismo essencial em uma sociedade.

Capella (2018) destaca que a agenda envolve os problemas considerados importantes que merecem atenção do governo e são priorizados de acordo com o resultado da ação política de atores como burocratas, movimentos sociais, partidos políticos, mídia, entre outros. Segundo a autora, nessa fase é necessário analisar o processo pelo qual problemas são considerados mais (ou menos) relevantes ao longo do tempo, elemento chave para compreender a ação (ou a falta de ação) governamental.

Após um problema ser introduzido na agenda, a próxima etapa corresponde ao estabelecimento de objetivos e estratégias para a construção de alternativas e possíveis soluções, que são embasadas na aplicabilidade, custos, benefícios e principalmente nos resultados esperados da política pública pelos atores políticos envolvidos no processo. Um fator importante nesta etapa é a definição dos objetivos que permitirão nas fases posteriores orientarem as ações, tomada de decisões, implementação e avaliação de eficácia das políticas públicas (Secchi, 2013).

Sucedendo a etapa de formulação de alternativas de soluções, a tomada de decisão representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados. Existem três formas de entender a escolha das alternativas de soluções para os

problemas públicos: a) a decisão é tomada a partir do problema e com base no estudo de alternativas possíveis levantadas, busca-se a mais apropriada em termos de custo, rapidez entre outros fatores; b) as decisões são ajustadas conforme os problemas vão sendo solucionados, ambos, problemas e soluções ocorrem de forma simultâneos; c) as decisões partem das soluções já formuladas de problemas públicos e a partir disso partem para dar representatividade a esses problemas para que a proposta de solução se transforme em política pública (Secchi, 2013). Há outros entendimentos quanto às tomadas de decisões, porém não serão elencadas neste momento.

A fase de implementação da política pública sucede à tomada de decisão, e nessa fase que são de fato produzidos os resultados concretos da política pública, ou seja, é o momento em que os planos são convertidos em ações e finalmente se executa as políticas públicas. Nessa etapa pode ocorrer divergências, falhas ou até mesmo desvios que podem repercutir para os resultados esperados. Esses fatores podem ocorrer de erros anteriores à tomada de decisão, problemas e soluções mal formulados, problemas técnicos, ou de pessoal ou de gestão, enfim, caso ocorra isso, precisa-se de uma análise aprofundada para corrigir e voltar ao percurso esperado (Secchi, 2013).

Além disso, após a implementação das políticas públicas, Secchi (2013) destaca que a próxima etapa é a de avaliação, que envolve o processo de implementação e o desempenho obtido da política pública. Assim são verificados os pontos positivos, o nível de redução do problema que a gerou, enfim, nessa fase é produzido o feedback sobre as ações anteriores. Para isso são gerados critérios para os julgamentos, em que os principais critérios são: economicidade, produtividade, eficiência econômica, eficiência administrativa, eficácia e equidade.

O ciclo que envolve as políticas públicas repercutirá em resultados que terão impacto diretamente nos sujeitos destinatários das políticas públicas, além de envolver recursos humanos, financeiros, esforços de todo um sistema.

Apesar de apresentarem essa sequência, raramente esse ciclo reflete a real dinâmica de uma política pública. Essas etapas são frequentemente citadas em teorias e abordagens de políticas públicas como um guia para o processo de desenvolvimento e implementação de políticas. No entanto, é importante reconhecer que, na prática, a dinâmica do ciclo de políticas públicas pode ser muito mais complexa e variada.

Muitos fatores podem afetar a sequência e a lógica das fases do ciclo de políticas públicas. Por exemplo, políticas pressionadas, mudanças nas circunstâncias, interesses diversos, questões emergentes e até mesmo a falta de recursos podem levar a desvios ou atalhos no ciclo. Algumas políticas públicas podem enfrentar resistência durante a fase de tomada de decisão, o que pode influenciar a maneira como são integradas ou avaliadas. Além disso, as políticas públicas muitas vezes não seguem uma linha reta; podem ocorrer retrocessos, ajustes e mudanças de rumo ao longo do processo.

A realidade política e social é dinâmica e muitas vezes imprevisível, o que pode resultar em desvios atraídos da sequência idealizada do ciclo de políticas públicas. É importante que os formuladores de políticas e investigadores estejam cientes dessas nuances e estejam preparados a adaptados suas abordagens de acordo com as complexidades do contexto em que estão trabalhando.

Muitas vezes os resultados almejados numa formulação de política pública, nem sempre são os que são alcançados, dessa forma, destaca-se a importância da análise da implementação da política pública, tema da próxima sessão de estudo.

2.3 Políticas públicas e as mulheres

A partir da construção realizada anteriormente sobre políticas públicas, o objetivo da seção é voltar o olhar para o recorte de estudo em relação a políticas públicas e as mulheres. Neste sentido, o presente capítulo busca traçar um breve panorama histórico em relação às construções sociais acerca do feminino e masculino com o objetivo de repensar a formulação de políticas públicas não “para” as mulheres e sim “com” as mulheres, abordando também a questão de políticas públicas no Brasil em diálogo com as perspectivas de gênero.

Apesar de alguns avanços, são muitas as evidências das dificuldades enfrentadas pelas mulheres em seu cotidiano. Os indicadores atuais no Brasil, apresentados anteriormente, mostram que a desigualdade entre homens e mulheres ainda é grande: violência, falta de representatividade política, no mercado de trabalho cargos e salários inferiores ao dos homens, vulnerabilidade social mais acentuada nas famílias chefiadas por mulheres, acúmulo de horas trabalhadas (trabalho formal X trabalho doméstico). As mulheres não têm o mesmo acesso que os homens à

recursos e meios de produção, como terra, crédito, herança, como também não recebem o mesmo salário que os homens e ao mesmo tempo, tem duplas jornadas, elas continuam sendo responsáveis pelo cuidado da família e do lar. Neste contexto, as ações governamentais, as políticas públicas e os programas desenvolvidos por governos podem exercer um papel importante diante deste quadro de desigualdades.

São várias os esforços na luta pela igualdade de gênero, que vai além da dimensão da cidadania e do direito à vida, e devido ao seu impacto o assunto integra o quinto (5) Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 no Brasil: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, tendo como metas (ODS Brasil, 2022):

5.1 acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte 5.2 eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos 5.3 eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas 5.4 reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais 5.5 garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública 5.6 assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da CIPD e da Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão 5.a empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais 5.b aumentar o uso de tecnologias de base, em particular das TIC, para promover o empoderamento das mulheres 5.c adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação exequível para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis (ODS Brasil, 2022, disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=5>. Acesso dia 04/01/2022).

Dessa forma, além de buscar o fim da discriminação e da violência contra mulheres e meninas, envolve também questões econômicas, buscando reformas que levem a direitos iguais à propriedade, controle sobre a terra, recursos financeiros, herança e recursos naturais. Como estratégia para conferir mais poder às mulheres, contempla o uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação.

A igualdade de gênero tanto nos espaços públicos quanto privados representa importante conquista e pode significar mudanças estruturais significativas na sociedade. Diante disso, a próxima seção abordará um breve contexto histórico

acerca da constituição do feminino, trazendo novos elementos para repensar a formulação de políticas públicas com as mulheres.

2.3.1 Contexto histórico e desigualdade de gênero: elementos para repensar as políticas públicas com as mulheres

Essa seção tem como objetivo abordar as questões das desigualdades de gênero a partir da construção social ao longo da história e o papel das políticas públicas neste contexto, uma vez que as ações governamentais, as políticas públicas e os programas desenvolvidos por governos podem exercer um papel importante diante das desigualdades.

Neste contexto, nos últimos anos, o gênero vem sendo considerado um elemento principal que deve ser levado em consideração no desenho de políticas públicas para reduzir elementos históricos que reproduzem as desigualdades de gênero, sendo fundamental nesse processo, diálogos e esforços conjuntos e de forma integrada de todos os atores da sociedade. Nesse sentido, para Lahoz-Lorenzo (2021, p. 260) “as políticas públicas podem gerar mudanças se considerarmos o gênero como uma construção social onde o contexto importa e a mudança pode ser gerada”.

Neste sentido, a desigualdade marca o privilégio de um gênero em detrimento de outro, ou outros. De acordo com Floriani e Vergara (2015) essas relações sociais são criações do próprio homem, segundo sua intencionalidade que mudam conforme o tempo e o espaço. Assim, tudo o que se vivencia, a começar pelos papéis atribuídos aos homens e as mulheres foram criados culturalmente.

Para Lugones (2014), o pensamento capitalista e colonial impôs um padrão que classifica e divide as pessoas, atribuindo-lhes atributos, estereótipos, além de hierarquias em relação à raça, gênero e classe social. A autora destaca que uma posição hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental, acompanhada pela distinção hierárquica entre homens e mulheres. Dessa forma, um modelo tornou-se padrão mundialmente: homem europeu, burguês, colonial moderno, ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. Neste padrão, não havia espaço para as mulheres europeias burguesas, que eram vistas apenas como alguém passiva que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, atrelada ao lar

a serviço dos homens brancos europeus burgueses. A partir disso, para Lugones (2014), gênero é uma construção da modernidade e da colonialidade, que faz com que as mulheres ocupem lugares subalternos, submissos e silenciados em que foram e são submetidas ao longo do tempo em função de uma cultura colonial/patriarcal/capitalista.

Nessa mesma perspectiva, Quijano (2000) destaca que é a partir da colonialidade que se cria um padrão mundial de poder capitalista e se impõe um pensamento hegemônico, branco/masculino, a classificação racial/étnica da população em que as relações de exploração/dominação/conflito estão ordenadas, impondo classes, racismo e sexísmos além de outras formas de opressões.

A partir deste contexto, cria-se o privilégio epistêmico dos homens ocidentais. Dessa forma, conforme aponta Grosfoguel (2016), a partir do domínio do homem branco europeu sob os demais povos, os conhecimentos dos povos não-europeus sofreram um processo de repressão que ocasionou na quase extinção de algumas comunidades indígenas e negras e, junto com elas, seus modos de interpretar o mundo, criando um padrão único, que destruiu as riquezas e diversidades culturais. Tavares et al (2009) definem esse processo como uma espécie de epistemicídio, caracterizada como à destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se a riqueza de perspectivas presentes na diversidade cultural e nas visões do mundo por elas protagonizadas.

Consequentemente, de acordo com Grosfoguel (2016) a ciência moderna sofre uma intencionalidade vinculada ao um pensamento hegemônico europeu que dominou o mundo e sobre ele exerceu sua ação e seu poder, impactando instituições sociais, políticas e religiosas, pois suas teorias são supostamente suficientes para explicar as realidades sócio-históricas do restante do mundo.

Esse padrão de poder mundial é o primeiro que cobre a totalidade da população do planeta e é denominado por Wallerstein (2010) como sistema-mundo moderno. Foi a partir da Modernidade, com o aparecimento da economia-mundo capitalista que o modo com que os povos viviam e se relacionavam entre si e com a terra mudou profundamente. Criou-se uma divisão sexual do trabalho, classificando entre trabalho produtivo e reprodutivo, no qual as mulheres ficaram condicionadas ao espaço doméstico e privado (reprodutivo, improdutivo), enquanto aos homens foi atribuído o espaço público das relações políticas e econômicas institucionalizadas

(externo do lar, produtivo e remunerado). Essa divisão produziu uma desvalorização financeira e social do trabalho das mulheres e um sexismo institucionalizado.

Nessa mesma perspectiva, Davis (2016) aponta que:

À medida que a ideologia da feminilidade – um subproduto da industrialização – se popularizou e se disseminou por meio das novas revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo. A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca. Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de “mãe” e “dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade (Davis, 2016, p. 29).

Segundo a autora, a partir da industrialização cria-se uma ideologia de feminilidade, na qual o padrão imposto era das mulheres como mães e donas de casa. Neste aspecto, Federici (2019) aponta que o trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado.

O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração. Por sua vez, a condição não remunerada do trabalho doméstico tem sido a arma mais poderosa no fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é trabalho, impedindo assim que as mulheres lutem contra ele, exceto na querela privada do quarto-cozinha, que toda sociedade concorda em ridicularizar, reduzindo ainda mais o protagonismo da luta. Nós somos vistas como mal-amadas, não como trabalhadoras em luta (Federici, 2019, p. 43).

Para a autora, o trabalho doméstico é uma atribuição invisibilizada imposta pelo capitalismo às mulheres, no qual a intenção principal é de fornecer para as fábricas, trabalhadores com suas necessidades atendidas (roupa limpa, bem alimentados, entre outras situações) para assim executarem suas tarefas diárias e produzirem o lucro para seus patrões. Por sua vez, as mulheres além de executarem o trabalho doméstico, se tornam dependentes dos homens, de seus trabalhos e de seus salários.

Neste aspecto, há uma relação desigual, os dois trabalham, porém só o trabalho dos homens é considerado trabalho e que merece ser remunerado. Ainda segundo a autora, ao negar um salário ao trabalho doméstico e transformá-lo em um ato de amor, o capital obteve uma enorme quantidade de trabalho quase de graça. O trabalho doméstico que o capitalismo outorgou às mulheres é naturalizado e sexualizado, uma vez que se torna um atributo feminino, e que as caracteriza como

mulheres para serem aceitas nesta sociedade. Assim, o trabalho doméstico não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade feminina, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da natureza feminina.

Outro fator a ressaltar são os contextos de violências vividos pelas mulheres. Desde a colonialidade, muitas mulheres sofreram, além da violência física a mais cruel forma de violência (depois do homicídio), o estupro, como aponta Davis (2016, p. 25; 26):

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. [...] Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também esturpadas.

Segundo a autora, as mulheres eram obrigadas a trabalhar na mesma intensidade e serviços que os homens, porém as punições eram mais severas. A consciência que as mulheres tinham de sua capacidade ilimitada para o trabalho pesado pode ter dado a elas a confiança em sua habilidade para lutar por si mesmas, sua família e seu povo resistindo à desumanização diária da escravidão.

Nesse cenário, Spivak (2010) relata que a situação de marginalidade que é mais arduamente imposta ao gênero feminino especialmente no âmbito das intersecções, confere à condição de subalternidade feminina: a da pobreza, a do gênero e a da cor. Esses fatores repercutem em situações nas quais as mulheres negras permaneçam no lugar demarcado ideologicamente e que lhes foi reservado: um lugar que não é central, mas periférico. Nessa situação da subalternidade feminina, existem muitas questões silenciadas, posto que a “mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir” (Spivak, 2010, p.15). Como resultado, segundo Spivak (2010) o sujeito se torna transparente ou invisível e o silêncio o neutraliza e por não ser ouvido, o subalterno não se representa.

A vista disso, é necessário repensar sobre como as políticas públicas para as mulheres são elaboradas. Geralmente são formuladas por homens, brancos, de

classe social média a alta, sem a participação das mulheres, como se as mesmas não tivessem condições de participar na elaboração. Frequentemente pensadas de cima para baixo de forma a reforçar os sistemas de submissão, inferioridade e subalternidade. É necessário repensar sobre homens fazendo políticas sobre maternidade, violência, entre outros aspectos que envolvem as mulheres. Isso faz com que as políticas públicas emergem com aspectos colonial, patriarcal e que reforcem cada vez mais as desigualdades de gênero. É necessário pensar políticas públicas a partir das vivências reais das mulheres, com espaços para as vozes das mulheres para participarem desse processo e saírem da posição de subalternidade.

Nessa perspectiva, para que ocorra a mudança deste cenário, Butler (2018) propõe a formação de alianças, mobilizadas pela formação de uma consciência maior de grupo, como formas de mobilização, em que os corpos congregam, se movem e falam juntos e reivindicam um determinado espaço como público, na luta por justiça social, política e econômica. Para a autora:

O direito de ter direitos não depende de nenhuma organização política particular para a sua legitimação. Como o espaço de aparecimento, o direito a ter direitos antecede e precede qualquer instituição política que possa codificar ou buscar garantir esse direito. Ao mesmo tempo, ele não deriva de nenhum conjunto de leis naturais. O direito passa a existir quando é exercido, e exercido por aqueles que agem unidos em aliança (Butler, 2018, p. 57).

Para a autora, isso requer o aparecimento de corpos em espaços públicos, não necessariamente limitada aos espaços estruturais da política, mas sim espaços públicos de aparecimento em que esse faz surgir a política das ruas.

Neste cenário, Lugones (2016) propõe um trabalho rumo a um feminismo decolonial. Essa tarefa, segundo a autora, inicia-se com as mulheres percebendo a diferença colonial e enfaticamente resistindo aos seus próprios hábitos epistemológicos de apagá-la.

Federici (2019) propõe uma perspectiva mais radical a ser adotada pelas mulheres, porque, embora possam exigir creches, igualdade salarial, lavanderias gratuitas, nunca alcançaremos uma mudança real se não olharem diretamente a raiz dos papéis femininos. Segundo a autora a luta por serviços sociais, isto é, por melhores condições de trabalho, será sempre frustrada se as mulheres não estabelecerem primeiramente que seu trabalho é trabalho.

Spivak (2010) argumenta que refletir sobre a mudez feminina não pode restringir-se a uma simples questão idealista, mas configura-se em um exercício de

fala e de reposicionamento das mulheres no espaço social. Nesse cenário, portanto, silêncio é resistência. Resistência ao paradigma colonial, patriarcal que classifica e oprime as pessoas. Para a autora as barreiras e desigualdades serão vencidas a partir do rompimento do silêncio imposto, quando as mulheres lutarem pelos seus espaços.

De acordo com a autora Marta Farah (2004), é necessário analisar se homens e mulheres estão tendo as mesmas oportunidades e espaços iguais, inclusive para se manifestar.

É preciso um novo olhar para se poder perceber que a “desigualdade” entre homens e mulheres em nossa sociedade se reflete em pequenas (e grandes) discriminações, em pequenas (e grandes) dificuldades enfrentadas pelas mulheres em seu cotidiano, em dificuldades de inserção no mercado de trabalho, em dificuldades de acesso a serviços, em um cotidiano penoso na esfera doméstica (Farah, 2004, p. 128).

Segundo a autora, essas desigualdades podem ser reforçadas caso as ações governamentais, as políticas públicas, os programas desenvolvidos por governos e também, a própria sociedade não estiverem atentos às desigualdades de gênero. Porém, pode-se contribuir para reduzir as desigualdades, começando pelo reconhecimento que esta desigualdade existe e que ela deve e pode ser reduzida.

A partir disso, ainda de acordo com Farah (2004) várias outras ações são importantes, como por exemplo integrar o combate à desigualdade de gênero à agenda de governo; identificar como e onde estas desigualdades se manifestam e quais seus impactos. Para isso é importante contar com todas e todos envolvidos nesta luta em todo o país, com a participação da sociedade civil local, sobretudo com a participação das mulheres, e equipes envolvidas diretamente com a implementação das políticas. Outro fator relevante citado pela autora é em relação a identificação concreta das formas como se manifestam as desigualdades de gênero, pois isso permite identificar prioridades de ação, como as apontadas pela agenda de gênero:

a) combate à violência contra a mulher; b) políticas de atenção integral à saúde da mulher; c) programas de geração de emprego e renda e de capacitação; d) acesso a crédito; e) acesso à propriedade; f) combate à discriminação no trabalho, dentre outras. 5. Mas, é muito importante, para além destas ações dirigidas, incorporar um olhar de gênero a todas as políticas públicas (Farah, 2004, p. 129).

Todos esses elementos são fundamentais para repensar as políticas públicas com as mulheres na tentativa de promover a inclusão educacional, a autonomia política, econômica, social, cultural e pessoal das mulheres, a fim de alcançar a igualdade de gênero. Neste sentido, a próxima sessão pretende evidenciar as principais evoluções e conquistas das políticas públicas de gênero no Brasil até o presente momento.

2.3.2 Políticas públicas no Brasil³ e os diálogos com as perspectivas de gênero

Antes de adentrarmos na questão sobre políticas públicas com a perspectiva de gênero, faz-se referência ao termo “gênero”, o qual de acordo com Scott (1990) vai muito além de apenas designar mulheres. É também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Ou seja, ressalta que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, rejeitando a ideia de duas esferas separadas.

Segundo a autora, o termo gênero também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos, não fazendo referência às características biológicas, mas indica construções culturais sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. “Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (Scott, 1990, p. 75).

Neste sentido, para Farah (2004) falar de políticas públicas orientadas pela perspectiva de gênero consiste na redução das desigualdades de gênero, isto é, das desigualdades entre homens e mulheres, porém não negando a diversidade. Para a autora, “trata-se de reconhecer a diversidade e a diferença – entre homens e mulheres – mas atribuindo a ambos a perspectiva de “igual valor”, reconhecendo, portanto, que suas necessidades “específicas” e nem sempre “iguais” devem ser igualmente contempladas pela sociedade e pelo Estado” (Farah, 2004 p. 127).

³ Contribuíram para a escrita desta seção o quadro das legislações federais que abordam os direitos da mulher. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/LegislaesFederaisasMulheres.pdf>. Acesso em: 02/06/2022.

Essa busca da igualdade de gênero pelas mulheres remonta a um longo período. Destaca-se, após várias tentativas, em 1934 a conquista do direito ao voto. No final do século XIX, originaram-se vários movimentos de mulheres com reivindicações pelo direito feminino ao trabalho, pela licença maternidade e pela equiparação de salários. Por meio desses movimentos na luta contra as diversas formas de opressão e reivindicando seus direitos civis, puderam posteriormente conquistar seu lugar de atuação junto ao poder público, possibilitando que a perspectiva de gênero fosse adotada por várias instâncias políticas nacionais (De Almeida Teles, 2018). Nesse âmbito, conforme destaca Farah (2004, p. 129) “a história destes movimentos é também a da constituição das mulheres como sujeito coletivo, em que estas deixam a esfera privada e passam a atuar no espaço público, tornando públicos temas até então confinados à esfera privada”.

Dessa forma, no Brasil, desde os anos 80, graças à democratização e também da luta de movimentos feministas e de movimentos de mulheres, tem se destacado gradualmente a incorporação da problemática das desigualdades de gênero pela agenda governamental, na perspectiva da redução das desigualdades de gênero, especificando-se em torno de temas como saúde, sexualidade, violência contra a mulher, dentre outros (Farah, 2004).

Como resultado dessa luta pelos direitos das mulheres no Brasil, e também influenciada por uma agenda internacional, caracterizada pela atuação da Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)⁴, vinculado ao Ministério da Justiça, com objetivo de promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra as mulheres e assegurar suas participações nas atividades políticas, econômicas e culturais do país.

Em 1988 foi incorporado na Constituição Federal, a igualdade de gênero como parte dos direitos fundamentais, dispondo que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição [...]” (Brasil, CF, Artigo 5º, Capítulo I, 1988). Um grande avanço, se comparado ao Código Civil de 1916, segundo o qual as mulheres permaneciam subordinadas a autoridade dos pais e dos maridos, o que as impediam de gerenciar seus próprios bens econômicos, de exercer

⁴ O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/conselho>. Acesso dia 26/05/2022.

uma ocupação sem a autorização prévia de um e outro e de desfrutar o direito de voto (Azevedo; Ferreira, 2006).

A partir da década de 1990, com a soma da luta dos movimentos sociais e dos estudos acadêmicos no âmbito de gênero, a emergência da implantação de políticas públicas para mulheres pobres entra na pauta dos governos da América Latina (Farah, 2004; Rosa, 2016). Após vários estudos e pesquisas, patrocinadas pela ONU, acerca da situação das mulheres em geral, e as das chefes de família, detectou-se que as mulheres eram particularmente mais vulneráveis à pobreza. De acordo com a 4ª Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Pequim em 1995, a feminização da pobreza foi identificada como um desafio.

Durante o último decênio, o número de mulheres que vivem em condições de pobreza tem aumentado de forma desproporcional ao de homens, especialmente nos países em desenvolvimento. A feminização da pobreza, recentemente, começou também a ser um sério problema nos países com economia em transição, como consequência de curto prazo do processo de transformação política, econômica e social. Além de fatores de caráter econômico, contribuem também para a feminização da pobreza a rigidez das funções que a sociedade atribui por razões de gênero e o limitado acesso da mulher ao poder, à educação, à capacitação e aos recursos produtivos, assim como novos fatores que ocasionam insegurança para as famílias. A falta de uma incorporação adequada da perspectiva de gênero a todas as análises econômicas e à planificação econômica, bem como de solução para as causas estruturais da pobreza, são dois fatores adicionais que contribuem para o empobrecimento das mulheres (ONU, 1995, p. 164).

A partir desse evento, o conceito de gênero foi considerado uma das chaves interpretativas para a análise da situação das mulheres na sociedade. Com o objetivo de contribuir para o rompimento do ciclo geracional da pobreza, ocorreram implementação das políticas públicas de combate à pobreza da América Latina, com a adoção de Programas de Transferência de Renda Condicionada, concebidos para reduzir a extrema pobreza e a pobreza, por meio de implementação de intervenções de curto e longo prazo (Rosa, 2016).

Segundo Farah (2004), no Brasil, a partir dessa conferência mundial sobre a mulher e da trajetória do movimento de mulheres, constituiu-se a agenda política relacionada à questão de gênero. Com diversas diretrizes no campo das políticas públicas, a agenda envolveu temas principais como: violência; saúde; reconhecimento de direitos de meninas e adolescentes, geração de emprego e renda e combate à pobreza; educação; trabalho; Infraestrutura urbana e habitação, com destaque para acesso a títulos de propriedade da habitação a mulheres; questão

agrária, por meio do reconhecimento de direitos relativos às mulheres da zona rural; incorporação da perspectiva de gênero por toda política pública ou transversalidade; acesso ao poder político e empowerment, com abertura de espaços de decisão à participação das mulheres.

Outra ação importante, é a criação de programas brasileiros de transferência condicionada de renda, que veem as mulheres como foco prioritário, e até objeto de suas intervenções com vistas ao combate à pobreza. Um exemplo disso, é a criação do Bolsa Família no ano de 2003, que desde então atende às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza (Rosa, 2016).

Nesse mesmo ano, também destaca-se a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), com status de ministério, com foco no que se refere à formulação, coordenação e articulação de políticas na promoção da igualdade entre mulheres e homens. Com a realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM), em julho de 2004, por meio dos debates e de propostas, elaborou-se em 2005 o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres⁵ - PNPM (Brasil, 2005). O plano contemplou 199 ações distribuídas em 26 prioridades, com o compromisso assumido pelo governo da época, de enfrentar as desigualdades entre mulheres e homens no Brasil, reconhecendo o papel fundamental do Estado no combate a estas e outras desigualdades sociais. O PNPM teve como pontos fundamentais a igualdade, o respeito, a equidade, a autonomia e a laicidade (Brasil, 2005).

No ano de 2006, com um cenário de alto índice de violência contra a mulher, evidenciou-se a urgência da criação de uma lei integral de enfrentamento à violência contra as mulheres, o que resultou na promulgação da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Conhecida como Lei Maria da Penha, que teve como objetivo a implementação de mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres (Brasil, 2006) no intuito de garantir-lhes os direitos básicos de todo o ser humano, o da dignidade da pessoa humana. Depois de quatorze anos da aprovação desta Lei, ainda os índices de violência contra as mulheres são altos, as mulheres seguem muitas vezes caladas quando passam por esse tipo de situação, com medo de denunciar e expor a agressão.

⁵ Plano Nacional de Políticas para as Mulheres Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf. Acesso em: 26 de maio de 2022.

A partir da formulação do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres publicado em 2005, com os avanços e novas políticas nacionais para as mulheres sendo definidas e implementadas de forma contínua e consistente, definiu-se em 2008 o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres⁶ com 94 metas, 56 prioridades e 388 ações distribuídas em 11 grandes áreas de atuação. Sendo linhas mestras do plano: a igualdade; o respeito à diversidade; a equidade; a autonomia das mulheres; a laicidade do Estado; a universalidade das políticas; a justiça social; a transparência dos atos públicos; a participação; e o controle social.

O II PNPMM amplia e aprofunda o campo de atuação do governo federal nas políticas públicas para as mulheres, incluindo seis novas áreas estratégicas que irão se somar às já existentes no I Plano. São elas: Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, inclusão social, soberania e segurança alimentar; Direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; Cultura, comunicação e mídia não-discriminatórias; Enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia; e Enfrentamento às desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas (Brasil, 2008b, p. 18).

No ano de 2008, destaca-se também a criação do Programa Empresa Cidadã, por meio da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008 (Brasil, 2008a), destinado à prorrogação da licença-maternidade em 60 dias, alterando assim de 4 meses para 6 meses a licença para a mulher, mediante concessão de incentivo fiscal às empresas que aderirem ao programa (sendo a adesão facultativa). A lei permitiu também o aumento dos dias de licença para o pai da criança, de 5 para 15 dias, permitindo assim que possam passar mais tempo com suas companheiras, assistindo mais de perto o filho recém-nascido. Além disso, essa lei pode possibilitar uma melhor qualidade de vida para a mãe e para seu filho.

Em 2009, com o objetivo de reduzir a desigualdade de gênero nos espaços político-representativos, criou-se a Lei nº 12.034 de 29/9/2009 (Brasil, 2009), que instituiu a cota mínima de 30% de mulheres nos processos eleitorais. De acordo com Dos Santos e Furlanetto (2019) embora sejam maioria do eleitorado brasileiro, as mulheres são sub-representadas quanto ao recorte de gênero, na medida em que a sua presença não alcança 10% nos mais distintos níveis das Casas legislativas.

⁶ II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2008. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf. Acesso em 24 de maio de 2022

Dessa forma, a baixa representatividade das mulheres nos espaços políticos de tomada de decisões representa a desigualdade estrutural com que elas são tratadas na sociedade brasileira, especialmente no âmbito público, campo considerado eminentemente masculinizado. Para os autores, a implementação de políticas públicas para inserir as mulheres nos espaços de poder e de tomada de decisões representam uma significativa ação política na redução das assimetrias e das desigualdades de gênero.

Em 2010, cria-se o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher - RASEAM, por meio da Lei nº 12.227, de 12 de abril de 2010 (Brasil, 2010a), que compreende os seguintes dados relativos à população feminina no Brasil:

I - taxa de emprego formal, por setor de atividade; II - taxa de participação na população economicamente ativa e no pessoal ocupado e desocupado; III - taxa de desemprego aberto, por setor de atividade; IV - taxa de participação no pessoal ocupado, por setor de atividade e posição na ocupação; V - rendimento médio real das mulheres ocupadas, por setor de atividade e posição na ocupação; VI - total dos rendimentos das mulheres ocupadas; VII - número de vítimas de violência física, sexual ou psicológica; VIII - índice de participação trabalhista em ambientes insalubres; IX - expectativa média de vida; X - taxa de mortalidade e suas principais causas; XI - taxa de participação na composição etária e étnica da população em geral; XII - grau médio de escolaridade; XIII - taxa de incidência de gravidez na adolescência; XIV - taxa de incidência de doenças próprias da mulher e daquelas sexualmente transmissíveis; XV - proporção das mulheres chefes de domicílio, considerando escolaridade, renda média, acesso à eletricidade, água tratada, esgotamento sanitário e coleta de lixo; XVI - cobertura previdenciária oficial para trabalhadoras ativas e inativas; XVII - disposições dos tratados e das conferências internacionais pertinentes de que o Brasil seja signatário ou participante; XVIII - quaisquer outras informações julgadas relevantes pelo órgão responsável pela elaboração e publicação do Raseam (Brasil, 2010a).

Dessa forma, o relatório reúne as principais fontes de informações estatais para a consecução de políticas públicas para oferecer serviços públicos de qualidade para as mulheres brasileiras. Além disso, pode contribuir para o debate público e o acompanhamento, no que se refere às políticas para as mulheres. O documento demonstra os inúmeros avanços das mulheres brasileiras nas últimas décadas e também aponta os desafios a serem alcançados nos próximos anos, entre eles o próprio incremento na produção de dados e de indicadores.

Nas vésperas de completar sua primeira década de existência, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)⁷, formulou sua 3ª edição em 2013. Representou nesse período um marco no processo de consolidação e

⁷Plano Nacional de políticas para as mulheres 2013-2015 Disponível em: https://oiq.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf. Acesso dia: 24/05/2022.

amadurecimento das políticas para as mulheres, com diálogos permanentes entre governo e sociedade civil, reforçando o princípio democrático por meio da participação social, sobretudo das mulheres, em todas as fases do ciclo das políticas públicas. Proporcionou assim avanços, revertendo lógicas desiguais presentes há séculos na sociedade, sempre na perspectiva do diálogo e da construção coletiva com os movimentos de mulheres, feministas e demais movimentos sociais (Brasil, 2013). Destaca-se como princípios orientadores da Política Nacional para as Mulheres 2013-2015:

Autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; caráter laico do Estado; universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado; participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; e transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas (Brasil, 2013, p.9).

Dentre os objetivos estabelecidos para o plano 2013-2015, considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe, raça e etnia, destaca-se a promoção da igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica das mulheres. Nessa perspectiva definiu-se como linha de ação:

1.1. A promoção da inserção e da permanência das mulheres em relações formais de trabalho não discriminatórias em razão de sexo, origem, raça, etnia, classe social, idade, orientação sexual, identidade de gênero ou deficiência, com igualdade de rendimentos e fomento à ascensão e à permanência em cargos de direção. 1.1.1. Ampliar a oferta de cursos de profissionalização articulados com o aumento da escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social (Mulheres Mil) (Brasil, 2013, p.16).

Dessa forma, visualiza-se o Programa Mulheres Mil, como uma das estratégias de ações da pública a fim de contribuir para a mitigação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza. Houve um impacto direto na vida das mulheres no período que compreendeu as três formulações e edições do PNPM. O que refletiu a convicção de que o movimento das mulheres brasileiras ganhou novas características e se firmou como sujeito político ativo no processo brasileiro de democratização e de participação política, cuja extensão inseriu também a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça (Brasil, 2013). Entretanto, após a sua terceira edição, analisou-se que não

ocorreram novas formulações para a continuidade do PNPM, demonstrando que o ciclo político dessa política pública se mostra estagnado. Mesmo que o problema público ainda exista (muitas brasileiras que sofrem com as mais diversas formas de violência, discriminação e salários desiguais, pouco acesso a bens e serviços fundamentais) o que acentua a persistência de relações desiguais de poder entre mulheres e homens na sociedade.

Após esse período, outras ações foram verificadas como no ano de 2020 a portaria nº 2.027, de 26 de agosto de 2020 institui o Projeto Piloto Mais Mulheres no Poder, como estratégia de conscientização sobre a participação política das mulheres em cargos eletivos, de poder e de decisão, bem como o pleno exercício da democracia representativa e participativa (Brasil, 2022).

Nesse mesmo ano, tem destaque também o Projeto-Piloto Qualifica Mulher, desenvolvido pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, instituído por meio da Portaria nº 3.175, de 10 de dezembro de 2020, com a finalidade de estimular ações que promovam a autonomia econômica das mulheres em contribuição para o desenvolvimento econômico e social do país. Por meio da formação de uma rede de parcerias (poder público federal, estadual, distrital e municipal, entidades e instituições privadas), o projeto tem como objetivo fomentar ações de qualificação profissional, trabalho e empreendedorismo, para geração de emprego e renda para as mulheres em situação de vulnerabilidade social. O público-alvo do programa são mulheres que possuam renda mensal de até um salário-mínimo e meio, que estejam cursando ou tenham concluído o ensino fundamental e/ou médio, ou que não tenham escolaridade (Brasil, 2022).

Em 2021 institui-se o decreto nº 10.906, de 20 de dezembro de 2021 que dispõe o Plano Nacional de Enfrentamento ao Femicídio.

O Decreto tem como objetivos ampliar a articulação e a integração entre os atores da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres; promover ações que conscientizem a sociedade sobre a violência contra as mulheres e expandir as possibilidades de denúncia; promover a produção e a gestão da informação sobre a violência contra as mulheres e o feminicídio; fomentar a responsabilização, a educação e o monitoramento dos autores de violência contra as mulheres; e garantir direitos e assistência integral, humanizada e não revitimizadora às mulheres em situação de violência, às vítimas indiretas e aos órfãos (Brasil, 2021).

No ano de 2022, institui-se também o Programa Mães do Brasil, por meio do Decreto nº 10.987, de 8 de março de 2022, como uma estratégia de promoção de

políticas públicas destinadas à proteção integral da dignidade das mulheres, a fim de ampará-las no exercício da maternidade, desde a concepção até o cuidado com os filhos (Brasil, 2022).

O momento em curso sem dúvida alguma, especialmente pela pouca visibilidade efetiva das políticas implantadas a partir de 2016, requer análises significativas sobre as perdas de forças das políticas na agenda do governo que finalizou seu mandato na transição entre os anos de 2022 e 2023. Tal situação permite considerar que no cenário atual as políticas voltadas a contextos vulneráveis foram de forma sistematizada e intencionalmente fragilizadas por meio de bloqueios e contingenciamentos orçamentários, precariedades no levantamento e no acompanhamento de dados, além de aspectos concretos e simbólicos que negligenciam a violência e vulnerabilidades as quais as mulheres estão submetidas (Senado Federal, 2022). Desse modo, o período contemporâneo expõe os riscos e tensionamentos que exigem uma postura de defesa e vigilância permanente dos direitos e conquistas coletivamente alcançados ao longo dos períodos anteriores. Com a transição política a partir da eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no final do ano de 2022, outros cenários relativos às políticas públicas e mulheres parecem ganhar maior relevância na agenda decisória.

Na configuração do novo governo verificou-se a participação de mulheres na condição de ministras, 11 (onze) inicialmente, além da retomada e reconfiguração do denominado Ministério das Mulheres e das políticas abrigadas em seu bojo. Para tanto, a referida pasta aprovou em primeiro de janeiro de 2023, decreto, que além das questões estruturais reforçou as seguintes competências: I - formulação, coordenação e execução de políticas e diretrizes de garantia dos direitos das mulheres; II - políticas para as mulheres; III - articulação e acompanhamento de políticas para as mulheres nas três esferas federativas; IV - articulação intersetorial e transversal junto com aos órgãos e às entidades, públicos e privados, e às organizações da sociedade civil; V - articulação, promoção e execução de programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, para a implementação de políticas para as mulheres; VI - elaboração e implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias de abrangência nacional; e VII - acompanhamento da implementação da legislação sobre ações afirmativas e definição de ações para o cumprimento de acordos, convenções e planos de ação sobre a garantia da igualdade de gênero e do combate à discriminação (Brasil, 2023).

2.4 Programa mulheres mil: uma política pública federal para as mulheres em vulnerabilidade social

No contexto brasileiro, nas últimas décadas, apesar das crises políticas e econômicas, verifica-se a constituição de tentativas de estabelecer a partir de algumas políticas públicas específicas condições para o enfrentamento das desigualdades sociais. Um exemplo disso é o denominado Programa Mulheres Mil, criado com uma política pública para o enfrentamento de vulnerabilidades sociais vivenciadas por mulheres.

O projeto Mulheres Mil, surgiu a partir de um projeto piloto, por meio de uma parceria entre o Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN, (na época Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica - CEFET), e os *colleges* canadenses. Conforme aponta Rosa (2011, p. 7) “a gestação do projeto começou em 2005 e contou com a visão inclusiva, a coragem e a ousadia de diversos atores brasileiros e canadenses”. Uma de suas primeiras ações foi a realização de um projeto de extensão que ofereceu capacitação para camareiras⁸, admitindo com público-alvo possíveis mulheres em situação de exclusão. Para tanto, foram estabelecidos como critérios de participação no projeto, o foco em mulheres jovens e adultas, em situação de vulnerabilidade econômica e social, a maioria com baixa escolaridade e à margem do mundo do trabalho. O resultado dessa ação de extensão foi tão impactante, que a partir disso, foi decidido construir um projeto para ampliar a ação para outros estados (Rosa, 2011).

Dessa forma, no ano de 2007, o Programa Mulheres Mil foi implantado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC)⁹ por meio de parceria da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro (AI/GM), da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), da Rede Norte

⁸ Cabe salientar que o modelo de curso oferecido, no caso camareiras, está relacionado ao cuidado, ou seja limpeza, arrumação e higienização dos quartos. Essas tarefas são consideradas naturalizadas das mulheres o que reforça estereótipos de gênero (Hirata,2020).

⁹ A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) é responsável por formular, planejar, coordenar, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), desenvolvidas em regime de colaboração com os sistemas de ensino e os agentes sociais parceiros. Entre as suas atribuições, deve promover o fomento à inovação, à expansão e à melhoria da qualidade da educação profissional e tecnológica, especialmente quanto à integração com o ensino médio, à oferta em tempo integral e na modalidade a distância, à certificação profissional de trabalhadores e ao diálogo com os setores produtivos e sociais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica>. Acesso: 10/05/2021.

Nordeste de Educação Tecnológica (Redenet), do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA/ACDI) e da Associação dos *Colleges* Comunitários do Canadá (ACCC) e *Colleges* parceiros. O Mulheres Mil foi implantado inicialmente nas regiões Norte e Nordeste do país pelos Institutos Federais dos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Sergipe e pela Escola Técnica Federal de Palmas (Brasil, 2018c).

Para Eliezer Pacheco, titular da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação da época, o Projeto Mulheres Mil assumiria uma dimensão extremamente importante na medida em que simbolizaria compromissos políticos e sociais como dirigentes e coordenadores da educação profissional no país. Para o gestor do programa, o mesmo permitiria também envidar esforços no combate à diversos tipos de exclusão social, principalmente no que diz respeito às mulheres mais pobres, dedicadas às atividades menos valorizadas e que, portanto, enfrentam barreiras muito mais difíceis de serem transpostas no sentido da sua emancipação como trabalhadoras, como representantes do gênero feminino.

Assim, os documentos investigados sobre o projeto dão conta de que o programa teria como nascedouro atender as mulheres do Norte e Nordeste, escolha motivada principalmente pelos indicadores significativos de exclusão social. Com o êxito percebido pela referida secretaria, o projeto passa a ser considerado como oportuno para ser implantado em nos demais estados brasileiros, sendo viabilizado principalmente pelos núcleos e CEFETS da Rede Federal, de modo a se transformar não somente em um programa, mas em uma política da SETEC, da Educação Profissional e Tecnológica Brasileira (Pacheco, 2010).

Nesta perspectiva, os eixos orientadores da proposta foram estruturados em três eixos: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Assim, com a meta inicial de beneficiar mil brasileiras, o Mulheres Mil teve como objetivos “elevar a escolaridade, ofertar qualificação profissional e contribuir para a inserção dessas mulheres no mundo do trabalho” (Rosa, 2011, p. 7). Além desses objetivos, o projeto promoveu diversos outros impactos (de forma mais subjetiva e por isso mais complexos de serem mensurados) tais como acesso à direitos, o resgate da autoestima, a melhoria nas relações familiares e no convívio das comunidades, além do estímulo às mulheres a voltarem à sala de aula (Rosa, 2011).

Em 2011 o Programa Mulheres Mil foi instituído nacionalmente por meio da Portaria nº 1.015 de 21 de julho, do MEC, com o objetivo de promover a formação profissional e tecnológica articulada com aumento da escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Ao se transformar em programa de abrangência nacional, além dos cursos de formação inicial e continuada (FIC) e qualificação profissional, o projeto incluiu em sua oferta os cursos de educação profissional técnica de nível médio. Deste modo, é importante considerar a atuação no sentido de garantir o acesso à educação, respeitando as singularidades das mulheres envolvidas, principalmente pelas particularidades atinentes às necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das regiões (Brasil, 2018 c).

Segundo a Cartilha do Programa¹⁰ “os múltiplos saberes das mulheres, suas histórias, seu aprendizado e sua vivência motivaram a criação do Programa Mulheres Mil, cujo pilar se constitui em potencializar essa bagagem e transformá-la em qualificação profissional e adequada inserção no mundo do trabalho (Brasil, 2014, p. 3).” Dessa forma, ao promover a formação educacional, profissional e cidadã, o programa Mulheres Mil proporciona às mulheres pobres em situação de maior vulnerabilidade, perspectivas de melhorias nas condições de suas vidas, famílias e comunidades.

Diante deste contexto, foi possível verificar que em termos de organização metodológica, o programa privilegia temas transversais (autoestima, saúde, direitos da mulher, comportamento sustentável, cooperativismo, inclusão digital, empreendedorismo e responsabilidade ambiental) permitindo às instituições envolvidas conhecerem e se integrarem às populações e comunidades historicamente não atendidas pelas políticas públicas, possibilitando o enfrentamento em relação às assimetrias no que tange a igualdade de gênero e do desenvolvimento social e econômico sustentáveis (Brasil, 2014).

Além disso, é importante destacar que o programa Mulheres Mil, foi implementado em todos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IF do Brasil. Após sua institucionalização na Rede Federal, em 2011, foram realizadas Chamadas Públicas, nos anos de 2011, 2012 e 2013, as quais viabilizaram a

¹⁰ Cartilha do Programa Mulheres Mil, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32231-setec-pmm-cartilha-pronatec-mulheres-mil-pdf&category_slug=janeiro-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18/05/2021.

implementação do Programa Mulheres Mil em 11 campus do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC (Araranguá, Canoinhas, Criciúma, Gaspar, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, São Carlos, São Miguel do Oeste e Tubarão), totalizando 2.000 vagas ofertadas.

No ano de 2013, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Educação - MEC firmaram parceria para integrar o Programa Mulheres Mil ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC¹¹ no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (BSM). Ao aproximar a temática da qualificação profissional de mulheres à Rede Socioassistencial, o PRONATEC/BSM Mulheres Mil ampliou a oferta de qualificação profissional às mulheres mais pobres, em especial às beneficiárias do Programa Bolsa Família. A partir disso, ocorreu a transição do Programa Mulheres Mil para o PRONATEC Bolsa Formação, passando a seguir a legislação e procedimentos deste programa, atuando em estreita parceria com a rede de assistência social, ampliando a oferta da educação profissional e tecnológica para a população mais vulnerável inscrita no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e aos beneficiários do Programa Bolsa Família (Brasil, 2018). Compreender tais nascedouros é importante, principalmente para oportunizar melhor compreensão de como tal programa se insere no estado de Santa Catarina e dos institutos federais do estado.

2.4.1 Do “Programa Mulheres Mil” Ao “Programa Mulheres Sim” No Instituto Federal De Santa Catarina – IFSC

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia fazem parte da rede de Educação Profissional pública no Brasil estabelecida pela Lei nº11.892 de 29/12/2008 e estão vinculados a SETEC (Brasil, 2008c). Os Institutos Federais são instituições, pluricurriculares e multicampi (reitoria, campus, campus avançado, polos de inovação e polos de educação a distância), especializados na oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em todos os seus níveis e formas de articulação

¹¹ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira (BRASIL, 2011).

com os demais níveis e modalidades da educação nacional, oferta os diferentes tipos de cursos de EPT, além de licenciaturas, bacharelados e pós-graduação *stricto sensu* (Brasil, 2018).

O art. 5º de sua lei de criação descreve a partir das antigas instituições federais de EPT a criação dos institutos, em que 31 centros federais de educação tecnológica (CEFETS), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e oito escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Porém a história dos institutos federais não começa apenas em 2008. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia tem sua origem a partir das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909 pelo Decreto nº 7.566 de 23/09/1909 do Presidente Nilo Peçanha. Essa legislação instaurou uma rede de dezenove Escolas de Aprendizes Artífices em todo Brasil que ofertava ensino primário para crianças de 10 a 13 anos, filhos de famílias carentes. Além do ensino primário, contava com a formação em desenho, tipografia, encadernação e pautação, carpintaria da ribeira, escultura e mecânica) com o objetivo de atender a população desfavorecida ensinando os conhecimentos básicos para a atuação no mundo do trabalho (Brasil, 1909).

Segundo a Rede Federal (2019) ao longo do período analisado ocorreram diversas etapas de reordenamento e nomenclaturas: em 1909 Escola de Aprendizes e Artífices; em 1937 Liceus Profissionais; em 1942 Escolas Industriais e Técnicas; em 1959 Escolas Técnicas; em 1978 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS) e 2008 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Foram muitas as transformações para se chegar na atual rede federal de educação profissional, conforme destaca Frigotto (2018, p. 131): “assim, os IFs em sua realidade institucional convivem com a memória de longa, média e curta duração. Juntam-se memórias de um século, de algumas décadas, e de menos de uma década”.

Nesse percurso histórico da educação profissional, técnica e tecnológica foram instituídos um total de 38 IFs, e seus devidos câmpus que representaram a primeira fase de expansão que foi de 2008 a 2010. Essa expansão foi principalmente a partir do segundo mandato do governo de Lula da Silva (2007-2010), e se deu principalmente pelo deslocamento de unidades das escolas técnicas federais para o interior, com objetivo de diminuir as desigualdades regionais.

Ocorreram mais duas fases da expansão: a segunda de 2011 a 2012 e a terceira de 2013 a 2014. Com isso o número de campus aumentou significativamente, passando para um total de 580, entre estes, 74 são campi avançado. Em 2019, 647 escolas em 651 municípios, mais de um milhão de matrículas e cerca de 80 mil servidores (professores e técnico-administrativos) (Rede Federal, 2019).

Atualmente o IFSC possui 22 campus¹² distribuídos em todas as regiões de Santa Catarina, conforme demonstra a figura 6.

Figura 6 Campus do IFSC nas regiões de Santa Catarina



Fonte: IFSC (2022).

Na figura acima, o número em cada cidade corresponde a sequência cronológica de implantação dos campus. Nota-se no início uma grande quantidade de campus no litoral catarinense, após com a interiorização, percebe-se o avanço em direção às cidades do oeste catarinense.

A instituição atua na oferta de educação profissional, científica e tecnológica, oferecendo cursos nos mais diversos níveis: qualificação profissional, educação de jovens e adultos, cursos técnicos, superiores e de pós-graduação. Neste contexto sua missão é “Promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional,

¹² Nesta pesquisa, será usada a grafia câmpus para designar tanto campus (no singular) quanto campi (no plural), e sem itálico. A forma aportuguesada é a adotada pelo Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC, como explicado no Manual de Redação da instituição disponível em: https://www.ifsc.edu.br/documents/30669/2173124/IFSC_manual_redacao_maior_2016.pdf/ae734afc-7ff2-4f8e-974e-d7f6915efcfb. Acesso dia 20/06/2022.

científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural” (IFSC, 2018).

Segundo o documento lançado digitalmente em 2010, intitulado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: Um novo modelo de educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes, a institucionalização dos Institutos é considerada pelo Governo como estratégia para o desenvolvimento local, regional e nacional e fortalecimento no processo de inserção cidadã de milhares de brasileiros, melhorando-lhes a qualidade de vida, conforme destacado:

O foco dos Institutos Federais será a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias. Responderão, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais. Os novos Institutos Federais atuarão em todos os níveis e modalidades da educação profissional, com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador; e articularão, em experiência institucional inovadora, todos os princípios formuladores do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (Brasil, 2010b, p. 3).

Para Frigotto (2018), com a criação dos IFs, o governo, politicamente, conseguiria três objetivos: o primeiro, não abrir a possibilidade de mais nenhuma universidade tecnológica; o segundo, satisfazer essa demanda com uma solução intermediária: status de universidade; por último, a possibilidade de enquadrar a área das agrotécnicas. Segundo o autor, a conversão acelerada das escolas em Institutos Federais, junto com outros aspectos dificultam a construção de uma nova identidade dos IFs. Resultado também da verticalidade do ensino, pois conta com uma ampla variedade de opções: o ensino médio técnico e o integrado; o PROEJA na modalidade técnico e integrado; o PRONATEC; as licenciaturas; a pós-graduação e diferentes programas e atividades no âmbito da extensão.

Essa diversidade em sua atuação está justamente definida no Art. 6º da Lei 11.892/2008 de sua criação que trata de suas finalidades, conforme destaca-se:

Os Institutos Federais têm por finalidades e características: I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os

recursos de gestão; IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica; VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (Art. 6º da Lei 11.892 de 29/12/2008).

Para Pacheco (2010) essa organização pedagógica verticalizada, da educação básica a superior, é um dos fundamentos dos Institutos Federais, permitindo a otimização de espaços e de pessoal; possibilitam o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado e principalmente afirmam, na sua missão, o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social.

Ainda segundo o autor, a conjuntura da criação, expansão e interiorização dos Institutos Federais, se constituem numa importante ação política educacional, pois além de proporcionarem um espaço fundamental na construção dos caminhos com vista ao desenvolvimento local e regional, tornam-nas objetos de sua intervenção através das ações de ensino, pesquisa e extensão. Tal aspecto permite superar as compreensões orientada pela racionalidade instrumental.

O que se propõem é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida. Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos. [...] buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior neste. Um profissionalizar-se mais amplo, que abra infinitas possibilidades de reinventar-se no mundo e para o mundo [...] (Pacheco, 2010, p.2).

Neste sentido, a proposta dos Institutos Federais é de, juntamente com a educação profissional trabalhar o desenvolvimento pessoal para a emancipação

humana. Um exemplo na prática que pode ser citado, é em relação a atuação dos institutos em relação aos programas de extensão, os quais buscam construir pontes entre o conhecimento acadêmico, científico e tecnológico, e as demandas da sociedade.

As ações de extensão são regulamentadas pela Resolução do CONSUP nº 61, de 12 de Dezembro de 2016¹³ e envolvem estratégias de relacionamento de seus estudantes e educadores com a comunidade externa, buscando promover a transformação social no entorno dos campus por meio de programas, projetos, cursos, eventos ou produtos. Segundo o portal do IFSC (2018), suas iniciativas sociais assumem as seguintes diretrizes:

As diretrizes de Extensão do IFSC estão em estreito alinhamento aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Unesco. As ações são pautadas em intervenções em prol do enfrentamento dessas agendas emergenciais ao País, como o fim da pobreza e da fome, igualdade de gênero, promoção da saúde, proteção ao meio ambiente, educação inclusiva, entre outros (IFSC, 2018, s.p.).

Nesse contexto, um exemplo de tais intencionalidades reside na atuação junto ao Programa Mulheres SIM, caracterizado com um programa de extensão vinculado à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), destinado às mulheres a partir dos quinze anos de idade, em situação de vulnerabilidade social, em que busca a valorização da mulher, o acesso aos direitos, cidadania e possibilidades de geração de renda, de modo a promover autonomias (IFSC, 2018).

De acordo com o Projeto Pedagógico de Curso (PPC)¹⁴, o Programa Mulheres Sim surgiu a partir da demanda institucional pela continuidade de atendimento de mulheres em situação de vulnerabilidade social, sem escolaridade, identificada decorrente da transição do Programa Mulheres Mil para o Bolsa Formação/PRONATEC. Com esta transição, os cursos do Programa Mulheres Mil referenciados pelo Guia de Cursos FIC PRONATEC, exigem escolaridade mínima para ingresso. Pela experiência de implementação, e execução e análises do perfil

¹³ RESOLUÇÃO CONSUP Nº 61, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016. Regulamenta as Atividades de Extensão no IFSC. Disponível em: http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/consup_resolucao61_2016_extensao.pdf. Acesso em: 04/06/2021.

¹⁴ Projeto Pedagógico de Curso - FIC. Curso de Extensão Educação e Gênero Disponível em: <http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/CEPE2014/Reitoria%20FIC%20Educacao%20e%20genero.pdf>. Acesso em: 10/06/2021.

das alunas do Programa Mulheres Mil no IFSC nos anos de 2011 e 2013, observou-se que muitas mulheres podiam ser excluídas da oferta via PRONATEC em função do perfil de idade e escolaridade, ocasionando uma demanda reprimida, impossibilitando o acesso à educação.

Como forma de manter a inclusão de mulheres nos processos formativos realizados pelo instituto, no ano de 2014, o IFSC realizou a primeira edição do Programa Mulheres SIM e desde então, já foram realizados cursos em diversos campus do IFSC, muitos deles direcionados a públicos específicos, como mulheres em situação prisional, imigrantes haitianas, quilombolas, transexuais, entre outras.

O Programa Mulheres SIM visa atender prioritariamente mulheres sem escolaridade, em situação de vulnerabilidade social, maiores de 15 anos, e moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, de forma complementar ao Programa Mulheres Mil. Aborda a transversalidade de gênero nas políticas sociais públicas, no sentido de promover a inclusão educacional, a autonomia política, econômica, social, cultural e pessoal das mulheres, a erradicação da extrema pobreza, o combate à violência, a consolidação da cidadania feminina e o desenvolvimento sustentável, articulado com as políticas públicas de educação, assistência social, saúde e segurança (IFSC, 2018).

Neste sentido, Pacheco (2010) salienta:

O papel que está previsto para os Institutos Federais é o de garantir a perenidade das ações que visem a incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e da transformação social (Pacheco, 2010, p. 6).

Desde a sua primeira edição, o IFSC vem ofertando o programa uma vez ao ano, lançado por meio do Edital da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas-PROEX, publicado geralmente no início de cada ano, como se verifica no edital a seguir:

O edital Mulheres SIM fomenta a execução de projetos de extensão que vão ao encontro de políticas públicas de promoção da inclusão da mulher nas dimensões educacional, econômica, social e cultural. Busca subsidiar o desenvolvimento da autonomia política, da erradicação da extrema pobreza, do combate à violência, da consolidação da cidadania feminina e do desenvolvimento sustentável, em consonância com a Missão do Planejamento Estratégico do IFSC e diretrizes de outros órgãos de

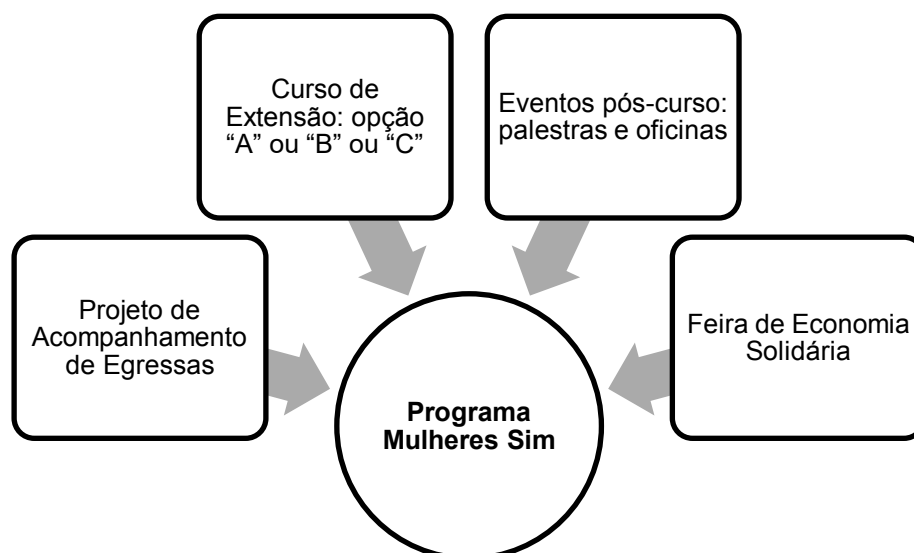
assistência social, saúde, segurança e movimentos de geração de renda. (IFSC, 2019c, p. 6).

As propostas submetidas devem ir ao encontro das seguintes metas:

- a) Disponibilizar formação e apoio na construção singular de itinerários formativos das alunas.
- b) Oportunizar conhecimentos de economia solidária como política pública de geração de renda no desenvolvimento local.
- c) Atuar na erradicação do trabalho infantil.
- d) Contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- e) Incentivar a disseminação das políticas de equidade de gênero, prevenção à violência contra a mulher e a superação da pobreza.
- f) Disponibilizar oportunidades de geração de renda.
- g) Fomentar o uso das tecnologias sociais e transferência de conhecimento.
- h) Fomentar a formalização de novos projetos, programas e parcerias no âmbito da Extensão.
- i) Fortalecer ações de permanência e êxito.
- j) Criar produtos de extensão que deem visibilidade às atividades.

O Programa Mulheres Sim tem duração de cinco meses, acontecendo no segundo semestre do ano, geralmente de agosto a dezembro. O ingresso das participantes é realizado por meio de sorteio público e as inscrições são gratuitas. Geralmente a instituição dispõe de 30 vagas por campus selecionado. A figura 7 apresenta a composição do programa, conforme as diretrizes do Edital 07/2019.

Figura 7 Programa Mulheres Sim do IFSC



Fonte: Elaborado pela autora com base no Edital 07/2019 da PROEX (2019).

Como visualizado, o programa Mulheres Sim é composto pelo Projeto de Acompanhamento de Egressas com carga horária de 40h; do Curso de Extensão com carga horária até 96 horas; dos Eventos pós-curso que podem ser em forma de

palestras e oficinas com até 3 encontros e do Evento de Extensão – Feira de Economia solidária com carga horária de até 40 horas.

É importante mencionar que o projeto tem estruturado um processo de acompanhamento de egressas com carga horária de 40 horas ou mais. O mesmo tem como objetivo conhecer o impacto ou possíveis repercussões do Mulheres Sim na trajetória das alunas. Dessa forma, contempla cinco etapas (IFSC, 2019c):

- 1) identificar o perfil socioeconômico das alunas;
- 2) verificar a participação das mulheres nos eventos pós curso;
- 3) realizar pesquisa qualitativa para avaliação de impacto por meio de entrevistas;
- 4) incentivar o cadastramento das mulheres e sua vinculação com empreendimentos solidários; e
- 5) promover um encontro de egressas do Mulheres Sim no campus.

Quanto ao curso de extensão, o edital do programa apresenta três opções de formatação de propostas “A, B, C” conforme apresentado no quadro 1, ficando a escolha de uma das opções pelo campus que irá ofertar o programa de acordo com as necessidades e oportunidades de cada região.

Quadro 1 - Opções de formatação do curso de extensão do Programa Mulheres Sim

Opções	Curso	Objetivo e Detalhamento
Proposta A	Educação e Gênero (até 30 vagas). ¹⁵ Carga horária: 80h	Motivar a autonomia e a geração de renda envolvendo temas como: Conhecimento histórico-cultural; Saúde da mulher e da família; Ética e cidadania; Linguagens; Informática; Desenvolvimento social e sustentável; Vivência matemática; Geração de renda.
Proposta B	Geração de Renda, Tecnologia e Valorização do Trabalho Feminino (até 30 vagas). ¹⁶ Carga horária: 96h	Motivar a autonomia e a geração de renda envolvendo temas como: Trabalho feminino e economia; Saúde e trabalho; Comunicação e acesso às mídias sociais; A Economia solidária e o trabalho coletivo; Educação financeira; Desenvolvimento de produtos; Oportunidades de negócios/trabalho.
Proposta C	Curso de extensão proposto pelo campus com	Motivar a autonomia e a geração de renda envolvendo temas que atendam à demanda da comunidade da

¹⁵ Projeto Pedagógico do Curso disponível em: <http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/CEPE2014/Reitoria%20FIC%20Educacao%20e%20genero.pdf>. Acesso dia 11/03/2022.

¹⁶ Projeto Pedagógico do Curso (PPC) disponível em: http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/MULHERES_SIM_GERACAO_RENDA_779.pdf. Acesso dia 11/03/2022.

	abordagem voltada à demanda conhecida (até 30 vagas). Carga horária: 96h	região.
--	--	---------

Fonte: IFSC (2019c).

Conforme apresentado no quadro 1, a opção “A”, é composta pelo Curso “Educação e Gênero” com 30 vagas e carga horária de 96 horas. Visa estimular a autonomia e a geração de renda envolvendo temas trabalhados nas unidades curriculares que são interdisciplinares e desenvolvidas de acordo com a condição de instrução e a problemática do público. Envolve temas como: Conhecimento histórico-cultural; Saúde da mulher e da família; Ética e cidadania; Linguagens; Informática; Desenvolvimento social e sustentável; Vivência matemática; Geração de renda. As atividades em sala de aula realizadas são dinâmicas, expositivas, dialogadas, com estudos dirigidos e apresentações (PPC, 2014).

De acordo com o PPC do curso “Educação e Gênero”, a partir do desenvolvimento de atividades embasadas no saber já adquirido, por meio de temas contextualizados no seu dia a dia, busca-se proporcionar a construção de conhecimentos que auxiliem as alunas no exercício da cidadania, na melhoria de sua qualidade de vida sua e de sua família, e que contribuam para geração de renda.

Seguindo para a segunda formatação de curso, a opção “B” com o curso intitulado “Geração de Renda, Tecnologia e Valorização do Trabalho Feminino”, destaca-se que essa proposta também fomenta a autonomia e a geração de renda, mas envolve outros temas como: Trabalho feminino e economia; Saúde e trabalho; Comunicação e acesso às mídias sociais; A Economia solidária e o trabalho coletivo; Educação financeira; Desenvolvimento de produtos; Oportunidades de negócios/trabalho. Segundo o PPC, o objetivo principal é estimular a produção e ampliação de renda para pessoas do gênero feminino, mulheres e meninas acima de 15 anos, em situação de vulnerabilidade social, possibilitando acesso à educação e tecnologia.

Com aulas expositivas e dialogadas, estudos dirigidos, apresentações, oficinas, rodas de conversa, círculos de cultura, minicursos, desenvolvidas de acordo com a condição de instrução e a problemática do público envolvido e principalmente considerando a singularidade do público feminino, busca-se desenvolver competências nas alunas como: desenvolver produtos comercializáveis a partir de

suas habilidades manuais; utilizar ferramentas tecnológicas para otimizar a produção e qualificar o produto; e agregar valor ao produto e ampliar a comercialização.

De acordo Schmitt (2020), uma das grandes diferenças entre a opção “A e B” é a carga horária das unidades curriculares de geração de renda e desenvolvimentos de produtos, ambas são as unidades curriculares com mais horas aula em cada PPC, as quais também tem a finalidade da produção de artigos para posterior comercialização na feira de economia solidária. No curso de Educação e Gênero a carga horária da unidade curricular geração de renda corresponde a 24% do total da carga horária do curso, e no curso de Geração de Renda a unidade curricular desenvolvimento de produtos corresponde a 40 % da carga horária.

Na opção C, por sua vez, cada campus pode propor o curso de extensão com abordagem voltada à demanda mapeada localmente, o objetivo é estimular a autonomia e a geração de renda envolvendo temas que atendam à demanda da comunidade da região. O programa nesse caso, também tem uma característica diferente das demais opções, em que o evento tem a proposta de tema livre e visa oportunizar as alunas a colocarem em prática os conhecimentos adquiridos no curso de extensão ofertado, em que através da realização de um evento específico e relacionado à temática utilizada pelo campus. No que diz respeito ao projeto de acompanhamento segue as mesmas orientações das demais opções.

Cabe mencionar que fazem parte do programa também, eventos pós-curso que podem se caracterizar como oficinas, palestras e outros que objetivam ampliar questões sensíveis à turma do curso. Nesse espaço há a intervenção de convidados(as) externos(as) em temas relevantes, como por exemplo com as seguintes temáticas: orientação profissional; violência doméstica; Educação de Jovens e Adultos (EJA); Direitos trabalhistas e previdenciários. São realizados com até três encontros presenciais, com a participação das alunas egressas, aberto aos familiares e comunidade externa.

Do mesmo modo, é importante indicar o papel do programa na constituição de espaços coletivos e públicos para atuação das mulheres que dele participam. Exemplo disso é o evento denominado Feira de Economia Solidária, que tem carga horária máxima de 40 horas. Esta ação representa um grande marco do programa, pois na ocasião as participantes do programa comercializam seus produtos confeccionados durante o curso. Os itens comercializados variam entre artesanatos; alimentos; mobiliário com produtos reciclados; utensílios domésticos; souvenir e

bijuterias. Esta ação oportuniza às alunas divulgarem seus trabalhos como também à comunidade conhecer o IFSC, apresentando-se dessa forma, como uma atividade de integração que pode ser organizada em articulação com o Fórum regional de Economia Solidária regional, em que promove a inclusão produtiva e social de mulheres por meio da geração de trabalho e renda. Neste sentido, incentivar trabalhos que proporcionem o desenvolvimento das mulheres contribui não somente para a economia local, como na erradicação de outros problemas de cunho social.

Para a finalização do programa, é realizado a formatura, momento muito especial para as concluintes do programa, em que para algumas mulheres, pela primeira vez, tem a oportunidade de vivenciar um momento como este, de receber um diploma, ficando evidente a importância desse momento vivido e compartilhado junto, o quão se sentem valorizadas, acolhidas e capazes (SIGAA, 2019).

Ainda, todas as propostas exigidas (cursos, projetos e eventos) apresentam os detalhes da execução das atividades e contemplam a participação discente (protagonismo), a participação da comunidade externa como também a demanda externa. Podem submeter propostas, servidores(as) do quadro efetivo permanente do IFSC, e cada campus que submete as propostas, é responsável por disponibilizar servidores(as) para comporem a equipe multidisciplinar e equipe docente, além de dispor de infraestrutura física (sala de aula, laboratórios) necessária para execução das aulas e recursos financeiros para aquisição de materiais de expediente e custeio das atividades do Mulheres Sim.

As propostas avaliadas e classificadas, conforme critérios do edital, podem ser contempladas com recursos financeiros da PROEX que viabilizam o desenvolvimento das atividades, concedidos em conformidade com a disponibilidade orçamentário-financeira do IFSC. Conforme consta no edital PROEX 07/2019, a fonte dos recursos está prevista no planejamento da PROEX em que atende ao objetivo de colaborar em políticas públicas via ações de extensão pensadas à superação de questões sociais consideradas graves no estado e no país gerando oportunidade aos atendidos por meio da educação profissional.

A forma de ingresso é por sorteio via edital de ingresso, sendo especificado nos pré-requisitos as condicionalidades necessárias. Não completando todas as vagas por meio de edital as inscrições poderão acontecer por demanda espontânea diretamente no campus.

Outro elemento de apoio importante, diz respeito ao fato de as alunas atendidas pelo programa terem o direito ao repasse de auxílio financeiro conforme estabelecido no edital, e de acordo com a disponibilidade de recursos do PNAES. O valor do auxílio repassado às alunas em 2019 era de R\$ 100,00, limitado a três parcelas. O edital também prevê a seleção de um(a) discente extensionista, exclusivamente estudante da instituição e em situação de vulnerabilidade social, que também é contemplado com bolsa, o valor no ano de 2009, de acordo com o edital, era de 5 parcelas de R\$ 400,00. Poderá também ter a participação de pessoas voluntárias, dispostas a colaborar com a realização do programa, porém sem auxílio financeiro (IFSC, 2019c).

Nesse contexto, a instituição busca promover, por meio desta iniciativa, o acesso das mulheres ao ensino, à tecnologia e à emancipação e dessa forma contribuir para o autoconhecimento e desenvolvimento de suas potencialidades, que levam a condições de melhoria de vida para essas mulheres e suas famílias sendo de fundamental importância para ajudar nas lutas que enfrentam cotidianamente para superar as desigualdades de gênero.

2.4.2 Programa Mulheres Sim no IFSC Campus de São Lourenço Do Oeste - SC

O IFSC, campus de São Lourenço do Oeste, foi implantado na cidade no ano de 2014, porém, teve a autorização de funcionamento publicada pelo Ministério da Educação em 21 de janeiro de 2015, por meio da Portaria n.º 27. Assim, oficialmente passou a integrar a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, como campus Avançado São Lourenço do Oeste vinculado/tutorado pelo campus São Miguel do Oeste, campus oriundo do projeto de expansão II da Rede Federal (IFSC, 2019a).

Com uma população estimada em mais de 24 mil habitantes (IBGE, 2020), São Lourenço do Oeste está situado geograficamente na região Noroeste de Santa Catarina e faz parte da Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense - AMNoroeste, conforme figura 8.

Figura 8 Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense (AMNoroeste)



Fonte: AMNoroeste, (2020).

A AMNoroeste é composta também pelos municípios de Coronel Martins, Galvão, Jupiá, Novo Horizonte, São Bernardino, Quilombo, Irati, totalizando 48 mil habitantes (AMNOROESTE, 2020). Além dos municípios da AMNoroeste, o IFSC - SLO também atende estudantes de Campo Erê (SC) e Vitorino (PR).

O IFSC-SLO, oferta cursos de Qualificação Profissional, cursos de nível técnico nos eixos de Gestão e Negócio, Agronegócio e Tecnologia da Informação, e, também com cursos de Especialização a distância. Conforme os relatórios de gestão, o campus apresenta também grande participação em projetos de extensão (IFSC, 2019b).

Na dimensão da extensão, o IFSC - SLO participou das seleções dos editais para a oferta do programa Mulheres Sim desde o ano de 2016, tendo suas propostas selecionadas. Dessa forma, ofertou o programa nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019. No ano de 2020, apesar de ser selecionado para realizar a sua quinta edição, a sua execução foi suspensa em virtude da pandemia da COVID-19. Contudo, nas experiências analisadas, verifica-se que o cronograma de realização teve início no mês de agosto e término em dezembro (SIGAA, 2017, 2018, 2019).

Em cada edição ofertou 30 vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade social com idade acima de 15 anos, 1 vaga para um(a) aluno(a) bolsista matriculado(a) em curso técnico da instituição, e apoio de alguns alunos(as)

voluntários(as) do IFSC. É oportuno destacar também a relação de parceria com atores políticos importantes do contexto local do município. Em suas edições o programa contou com uma equipe de servidores da instituição, e com o apoio do CRAS (Centro de Referência e Assistência Social), Delegacia da Mulher, Prefeitura Municipal, palestrantes externos e comunidade em geral (SIGAA, 2017, 2018, 2019).

O quadro 2 apresenta as formatações do curso de extensão do Programa Mulheres Sim ofertadas pelo campus de São Lourenço do Oeste em cada edição do Programa Mulheres Sim. Nos anos de 2020 e 2021 não houve oferta devido a Pandemia do Covid-19, no ano de 2022 o programa foi retomado.

Quadro 2 Ofertas das edições do Mulheres Sim no IFSC - SLO

Ano das Edições	Proposta "A"	Proposta "B"	Proposta "C"
2016		X	
2017		X	
2018	X		
2019	X		
2022		X	

Fonte: Elaborado pela autora, segundo as informações do SIGAA (2017, 2018, 2019, 2022).

As opções acima "A, B e C", foram descritas na seção 2.3.1 que apresenta as características de cada proposta. Nos anos de 2016, 2017 e 2022 a formatação ofertada foi a proposta "B", com a opção do curso "Geração de Renda, Tecnologia e Valorização do Trabalho Feminino". Em 2018 e 2019 houve a alteração para a proposta "A", curso "Educação e Gênero". Não se evidenciou o motivo da alteração entre os anos de 2018 e 2019. Evidencia-se que a proposta "C" não foi selecionada em nenhuma das ofertas, e não existem registros que justifiquem a preferência por tais propostas.

A primeira edição realizada no ano de 2016, mobilizou um total de 22 mulheres, residentes nas cidades de São Lourenço do Oeste - SC e de Galvão - SC. Na ocasião foi ministrado o curso da opção B – "Geração de Renda, Tecnologia e Valorização do Trabalho Feminino" e as aulas foram realizadas no campus da instituição, no distrito de Frederico Wastner. As alunas desenvolveram produtos artesanais, que posteriormente foram comercializados na feira de Economia solidária

realizada na cidade de Galvão-SC. Também foram realizados os eventos com palestras e oficinas e o projeto de Acompanhamento de Egressas, além da formatura.

No ano de 2017, o programa seguiu a mesma linha de 2016 com o curso “Geração de Renda, Tecnologia e Valorização do Trabalho Feminino”, porém a Feira de Economia Solidária foi realizada no centro de São Lourenço do Oeste - SC. Os produtos artesanais foram confeccionados pelas alunas durante as aulas e na feira as alunas puderam expor de maneira prática o que aprenderam durante as aulas. Algumas participantes tiveram a oportunidade de vender seus produtos que confeccionaram em casa (SIGAA, 2017).

No ano de 2018, houve alteração na proposta do programa, em que se optou pelo curso de “Educação e Gênero”. Nesta edição foi firmado parceria com o Centro de Referência e Assistência Social – CRAS do Município de Jupiá-SC, o qual prestou todo suporte nas matrículas e transporte para as alunas de Jupiá até a instituição em Frederico Wastner. No desenvolvimento do curso, nas unidades curriculares ministradas de geração de renda e saúde da mulher e da família, as alunas juntamente com a professora construíram uma horta, permitindo a apropriação de técnicas de adubação e o plantio de hortaliças para posterior comercialização na feira de economia solidária (SIGAA, 2018).

Com essa alteração na edição do programa de 2018, partindo da linha do artesanato para a horta, também se optou em ofertar a oficina "Aproveitamento Integral de Alimentos", realizada em parceria com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI. O tema da oficina se alinhou com as disciplinas ministradas, em que puderam aprender sobre o aproveitamento integralmente alguns alimentos produzidos em suas próprias hortas que na maioria das vezes eram descartados, evitando assim, o desperdício, realizando receitas saudáveis e criativas na prática e principalmente contribuindo para uma alimentação mais rica e saudável (SIGAA, 2018).

No ano de 2019, o programa foi realizado na cidade de São Lourenço do Oeste e novamente foi ofertado na opção do curso de Extensão de Educação e Gênero. Contou novamente com a participação de mulheres residentes na cidade de Galvão – SC e de São Lourenço do Oeste. Os produtos para comercialização na feira, nesta edição, foram sabões artesanais. As alunas foram divididas em grupos menores, em que cada grupo elaborou uma receita diferente de sabão, seguindo o caderno de receitas elaborado pela professora. Esse momento foi muito importante,

pois aqui muitas trocaram experiências de suas vivências na fabricação de sabões (SIGAA, 2019).

Práticas simples, porém, de grande valia no que se refere ao desenvolvimento sustentável foram relatadas pelas alunas, como por exemplo: produção caseira de sabonete utilizando óleo de cozinha, produção caseira de água sanitária utilizando cinza de fogão a lenha, reutilização de materiais recicláveis como vidros, garrafas pets, caixas de leite, dentre outros. Além do efeito positivo na redução dos impactos ambientais, essas atividades praticadas pelas alunas e compartilhadas com as demais, as colocaram como protagonistas de um processo que elas não compreendiam com o devido valor (SIGAA, 2019).

No ciclo de palestras, também teve destaque a palestra realizada com o promotor de justiça da cidade de São Lourenço do Oeste - SC com o tema “Violência contra a mulher no âmbito familiar”. O encontro promoveu discussões e sensibilização das mulheres sobre a Lei Maria da Penha - Lei 11340/06, enfatizando as relações de afeto e violência, gênero e empoderamento (SIGAA, 2019).

Outro marco importante do programa foi a feira de economia solidária realizada no mês de dezembro de 2019 em dois locais no centro da cidade de São Lourenço do Oeste. Na ocasião foram comercializados produtos como: sabão em barra, sabão líquido, caixinhas de madeira, vidros e garrafas decoradas pela técnica de decupagem como também alguns produtos fabricados pelas próprias alunas (SIGAA, 2019).

Finalizando o programa de 2019, o momento muito esperado pelas participantes: a formatura, realizada no mês dezembro de 2019. Nesse evento de certificação fica evidente a importância de toda trajetória vivida e compartilhada, o quanto se sentem valorizadas, acolhidas e capazes (SIGAA, 2019).

O Programa Mulheres Sim, ofertado pelo IFSC campus de SLO, em suas quatro edições, possibilitou um conjunto de alternativas e experiências àquelas que dele participaram, representando uma oportunidade de opções de escolha no que diz respeito à autonomia e ao protagonismo dessas mulheres no âmbito familiar e social.

Nos eventos da Feira de Economia Solidária o contato das alunas com as vendas, de vivenciar experiências coletivas e do espaço público, permitiram aproximações com o mundo do trabalho. Repercutiram em aprendizados e compartilhamento de experiências relacionadas às técnicas específicas como elaboração e apresentação dos produtos, divulgação, organização comunitária,

cooperativismo, cálculo de preço de custo e preço final, técnica de produção, boas práticas de manipulação. Dessa forma, com a realização da feira, as mulheres compreendem sua importância no mundo e passam a valorizar sua produção (SIGAA, 2019).

Conforme o relatório final de extensão do ano de 2019, aponta-se como resultados qualitativos:

No Programa Mulheres Sim, ofertado pelo campus SLO, foi desenvolvido um conjunto de alternativas, que possibilitaram opções de escolha no que diz respeito à autonomia e ao protagonismo dessas mulheres no âmbito familiar; - compreendido a importância da valorização da mulher na sociedade e do exercício da cidadania; - apresentado alternativas que possibilitem a geração de renda; - ampliado os conhecimentos, frente a diversas unidades curriculares, e facilitado o acesso a diversas tecnologias. Sendo assim, as mulheres que participaram do curso desenvolveram autonomia em todos os aspectos: educacional, econômico, social e cultural. Dessa forma as mulheres poderão ser mais atuantes na sociedade, cumprindo seus deveres e exigindo seus direitos e cuidando da sua saúde e de sua família. Após a realização da feira, as participantes puderam perceber sua importância na sociedade e o valor de sua produção (IFSC, 2019b).

Nesse contexto, alguns dos resultados preliminares podem ser elencados, tais como: possibilidades de retomar a autoestima, incentivo à educação e qualificação para o mercado de trabalho, resgate e a apropriação de recursos e saberes para o enfrentamento das dificuldades diárias, promove a inclusão dessas mulheres nas dimensões educacional, econômica, social e cultural, promove atividades que subsidiam a geração de renda, a apropriação de saberes e o diálogo em que as mulheres envolvidas possam falar e serem ouvidas. Do mesmo modo amplia suas redes de relações, fortalecendo-as como grupo, bem como as possibilidades de acesso e interação com redes sociais.

O programa Mulheres Sim, que integra as dimensões de ensino e extensão do instituto federal possibilita também a aproximação institucional da sociedade, adentrando nos mais diversos contextos da comunidade local. Permite às comunidades conhecerem a instituição e os cursos ofertados e ao IFSC permite conhecer o local no qual está inserido, facilitando o planejamento de ofertas de cursos, por exemplo. Do mesmo modo, há perspectivas de interação e inserção com a sociedade por meio de sua atuação, proporcionando qualificação profissional e melhores condições no contexto do mundo do trabalho, além de constituir espaços

comunitários para troca de saberes, espaço de fala e compartilhamento por meio de construção de novos saberes (participantes, alunos (as), e servidores).

Diante dos resultados alcançados e pelo histórico do programa na cidade e região de São Lourenço do Oeste, o programa Mulheres Sim despertou interesse do poder público municipal de modo a estender e ampliar a oferta do programa. Logo, o estudo desenvolvido poderá auxiliar sobremaneira o processo de desenvolvimento de novas ofertas, com maior proximidade e melhores condições às mulheres participantes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O capítulo apresenta o percurso metodológico que orientou as etapas de investigação, organização e análise do conteúdo relativo às políticas públicas, o programa Mulheres Sim e as repercussões percebidas pelos sujeitos de pesquisa investigados. Para tanto, é importante considerar que as opções metodológicas são resultantes de processos que priorizam a abordagem dialógica e interdisciplinar, especialmente por considerar os contornos locais e regionais próprios do estudo, além das singularidades e heterogeneidades das participantes da pesquisa.

3.1 Caracterização da pesquisa

Em relação aos objetivos pretendidos, o estudo se caracteriza por uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa, descritiva, e com subsídio documental. Segundo Severino (2014) a pesquisa de campo, abrange desde os levantamentos que são mais descritivos, até estudos mais analíticos, em que o objeto/fonte é analisado em seu meio ambiente próprio, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador, ou seja, a coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, pois segundo Minayo (2009), a pesquisa qualitativa permite trabalhar com contextos da realidade, envolvendo fatores como por exemplo percepções e sentimentos pessoais que não podem ser quantificados. No caso da pesquisa documental, “tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações e documentos legais” (Severino, 2014, p.76). Dessa forma, a pesquisa contou com subsídio documental por meio dos relatórios, cartilhas, decretos, e leis referentes aos Programa Mulheres Mil e Mulheres Sim.

3.2 Os sujeitos de pesquisa e a coleta de dados

No que diz respeito aos sujeitos de pesquisa, o estudo envolveu atores importantes que atuaram no projeto, considerando atores políticos responsáveis pela condução do projeto, IFSC e CRAS, e mulheres beneficiárias do programa que

participaram das edições dos anos de 2018 e 2019. Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental e entrevista semiestruturadas que forneceram informações para uma análise de conteúdo contextualizada. De acordo com Severino (2014), às entrevistas são aquelas em que as questões são direcionadas e previamente estabelecidas, com determinada articulação interna.

As entrevistas foram agendadas com antecedência, sendo gravadas em áudio e posteriormente transcritas. É importante destacar que inicialmente a pesquisadora por critério de conveniência, entrou em contato com as participantes, apresentou os objetivos e convidou as mesmas a participar da pesquisa, esclarecendo eventuais dúvidas. Para as que concordaram a participar, foi apresentado o termo de consentimento livre esclarecido (Anexo II), sendo esse previamente aprovado pelo Comitê de Ética da presente universidade.

O roteiro das entrevistas estão dispostos no apêndice, sendo que apêndice I contempla o roteiro de entrevista para as concluintes do Programa Mulheres SIM, o apêndice II para a gestão do IFSC-SLO e o apêndice III para as organização CRAS. Salienta-se que os roteiros foram elaborados em consulta aos estudos similares, elaborados por Schmitt, (2020), Lagos; De Lreets Bernartt (2017), e Rosa (2016). A pesquisa foi realizada entre os meses de abril e Julho do ano de 2023, nas cidades de São Lourenço do Oeste, Jupiá e Galvão, locais em que o IFSC – SLO realizou as edições do programa Mulheres Sim.

Foi considerada, para a finalidade dessa pesquisa, como perspectiva de recorte temporal, o período de 2018 e 2019. A definição dessas edições se deu pelo fato de que nos anos de 2016 e 2017 a oferta do Programa Mulheres Sim foi a proposta “B” em que o curso ofertado foi Geração de Renda, Tecnologia e Valorização do Trabalho Feminino, e nos anos de 2018 e 2019 foi a opção “A” com o curso Educação e Gênero. Dessa forma, optou-se em analisar o período de 2018 e 2019 em que as ações tiveram as mesmas orientações e formatação.

Entre as duas edições do programa participaram ao todo 60 mulheres, dessas, sendo que foram entrevistadas 20 mulheres/sujeitos da pesquisa que concluíram Programa Mulheres Sim. Inicialmente, a proposta de pesquisa tinha como intenção realizar entrevistas com 6 mulheres que não conseguiram concluir o Programa no período a ser analisado. Contudo, as mulheres não concluintes não foram localizadas nos municípios incluídos na pesquisa, mesmo após a realização de vários esforços de localização junto aos municípios, CRAS e redes sociais.

O estudo definiu como critérios de inclusão: mulheres participantes do programa Mulheres Sim das edições dos anos de 2018 e 2019 maiores de 18 anos, residentes nas cidades de São Lourenço do Oeste - SC, Jupiá - SC e Galvão-SC; mulheres participantes do programa Mulheres Sim das edições dos anos de 2018 e 2019 maiores de 18 anos, residentes nas cidades de São Lourenço do Oeste - SC, Jupiá- SC e Galvão –SC que não conseguiram concluir o programa; gestores do IFSC/SLO e do Centro de Referência e Assistência Social - CRAS de São Lourenço do Oeste - SC, Galvão -SC e Jupiá-SC que atuaram na oferta do programa.

Foram critérios de exclusão: mulheres participantes do programa Mulheres Sim que estejam impossibilitadas de participar por questões de saúde, férias ou afastamento de qualquer natureza; gestores do IFSC/SLO e do Centro de Referência e Assistência Social - CRAS de São Lourenço do Oeste – SC, Galvão –SC e Jupiá-SC que estejam de férias ou em afastamentos de suas atividades de qualquer natureza; gestores do IFSC/SLO e do Centro de Referência e Assistência Social - CRAS de São Lourenço do Oeste – SC, Galvão –SC e Jupiá-SC que deixaram de atuar na oferta do programa.

Dessa forma, o estudo compreendeu: 1 participante da gestão do IFSC-SLO; 1 participante do CRAS de São Lourenço do Oeste – SC; 1 participante do CRAS de Jupiá- SC; 20 mulheres/sujeitos da pesquisa que concluíram Programa Mulheres Sim nas edições de 2018 e 2019 residentes nas cidades de São Lourenço do Oeste – SC, Jupiá – SC e Galvão – SC.

3.3 Análise dos dados - análise de conteúdo e as categorias *a priori*

Após a coleta dos dados, por meio das entrevistas semiestruturadas que foram devidamente gravadas, as mesmas foram transcritas para uma melhor análise. Posteriormente as transcrições com as informações coletadas foram categorizadas para posterior análise. A análise de conteúdo, segundo Bardin (2016) possibilita, por meio de um conjunto de técnica de análise das comunicações, abrir um horizonte de interpretações e considerações acerca de um tema determinado.

As categorias de análise que inicialmente foram definidas a priori e que se consolidaram ao longo do estudo foram as seguintes: a) elementos estruturantes do Programa Mulheres Sim no IFSC - SC; b) repercussões para o contexto das mulheres atendidas pelo programa e os diálogos com o desenvolvimento regional.

Segue abaixo na figura 9, a estrutura da síntese do percurso metodológico adotado para o desenvolvimento do presente estudo.

Figura 9 Percurso metodológico

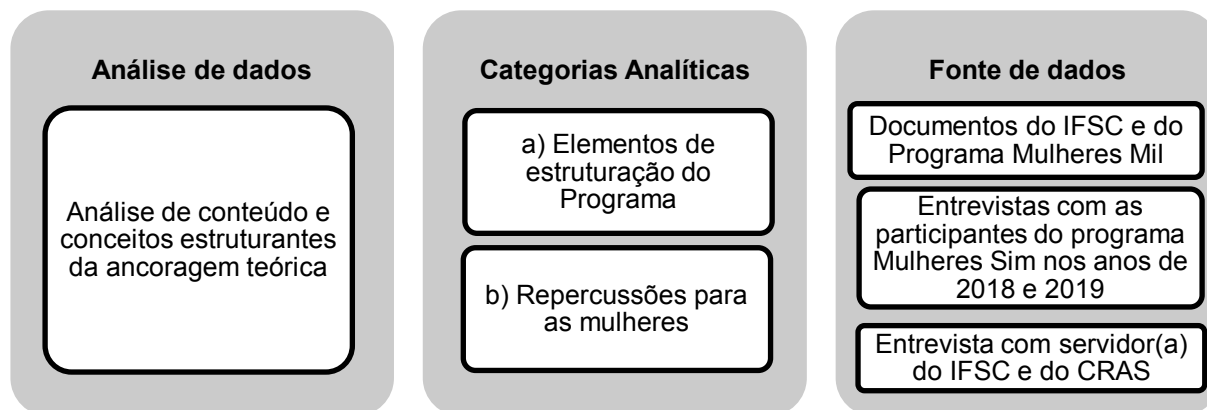


Fonte: Elaborado pela autora, (2022)

4 ANÁLISES E CARACTERIZAÇÕES DO PROGRAMA MULHERES SIM DO IFSC SÃO LOURENÇO DO OESTE: ELEMENTOS ESTRUTURANTES

Neste capítulo serão apresentadas as análises e caracterizações do programa Mulheres Sim do IFSC-SLO, seguindo as etapas propostas no percurso metodológico, conforme apresenta a figura 10.

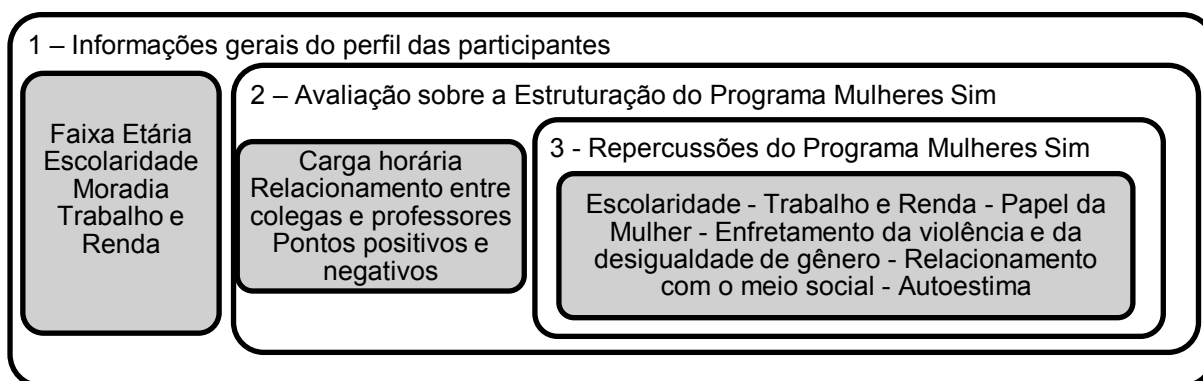
Figura 10 Percurso metodológico da análise de dados



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Para contemplar as categorias analíticas definidas: a) Elementos de estruturação do Programa e b) Repercussões para as mulheres, conforme apresentado acima, foram realizadas entrevistas com perguntas semiestruturadas para as participantes do programa das edições de 2018 e 2019 e entrevista com servidor(a) do IFSC e do CRAS. A entrevista com as mulheres participantes do programa Mulheres Sim, foi estruturada de forma a contemplar 3 subcategorias conforme mostra a figura 11.

Figura 11 Subcategorias principais da entrevista realizada com as mulheres participantes

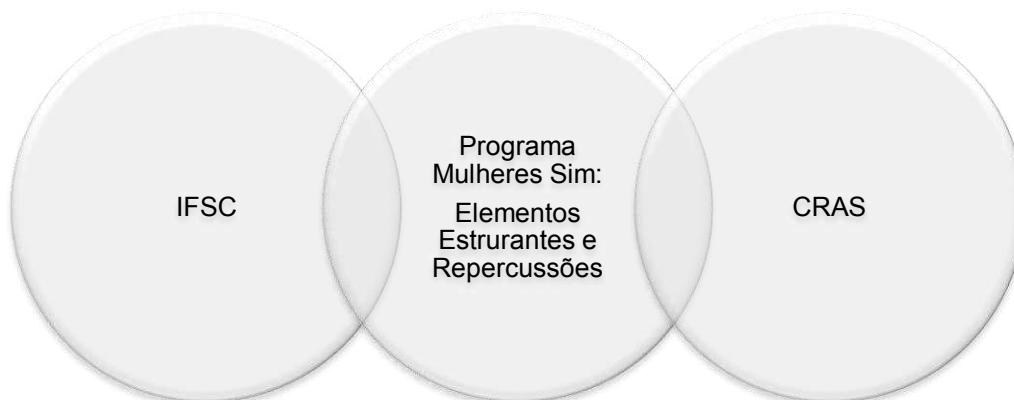


Fonte: Elaborado pela autora (2023).

É importante ressaltar que o primeiro momento de intervenção junto às participantes do programa, buscou-se traçar um perfil geral, agrupando informações da idade, estado civil, escolaridade, residência familiar, trabalho e renda. O segundo momento, por sua vez, se dedicou a identificar elementos de avaliação das mulheres entrevistadas quanto às suas trajetórias no âmbito do Mulheres Sim. Em relação ao terceiro momento, as intenções foram de identificar as repercussões na vida das participantes após a participação no programa, se houve mudança em suas escolaridades, no trabalho e renda, elementos relacionados contexto feminino de atuação como mulheres na sociedade, enfrentamento da violência e da desigualdade de gênero, no relacionamento com o meio social e em sua autoestima.

As perguntas das entrevistas realizadas com o IFSC-SLO e o CRAS vão contribuir com os alinhamentos às categorias citadas anteriormente (a- Estruturação do Programa e b- Repercussões verificadas), e também, visam compreender o papel das instituições, enquanto atores políticos de atuação local e regional (figura 12), relevantes na implementação e estruturação do Programa Mulheres Sim em parceria com o IFSC-SC.

Figura 12 Atores políticos na implementação do Mulheres Sim



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Neste contexto, participaram das entrevistas uma pessoa ligada à gestão do IFSC-SLO e duas pessoas ligadas ao CRAS, vinculadas aos municípios de São Lourenço do Oeste - SC e Jupiá - SC. Estava previsto a participação do CRAS da cidade de Galvão – SC, porém verificou-se que dentre o quadro de colaboradores atuais do CRAS, nenhum deles trabalhou no período analisado, ficando dessa forma,

dentro do critério de exclusão da pesquisa, o que impossibilitou realizar a entrevista no CRAS desta cidade.

Antes de apresentar as análises das entrevistas mencionadas, cabe destacar primeiramente a caracterização do perfil das mulheres participantes do Programa Mulheres Sim, a partir dos dados institucionais, assunto este, elencado como um dos objetivos específicos desta pesquisa e que também se configura como um dos elementos da estruturação do programa.

Como mencionado anteriormente, foi considerada, para a finalidade dessa pesquisa, como perspectiva de recorte temporal, o período de 2018 e 2019, anos em que o IFSC-SLO optou pela oferta do Programa Mulheres Sim (MS) na opção “A” com o curso “Educação e Gênero”, em que as ações tiveram as mesmas orientações e formatação. Nestas duas edições, foram ofertadas um total de 60 vagas, das quais 86,6% das participantes conseguiram concluir o programa e 13,3% desistiram ou não o iniciaram.

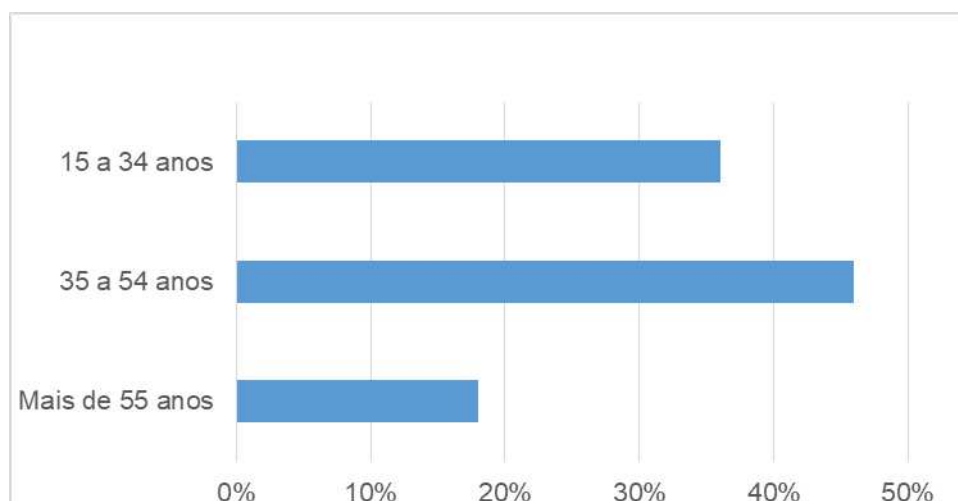
Os dados do perfil das mulheres foram identificados a partir de uma das etapas do Programa Mulheres Sim, que é o projeto de acompanhamento de egressas. Este projeto visa levantar informações sobre o perfil socioeconômico das mulheres, por meio da aplicação no início do curso de um questionário, conforme o modelo disposto no Anexo I, além de servir como um instrumento para o direcionamento das aulas e oficinas, de modo a atender necessidades específicas do público de cada campus (Edital PROEX 07/2019).

Em consulta às informações coletadas nos questionários preenchidos nos anos de 2018 e 2019 do programa Mulheres Sim do IFSC-SLO, foi possível gerar algumas informações para a análise do perfil socioeconômico das mulheres participantes. No ano de 2018, 30 alunas responderam ao questionário e no ano de 2019 das 30, apenas 20 responderam. Todos os dados estão organizados no Apêndice IV ao VIII. Destaca-se a seguir a síntese de alguns dados principais.

Em relação a faixa etária, foi possível identificar que no ano de 2018, 56% das participantes tinham idade entre 15 a 34 anos, 37% entre 35 a 54 anos, e 7% tinham mais de 55 anos. Nota-se um quadro de alunas numa faixa etária mais jovem. Já no ano de 2019 houve a participação de um público de mulheres com faixa etária mais alta, pois apenas 5% apresentaram idade entre 15 a 34 anos, 60% de 35 a 54 anos e 35% apresentou mais de 55 anos.

O gráfico 1 apresenta uma visão geral da faixa etária entre as duas edições.

Gráfico 1 Faixa etária das participantes dos anos de 2018 e 2019

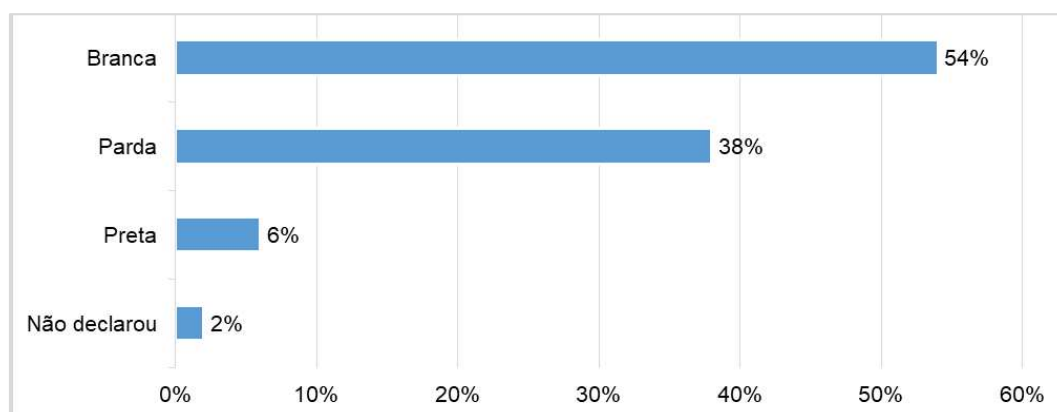


Fonte: IFSC - SLO (2018, 2019).

Houve um público representativo de mulheres com idades entre 35 anos a 54 anos 46%, entre 15 a 34 36% e com mais de 55 anos 18%.

Em se tratando da cor/raça das mulheres, no ano de 2018, 47% declararam ser branca, 7% preta, 46% parda, e não houve indicações de indígena e amarela. No ano de 2019, 65% declararam ser branca, 5% preta, 25% parda, e 5% optou em não declarar. O gráfico 2 apresenta a composição da cor/raça das participantes.

Gráfico 2 Cor / Raça declarada pelas participantes dos anos de 2018 e 2019



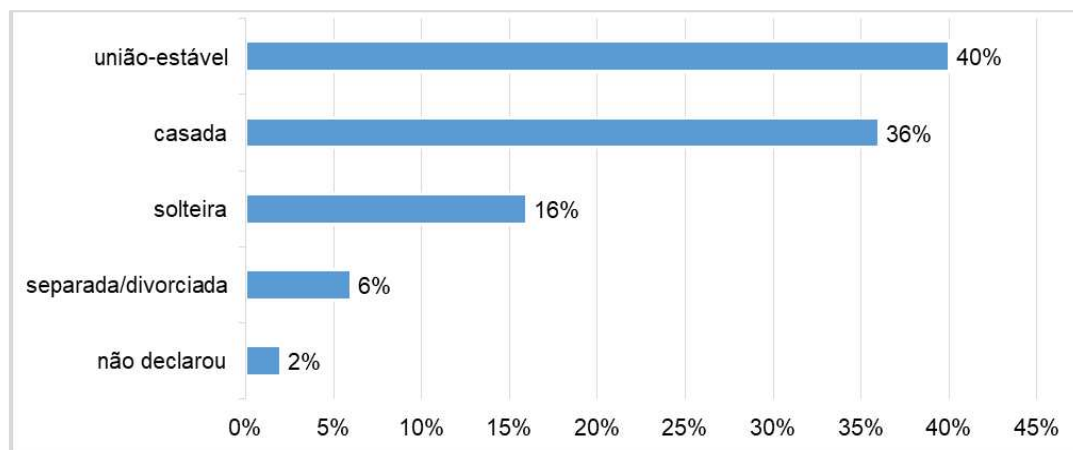
Fonte: IFSC - SLO (2018 - 2019).

Entre as duas edições houve uma participação de 54% de mulheres que se declararam brancas, 38% se declararam pardas, 6% se declararam preta, e 2% não se declararam.

Em relação ao estado civil no ano de 2018, 30% das participantes eram casadas, 43% mantinham união estável, 23% eram solteiras, 4% eram separadas ou

divorciadas. No ano de 2019, 45% eram casadas, 35% mantinham união estável, 5% eram solteiras, 10% eram separadas/divorciadas e 5% não responderam. Visualiza-se no gráfico 3 o perfil quanto ao estado civil das participantes.

Gráfico 3 Estado Civil das Participantes dos anos de 2018 e 2019



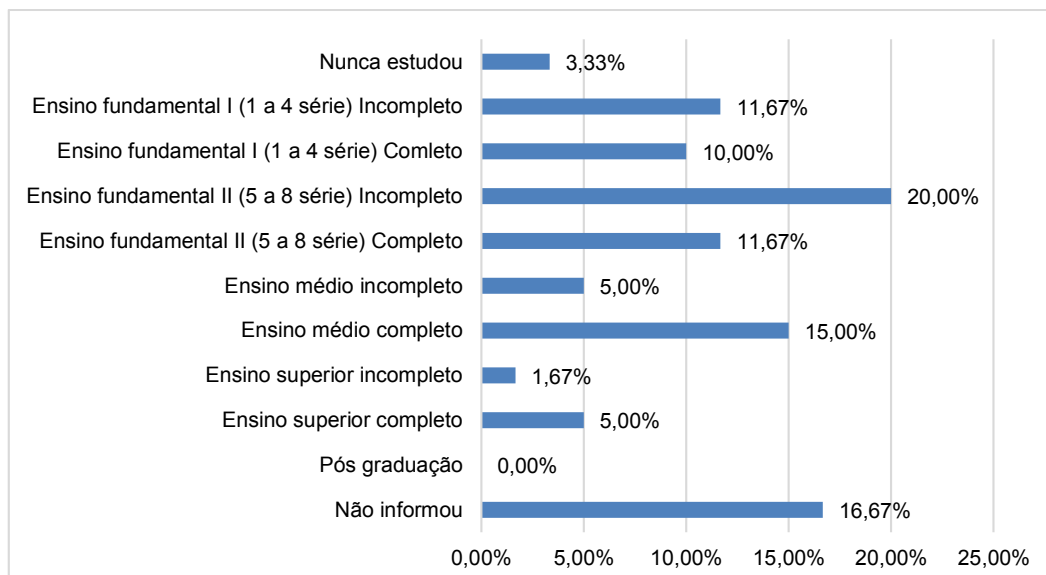
Fonte: IFSC - SLO (2018 - 2019).

O percentual entre mulheres casadas e com união estável é de 78% enquanto solteiras e separadas é de 22%. 2% optaram por não declarar seu estado civil. Em relação à localização de suas residências, verificou-se que 41% das mulheres residiam no meio rural e 51,5% no meio urbano e 7,5 não declararam. A divisão das mulheres entre meio rural e meio urbano é uma observação interessante, e indica a necessidade de considerar as particularidades de ambas as localizações, uma vez que a vida e as experiências podem variar significativamente entre esses contextos.

O Programa Mulheres Sim, alinhado com a missão institucional do IFSC, desempenha também o papel de inclusão, pois por meio da oferta de cursos de formação inicial e continuada, promove os saberes formais e não formais. Nesse contexto, busca o desenvolvimento de itinerário formativo para o público vulnerável de mulheres e meninas acima de 15 anos, privilegiando aquelas sem ou com pouca escolaridade.

Entre os anos de 2018 e 2019 o programa atendeu um público de mulheres, desde sem escolaridade até com o ensino superior. Os dados apresentados no gráfico 4, evidenciam a importância de considerar o nível educacional das participantes ao analisar os resultados do estudo, pois os diferentes níveis de educação podem influenciar suas perspectivas, capacidades e necessidades.

Gráfico 4 Escolaridade das participantes dos anos de 2018 e 2019

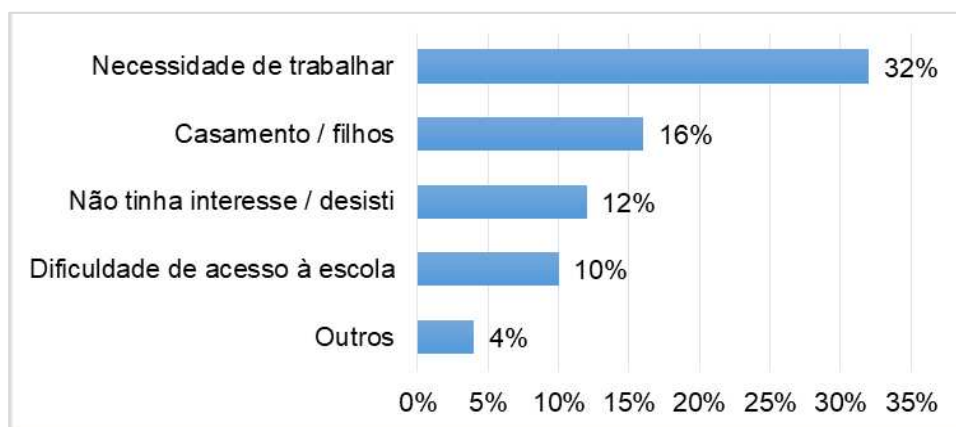


Fonte: IFSC - SLO (2018 – 2019).

Dentre os dois anos analisados, 3,33% das participantes nunca estudaram, 21,67% de 1ª a 4ª série (11,67% série incompleta, 10% completa), 31,67% cursaram de 5ª a 8ª série (20% incompleto, 11,67% completo), 20% cursaram o ensino médio (5% incompleto, 15% completo), e apenas 6,67% cursaram o ensino superior (1,67% incompleto, 5% completo) e 16,67% não informaram.

Por meio do questionário também foi possível identificar o motivo pelo qual as participantes não concluíram seus estudos. O gráfico 5 mostra os motivos:

Gráfico 5 Motivos por não concluir os estudos das participantes dos anos de 2018 e 2019

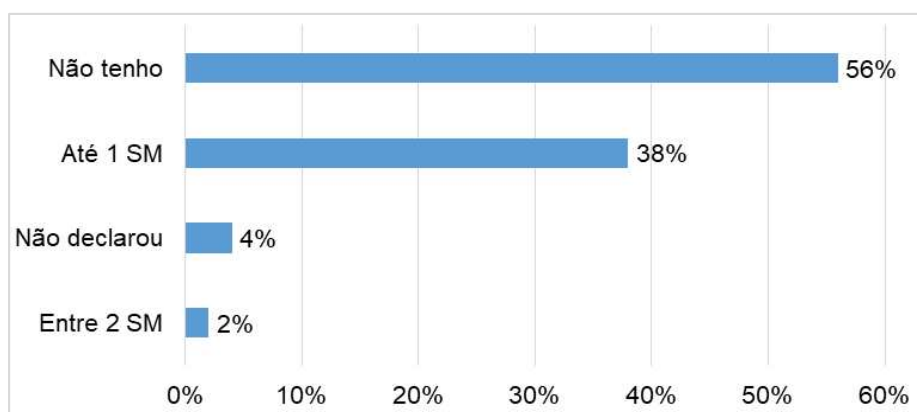


Fonte: IFSC - SLO (2018 - 2019).

Os fatores que levaram as mulheres a não concluírem seus estudos, estão entre trabalho, casamento, dificuldade no acesso à escola, entre outros. Nota-se que 32% apontaram que foi a necessidade de trabalhar, 16% apontam que foi devido ao casamento e nascimento de filhos, 12% não tinham interesse e acabaram desistindo, 10% apresentaram que tinham dificuldade de acesso à escola, 4% apontaram que foram outros motivos.

O gráfico 6 apresenta a renda pessoal das participantes.

Gráfico 6 renda pessoal das participantes dos anos de 2018 e 2019

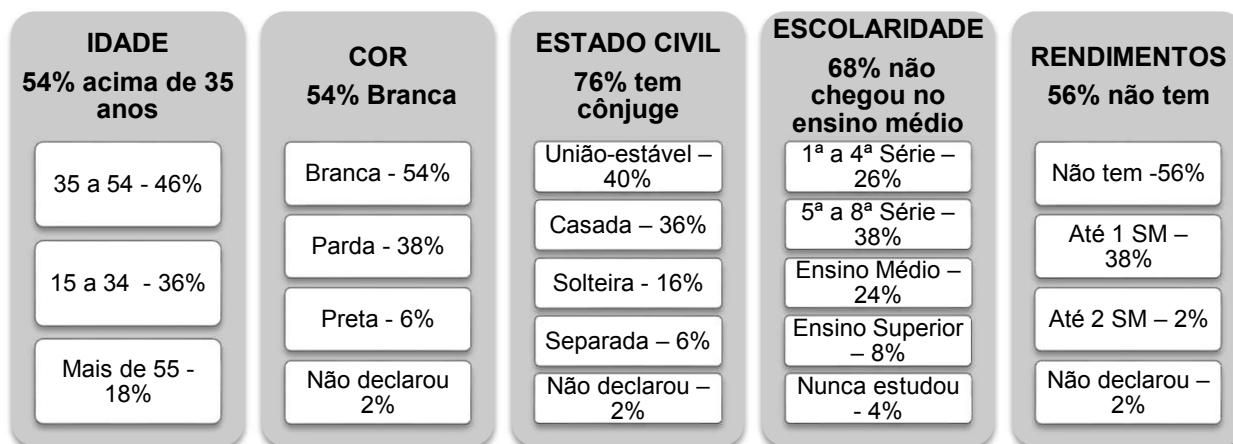


Fonte: IFSC - SLO (2018 - 2019).

Nas edições analisadas, houve a participação de mulheres em que 56% não tinham renda pessoal, 38% recebiam até 1 salário-mínimo, 4% não declararam e 2% até 2 salários-mínimos.

Em síntese, os dados apresentados permitem esboçar um perfil geral das participantes das edições dos anos de 2018 e 2019 apresentado na figura 13.

Figura 13 Perfil geral das participantes do Mulheres Sim - edições ano 2018 e ano 2019



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IFSC-SLO (2023).

Ao analisar alguns aspectos gerais da síntese é possível depreender que, 54% das participantes das edições analisadas contemplam mulheres que têm acima 35 anos, 54% se declaram brancas, 76% possuem companheiros, 68% não conseguiram cursar o ensino médio e 56% não possuem renda própria.

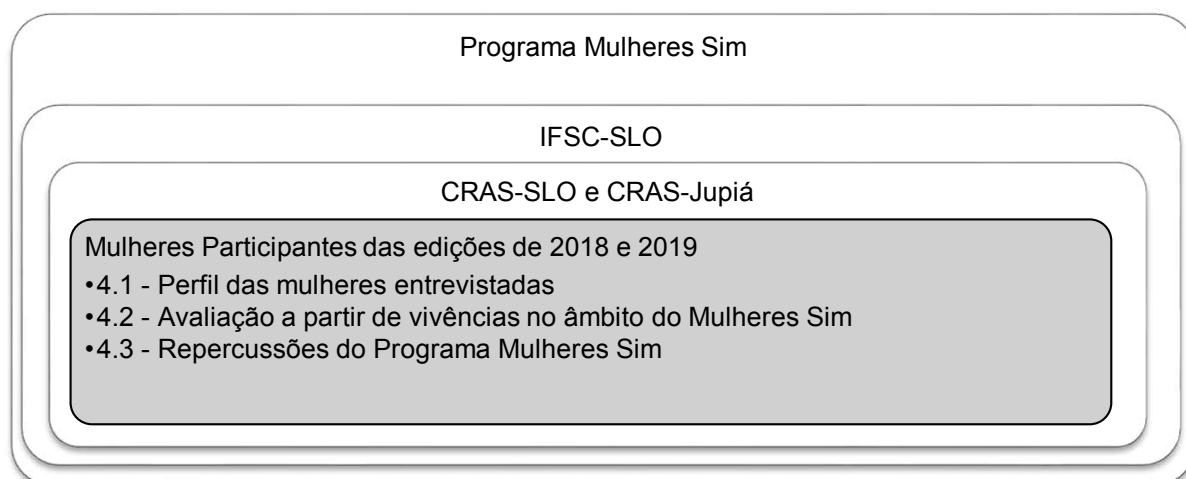
Percebe-se a partir dessas informações, que o Programa Mulheres Sim possui alcances em relação aos objetivos de atender seu público-alvo, que são preferencialmente mulheres sem escolaridade e pertencentes a grupos sociais vulneráveis específicos. Contudo, verifica-se também que o acesso ainda é privilegiado entre mulheres brancas em detrimento de mulheres pardas ou pretas, o que pode representar indícios de maior vulnerabilidade estabelecida entre as interseccionalidades entre mulheres e questões raciais (Hirata, 2018).

Do mesmo modo, é preocupante a caracterização relativa à formação escolar, tendo em vista que 64% das mulheres participantes não alcançaram o ensino médio. Tal perspectiva se soma à condição mais grave de vulnerabilidade, na medida em que mais da metade (56%) não possuem nenhuma fonte de renda, repercutindo para a limitação severa de exercício de autonomias. Neste contexto, além da formação geral, busca-se a elevação de renda das participantes, através de propostas sustentáveis, de empreendedorismo, formas associativas e comunitárias. Uma vez que as mulheres quando em situação de vulnerabilidade têm mais dificuldades de reverter o contexto social e econômico em que se encontram, e em permear novos caminhos para autonomia financeira.

Após identificar o perfil geral das mulheres participantes do Programa Mulheres Sim relativo às edições dos anos 2018 e 2019, é possível adentrar aos achados de pesquisa relativos ao quadro de mulheres participantes das entrevistas realizadas. Os mesmos foram produzidos no âmbito das entrevistas realizadas com uma parcela de mulheres que participaram destas edições, bem como, das entrevistas realizadas com servidores do IFSC-SLO e do CRAS-SLO e CRAS-Jupia.

A partir dos dados levantados, conforme destacado anteriormente, a estrutura da análise da pesquisa foi organizada conforme mostra a figura 14.

Figura 14 Estrutura de análise da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Seguindo a organização proposta, o capítulo está subdividido em três seções específicas: a primeira apresenta as caracterizações do perfil das mulheres entrevistadas; a segunda, aponta os principais aspectos avaliados pelas participantes quanto às vivências no âmbito do Programa Mulheres Sim e a terceira busca apontar as principais repercussões do Programa Mulheres Sim em âmbito regional.

4.1 Caracterização do perfil das mulheres entrevistadas





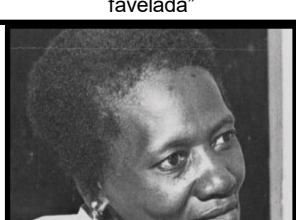

Entre os meses de abril a julho de 2023, foram entrevistadas um total de 20 (38%) mulheres concluintes do Programa Mulheres Sim, vinculado ao IFSC-SLO, sendo 10 mulheres que participaram do ano de 2018 e 10 do ano de 2019. Do total das entrevistadas, 5 (25%) são residentes da cidade de Jupia, 3 (15%) de Galvão e 12 (60%) de São Lourenço do Oeste.

Em contato com o CRAS das cidades de Jupia, Galvão e São Lourenço D'Oeste, bem como, com o setor Pedagógico do IFSC-SLO, não foi identificado no cadastro telefone e nem endereço das participantes que não concluíram o programa, tendo sido informado que as mesmas perderam o vínculo com as instituições. Dessa forma, não foi possível realizar as entrevistas inicialmente pretendido com este segmento de participantes. Verifica-se assim, um elemento importante que não apenas indica um limite da presente pesquisa, mas também da demanda de um

processo mais qualificado de acompanhamento de participantes não concluintes ou de potenciais casos de evasão em cursos de tal natureza.

De modo a resguardar o anonimato das mulheres entrevistadas, associamos os seus nomes a nomes de mulheres que fizeram parte da história da literatura brasileira. O intuito é também demonstrar que as mulheres, na esfera literária, ao longo da história precisaram também lutar para ocupar espaços que por muito tempo pertenceram ao contexto masculino. A figura 15 apresenta algumas informações das participantes e qual autora a representará.

Figura 15 Identificação das participantes

<p>Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) Júlia entrou para a história por ter lutado intensamente contra a escravidão. Dentre suas principais obras estão "O funil do diabo" e "A intrusa".</p>	<p>Cora Coralina (1889-1985) Seu primeiro livro foi publicado quando ela já tinha oitenta anos de idade. Escreveu contos que foram reunidos no livro "Estórias da casa velha da ponte".</p>	<p>Cecília Meireles (1901-1964) Com apenas 18 anos, a carioca Cecília Meireles publicou seu primeiro livro de poesia, marcado pelo simbolismo. Também jornalista, escreveu textos bastante críticos em relação à baixa qualidade da educação.</p>
 <p>Está na faixa etária dos 36 a 40 anos, estudou até a 8ª série.</p>	 <p>Está na faixa etária dos 36 a 40 anos, estudou até 6ª série.</p>	 <p>Está na faixa etária dos 36 a 40 anos, estudou até 8ª série.</p>
<p>Raquel de Queirós (1910-2003) A primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras. Dentre suas obras se destacam "O quinze", "Memorial de Maria Moura" e a coletânea "Cem crônicas escolhidas".</p>	<p>Carolina Maria de Jesus (1914-1977) Considerada uma das escritoras mais importantes da literatura brasileira, Carolina Maria de Jesus foi também a primeira escritora negra do país. tornou-se conhecida pelo livro "Quarto de despejo: Diário de uma favelada".</p>	<p>Clarice Lispector (1920-1977) Dona de uma escrita complexa, Lispector é uma das autoras mais relevantes de todos os tempos da literatura nacional. Um dos seus livros mais lidos é "A hora da estrela", tido como um dos mais simples.</p>
 <p>Está na faixa etária dos 56 a 60 anos, estudou até 6ª série.</p>	 <p>Está na faixa etária dos 61 a 65 anos, estudou até 4ª série.</p>	 <p>Está na faixa etária dos 51 a 55 anos, estudou até a 8ª série.</p>

Lygia Fagundes Telles (1923-2022)

Considerada como uma das escritoras mais autênticas da nossa literatura, os principais destaques ficam para "Seminário dos ratos" e a "Disciplina do amor" (contos) e para os romances "As meninas", "Verão no aquário" e "As horas nuas".



Está na faixa etária dos 56 a 60 anos, não alfabetizada.

Hilda Hilst (1930-2004)

Deixando para trás uma vida de certa riqueza, Hilst era a única filha de um fazendeiro de café, dedicou sua vida à escrita. Dentre seus principais títulos estão "Do desejo", "O caderno rosa de Lory Lamby" e "Cartas de um sedutor".



Está na faixa etária dos 26 a 30 anos, estudou até a 7ª série.

Adélia Prado (1935-)

Se consagrou como poetisa, mas também é autora de prosa, tem como destaques de sua obra títulos como "Solte os cachorros" e "Bagagem e Terra de Santa Cruz".



Está na faixa etária dos 26 a 30 anos, estudou até a 6ª série.

Nélida Piñon (1937-)

Tendo cursado jornalismo, desenvolveu extensa relação com revistas e jornais. Sua literatura é bastante diversa, contando com títulos como "A casa da paixão" e "Sala de Armas".



Está na faixa etária de 20 à 25 anos, estudou até a 1ª Série do 2º Grau.

Zélia Gattai (1916-2008)

Talvez a menos feminista de todas as grandes escritoras. Em 2001 foi eleita para a Academia Brasileira de Letras. Sua primeira e mais conhecida obra é um livro memorialista: "*Anarquistas, graças a Deus*" que começou a escrever aos 63 anos.



Está na faixa etária de 20 a 25 anos, está cursando o ensino superior.

Elvira Vigna (1947-2017)

Desenvolveu uma longa carreira dedicada à literatura. Recebeu o prêmio de ficção da Academia Brasileira de Letras e um Jabuti de literatura infantil. Seu décimo e último romance, "*Como se Estivéssemos em Palimpsesto de Putas*", lançado em 2016, foi muito elogiado pela crítica.



Está na faixa etária de 61 à 65 anos, tem ensino médio completo.

Ana Miranda (1951-)

Em 2015 recebeu o Prêmio da Academia Brasileira de Letras - Ficção, para o romance "Musa Praguejadora". Entre seus principais Romances: "Desmundo", "Amrik" e "Dias e Dias".



Está na faixa etária dos 56 a 60 anos, estudou até a 4ª série.

Ana Cristina Cesar (1952-1983)

Poeta, crítica literária e tradutora. É considerada um dos principais nomes da geração mimeógrafo da década de 1970, e também ao movimento de Poesia Marginal.








Está na faixa etária dos 66 a 70 anos, tem ensino médio completo.

Cíntia Moscovich (1958 -)

É escritora, jornalista e mestre em Teoria Literária. Em 2013, ganhou o primeiro lugar no Prêmio Literário Portugal Telecom, na categoria contos/crônica e também foi a vencedora do Prêmio Clarice Lispector.



Está na faixa etária dos 51 a 55 anos, estudou até a 4ª série.

<p>Carola Saavedra (1973-) Foi selecionada entre os vinte melhores jovens escritores brasileiros pela revista Granta. É autora dos romances: "Toda terça", "Flores azuis" e "Paisagem com dromedário" "O inventário das coisas ausentes".</p>	<p>Veronica Stigger (1973-) É escritora, jornalista, professora e crítica de arte. Em 2014 Veronica Stigger ganhou o prêmio São Paulo de Literatura e foi finalista do Portugal Telecom e Jabuti com o seu romance de estreia e título difícil: <i>Opisanie świata</i> ("descrição do mundo" em polonês).</p>	<p>Andréa del Fuego (1975-) Foca a sua narrativa em regiões mágicas e indefinidas do interior brasileiro, chegar mais perto do universal através das pequenas tragédias humanas. Seu romance destaque é <i>"Os Malaquias"</i>.</p>
 <p>Está na faixa etária dos 41 a 45 anos, estudou até a 6ª série.</p>	 <p>Está na faixa etária dos 61 a 65 anos, ensino médio incompleto.</p>	 <p>Está na faixa etária dos 46 a 50 anos, tem ensino médio completo.</p>
<p>Tatiana Salem Levy (1979-) O que a destaca é a segurança e maturidade da escritora iniciante, lidando com sua "autoficção". "A chave de casa" (2007) é um dos seus romances de destaque.</p>	<p>Luisa Geisler (1991-). Representa a renovação na literatura nacional. Seu livro de estreia, <i>"Contos de mentira"</i>, foi vencedor do Prêmio Sesc de Literatura 2010/2011. Em 2012, foi incluída na lista da revista Granta dos vinte melhores jovens escritores brasileiros.</p>	
 <p>Está na faixa etária dos 51 a 55 anos, estudou até a 8ª série.</p>	 <p>Está na faixa etária dos 61 a 65 anos, concluiu o ensino médio.</p>	

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

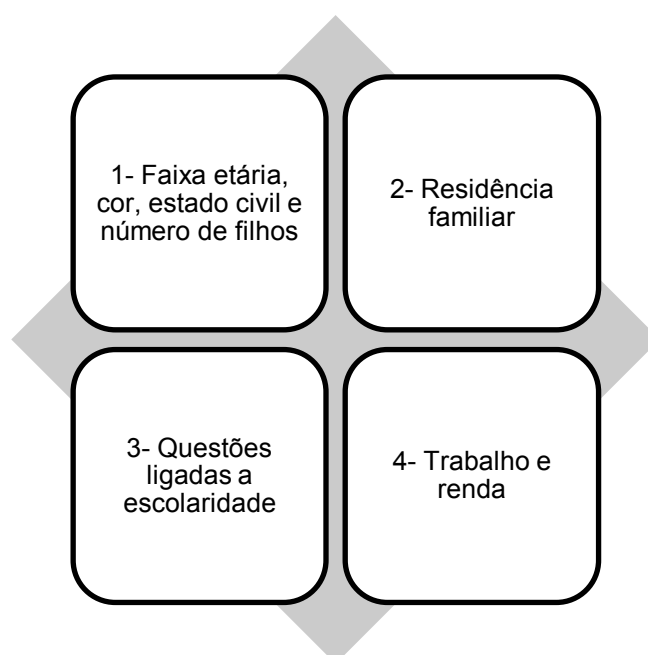
Assim, nos excertos selecionados, serão utilizados os nomes das escritoras conforme relacionado na figura 15, acompanhadas das informações de escolaridade e a idade, pois foram consideradas características importantes e dialógicas com as vivências relatadas. Essas informações são importantes para a compreensão dos lugares de fala dessas mulheres, que permitem compreender melhor o sentido dos ditos e não ditos. É importante considerar, em termos teóricos, a perspectiva

assumida pela constituição teórica sobre lugar de fala. Nesse sentido Djamila Ribeiro problematiza ao indicar que

O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de locus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência (RIBEIRO, 2017, p. 37).

As informações quanto à caracterização do perfil das mulheres entrevistadas foram organizadas agrupando as informações conforme mostra a figura 16.

Figura 16 Caracterização do perfil das mulheres entrevistadas



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A primeira, apresenta características do perfil das mulheres entrevistadas como faixa etária, cor, estado civil e número de filhos; a segunda, informações da residência familiar, localidade, meio urbano ou rural e quantidade de pessoas que residem no grupo familiar; a terceira, questões ligadas à escolaridade, fatores que impossibilitaram a continuidade nos estudos e intenções de cursos; a quarta, sobre trabalho e renda, envolvendo questões empregabilidade formal ou informal, benefícios sociais e renda mensal individual e familiar.

O Programa Mulheres Sim não possui limite máximo de idade e acolhe mulheres a partir dos 15 anos. Isso resulta em turmas com uma ampla variedade de

idades, estado civil e quantidade de filhos. A tabela 1, apresenta as principais características das mulheres entrevistadas.

Tabela 1 Perfil geral das mulheres entrevistadas

Pergunta principal	Categorias	Respostas	Percentual (%)
1 - Faixa etária	20 – 25 anos	2	10%
	26 – 30 anos	2	10%
	31 – 35 anos	0	0%
	36 – 40 anos	3	15%
	41 – 45 anos	1	5%
	46 – 50 anos	2	10%
	51 – 55 anos	3	15%
	56 – 60 anos	2	10%
	61 – 65 anos	4	20%
	66 – 70 anos	1	5%
2 - Cor	Branca	11	55%
	Parda	8	40%
	Preta	1	5%
3 - Estado civil	Casada	10	50%
	União Estável	7	35%
	Divorciada	1	5%
	Solteira	2	10%
4 - Número de filhos	Não tem	2	10%
	1 Filho(a)	2	10%
	2 Filhos(as)	10	50%
	3 Filhos(as)	4	20%
	4 Filhos(as)	2	10%

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

As faixas etárias variam de 20 a 68 anos, sendo que 65% têm mais de 41 anos, 15% têm entre 31 e 40 anos, e 20% têm entre 20 e 30 anos. Além disso, 55% das entrevistas se declararam de cor branca, e 45% entre parda e preta. 85% delas possuem cônjuges, e 80% possuem 2 ou mais filhos. A perspectiva da heterogeneidade entre as mulheres que realizaram o curso é mencionada como um elemento agregador e de compartilhamento de vivências importantes. Essa diversidade em sala de aula também possibilita a troca de saberes entre elas, como destacou a participante:

(...) às vezes umas eram mais velhas, outras um pouco mais novas, então cada uma tem uma experiência, tem um pensamento diferente, uma mentalidade um pouco diferente, uma experiência diferente (Zélia Gattai, 2023).

Por outro lado, exige um cuidado no planejamento das aulas, com didáticas que consigam atender as peculiaridades de cada faixa etária, como por exemplo, a

dificuldades no aprendizado, principalmente quando envolvem o uso e a apropriação de novas tecnologias, como relatado por Lygia:

É só porque eu não sabia no computador. É que eu não sabia só este, mais nada, só isso, porque não pude aprender (Lygia Fagundes Telles, 2023).

Neste sentido, as práticas pedagógicas, planos de aula, maneiras de trabalhar os conteúdos e avaliar têm um grande impacto. Segundo a gestora do IFSC (2023), ainda que os docentes que atuaram no programa não tenham recebido capacitação específica para ministrar as disciplinas e trabalhar com este público de jovens e adultos, a mesma destaca a preocupação dos professores e o alinhamento ao longo do programa:

O público atendido requer várias adaptações pedagógicas, como pensar atividades mais lúdicas, de integração, de saber fazer; vincular os conteúdos com a realidade das mulheres; buscar ouvir as suas experiências para a construção do conhecimento; dar sentido ao conhecimento para o exercício da cidadania, entre outras (IFSC, 2023).

Um exemplo desta vinculação dos conteúdos com a vivência das mulheres, está no relato da Ana Cristina:

O professor de matemática, pediu uma receita e daí a gente fez e ele queria calcular o custo dessa receita. Então aquilo foi tão interessante que daí ele foi colocar a nossa mão-de-obra, que tu tem, a tua mão de obra que tu vai fazer. Então ele colocou tudo no papel pra prevê quanto tu gastaria para fazer. Foi muito bom. Meu Deus, foi uma experiência ótima (Ana Cristina Cesar, 2023).

É possível perceber que o aprendizado com o professor de matemática em relação aos custos, se deu por meio de uma receita, e o interessante é que despertou a reflexão para o valor do seu trabalho, ou seja, sobre a invisibilidade ou não remuneração do trabalho doméstico, por exemplo, conforme relata Elvira:

(...) Nós tinha que calcular a nossa mão de obra que a gente não valorizava. A gente não valorizava a mão de obra, nós estava fazendo sem considerar o valor da mão de obra (...) (Elvira Vigna, 2023).

Neste sentido, as autoras Hirata (2020), Federici (2019) e Demetrio (2022) evidenciam que o trabalho doméstico, embora não remunerado, desempenha um papel crucial na manutenção da vida cotidiana e no fornecimento de uma mão de obra considerada para o sistema econômico capitalista. A ênfase é colocada na responsabilidade histórica das mulheres nessas atividades, muitas vezes relegando-

as a um papel invisível e subvalorizado na sociedade. Conforme problematiza Hirata (2018), essa distribuição desigual de responsabilidades tem raízes profundas nas relações de gênero, raça e classe social. As mulheres, especialmente as mulheres negras, foram historicamente encarregadas dessas tarefas, o que teve impacto em suas vidas e oportunidades.

Práticas simples de ensino, porém, influenciam no desenvolvimento da apropriação dos conceitos, principalmente na valorização de seus trabalhos domésticos. Esses fatores exigem da equipe que trabalha no programa muita responsabilidade, dedicação e criatividade para que essas alunas sejam incentivadas a permanecer no programa, com políticas e ações de permanência e acolhida, conforme complementa a Ana Cristina:

Olha, quando tu chega assim, num ambiente assim, diferente, todo mundo diferente. Só que chegamos lá nesse curso eu me senti tão bem, assim, com todo mundo, com professores e colegas. Assim, meu Deus, era tudo de bom. Tu tinha aquele dia marcadinho para ir, assim com vontade, sabe? A gente ia para esse curso com muita vontade mesmo (Ana Cristina Cesar, 2023).

No que diz respeito aos elementos associados à habitação familiar, as informações correspondentes estão sintetizadas na tabela 2.

Tabela 2 Residência familiar

Pergunta principal	Categorias	Respostas	Percentual (%)
Cidade	São Lourenço do Oeste	12	60%
	Jupia	5	25%
	Galvão	3	15%
Rural ou Urbana	Urbana	15	75%
	Rural	5	25%
Alugada, Cedida ou Própria	Própria	15	75%
	Alugada	3	15%
	Cedida	2	10%
Quantidade de pessoas que residem na casa	2 pessoas	8	40%
	3 pessoas	4	20%
	4 pessoas	3	15%
	5 pessoas	2	10%
	6 pessoas	1	5%
	7 pessoas	1	5%
	Mora sozinha	1	5%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

As características da residência familiar mostram que 60% das mulheres entrevistadas residem no município de São Lourenço do Oeste, 25% em Jupia e 15% em Galvão, sendo que 75% delas residem no meio urbano e 25% no meio rural. Do grupo entrevistado, 75% delas tem residência própria, o que demonstra uma

segurança habitacional e 60% tem até 3 pessoas que residem na casa. Esses dados auxiliam a compreender a abrangência do programa e suas famílias em diferentes áreas geográficas e contextos habitacionais.

O programa não exige pré-requisitos de escolaridade das participantes, abrangendo desde mulheres que não leem ou escrevem até aquelas cursando o ensino superior. Diante de tal contexto, há também diversos níveis de escolaridade verificados entre as participantes. A tabela 3 apresenta aspectos relacionados com a escolaridade e cursos de formação das entrevistadas.

Tabela 3 Escolaridade

Pergunta principal	Categorias	Respostas	Percentual (%)
1- Escolaridade	Não lê nem escreve	1	5%
	1ª a 4ª Série	2	10%
	5ª a 8ª Série	8	40%
	Ensino Médio Incompleto	3	15%
	Ensino Médio Completo	5	25%
	Superior Incompleto	1	5%
	Superior Completo	0	0%
2 - Motivos de não concluir os estudos	Necessidade de Trabalhar	8	40%
	Dificuldade de acesso à escola	6	30%
	Casamento precoce	3	15%
	Conseguiu concluir	2	10%
	Não tinha interesse/Desistiu	1	5%
3 - Curso que gostaria de fazer com as experiências que teve com o MS.	Mulheres Egressas	1	5%
	Matemática	1	5%
	Logística	1	5%
	Curso Técnico	1	5%
	Administração	1	5%
	Plantas medicinais	2	10%
	Horta Doméstica	2	10%
	Costura	3	15%
	Alimentos	3	15%
	Artesanato	5	25%
4 - Cursos que o IFSC poderia ofertar	Alimentos	2	10%
	Costura	2	10%
	Informática	2	10%
	Matemática	2	10%
	Mulheres Egressas	2	10%
	Não sabe	2	10%
	Administração	1	5%
	Artesanato	1	5%
	Empreendedorismo	1	5%
	Horta Doméstica	1	5%
	Logística	1	5%
	Plantas medicinais	1	5%
	PROEJA	1	5%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Entre as entrevistadas, 70% não concluíram o ensino médio, o restante, 30% concluíram este nível de ensino. Entretanto, uma particularidade que chama a atenção em relação ao grupo, é que algumas relataram que o processo de conclusão somente foi possível anos mais tarde ao período escolar vivenciado na infância e adolescência, principalmente por meio do EJA - Educação de Jovens e Adultos:

Depois eu voltei a estudar, depois de 15 anos de casada. Eu voltei porque uma cunhada precisava e eu fui de companhia para ela e acabei fazendo os 3 anos que eu precisava (Clarice Lispector, 2023).

Os motivos que as levaram deixar de estudar são citados como: a necessidade de trabalhar (40%), dificuldade de acesso à escola (30%), casamento precoce (15%) e não tinha interesse e desistiu (5%). Ainda, um número pequeno, (10%) conseguiram concluir o ensino médio, pois, não precisaram interromper seus estudos nenhuma vez.

O cenário descrito, de mulheres que tiveram que abandonar seus estudos, reflete uma realidade perversa ainda persistente. Várias razões justificam essa situação, muitas das quais foram resultado das desigualdades de gênero e das restrições sociais da época. A necessidade de contribuir para o sustento da família foi uma das principais razões pelas quais muitas mulheres abandonavam e continuam a abandonar seus estudos:

Eu parei de estudar porque na minha época a gente tinha que trabalhar. O pai não deixava a gente estudar, inclusive, quando eu terminei a quarta série, eu chorava para fazer, na época, era o ginásio que diziam. E ele dizia: filha, se tu quer comer, tu tem que trabalhar. Então eu parei de estudar por causa disso (Ana Miranda, 2023).

O trabalho na agricultura era uma atividade comum, e muitas vezes as mulheres eram responsáveis por ajudar nas atividades agrícolas. Demetrio (2022) aponta sobre essa questão da invisibilidade do trabalho doméstico e de cuidado, e que geralmente é tido como dever feminino. Os impactos vistos no depoimento acima, mostram como a educação ficava em segundo plano em relação às responsabilidades familiares. Isso limitava o tempo e a energia disponível para dedicar aos estudos:

(...) é porque precisava trabalhar para me manter, daí eu não podia estudar. Ajudava em casa e trabalhava na roça (Ana Cristina Cesar, 2023)

Só não completei porque não consegui mais estudar, tive que parar porque eu trabalhava, era muito nova, trabalhava, não aguentava o serviço e o estudo (Carola Saavedra, 2023).

Nota-se nos trechos acima que a educação formal para meninas não era considerada uma prioridade, especialmente em áreas onde o trabalho manual era mais valorizado, ou ainda, quando o trabalho rural, físico e penoso se impunham como prioridade. A falta de escolas próximas era outra barreira significativa para a educação das mulheres. Muitas comunidades rurais não tinham acesso fácil às escolas, o que tornava difícil para as meninas frequentarem as aulas regularmente, situação essa relatada pelas participantes abaixo:

Eu sempre gostei, sempre amei estudar. Mas naquele tempo tinha muita dificuldade, 15 km a pé era difícil para ir. O pai não deixava, ciúme (Clarice Lispector, 2023).

Eu parei, por causa que quando eu concluí a quarta série e na distância que a gente estava não tinha condições, não tinha outras oportunidades de estudo. Aí tinha que sair para a cidade, daí os pais não aceitaram. Não tinha escola perto (Carolina Maria De Jesus, 2023).

Os depoimentos também apontam que algumas mulheres abandonaram seus estudos, devido ao casamento precoce. Isso reflete a realidade social e cultural fundamentado no papel tradicional das mulheres, frequentemente associado à vida doméstica, ao casamento e à maternidade. Como resultado, havia uma pressão social para que as mulheres priorizassem essas responsabilidades em detrimento de suas aspirações educacionais e profissionais. O casamento precoce frequentemente significava que as jovens eram incentivadas a deixar a escola para se concentrar nas responsabilidades familiares.

Eu parei porque daí era difícil. Daí também daí eu casei, também. Casei com 13 anos e daí foi a minha decisão de parar ali. Ninguém me obrigou a parar. Nem meu marido, nem ninguém, eu, que quis parar (Adélia Prado, 2023).

Na verdade eu casei. Lá no interior os pais não deixavam a gente sair fora estudar e coisa, e daí demorei para fazer o supletivo. Aí quando resolvi casei e aí parei e fui trabalhar (Cecília Meireles, 2023).

Ao longo das últimas décadas, houve avanços alcançados na promoção da equidade de gênero e no acesso à educação. Mudanças nas normas sociais, ações adotadas para melhorar o acesso à educação e os movimentos de empoderamento das mulheres contribuíram para uma redução dessas desigualdades. No entanto, ainda existem desafios a serem superados, especialmente em áreas rurais e

comunidades periféricas. É importante reconhecer essas questões para que as políticas públicas sigam em direção a um futuro no qual todas as mulheres tenham oportunidades iguais de educação e desenvolvimento pessoal.

Adicionalmente a isso, Federici (2019) ressalta a importância da conscientização sobre o valor do trabalho doméstico, geralmente não remunerado e do papel que as mulheres desempenham, muitas vezes invisível e não reconhecido, e como ele é muitas vezes subestimado ou reduzido a tarefas simples. O papel que as mulheres desempenham, segundo a autora, é um papel vital na produção da força de trabalho que movimenta toda a economia.

Além de muitas atuarem no mercado de trabalho, têm à complexa dinâmica que envolve suas responsabilidades domésticas, que não se resume apenas à limpeza ou culinária, mas também envolve o cuidado emocional e físico dos membros da família (Hirata, 2020). Além disso, Federici (2019) destaca as pressões sociais enfrentadas pelas mulheres para se encaixarem em certos padrões estéticos e comportamentais:

Conseguir um segundo emprego nunca nos libertou do primeiro. Ter dois empregos apenas significou para as mulheres possuir ainda menos tempo e energia para lutar contra ambos. Além disso, uma mulher, trabalhando em tempo integral fora ou dentro de casa, casada ou solteira, tem que gastar horas de trabalho na reprodução da sua própria força de trabalho, e as mulheres bem sabem a tirania dessa tarefa, pois um vestido bonito e um cabelo arrumado são condições para arranjar um emprego, tanto no mercado conjugal quanto no mercado de trabalho assalariado (Federici, 2019, p. 69).

Fatores como esses que estão enraizados historicamente impactam profundamente a vida de muitas mulheres, limitando suas oportunidades educacionais, profissionais e pessoais. A desigualdade de gênero tem provocado diversas situações adversas para muitas mulheres, incluindo interrupção de seus anseios e aspirações, como observa-se nos comentários abaixo:

Eu queria fazer um curso. Não queria trabalhar mais de serviços gerais, queria fazer um curso para trabalhar diferente. (Júlia Lopes de Almeida, 2023).

O ensino como eles ensinavam antigamente, era um ensino muito bruto. Mas eu voltaria a estudar. Agora já se torna um pouco mais difícil por causa da idade. Mas eu sempre gostei assim, de trabalhar com crianças (...) eu me imaginava lá na frente várias vezes dando aula (Carolina Maria de Jesus, 2023).

Eu não deixaria de estudar, continuar a quarta série, subindo e fazer uma universidade, se tivesse dado eu queria fazer de economia, eu queria

entender a economia brasileira. Todas as economias. Eu tinha esse sonho. (Veronica Stigger, 2023)).

Diante desses contextos, é importante que sejam envidados esforços para promover a formação para mulheres com baixa escolaridade que não tiveram oportunidades de estudar. Programas de capacitação e políticas de inclusão podem ajudar, como é o exemplo do Programa Mulheres Sim. Neste sentido, os cursos sugeridos pelas entrevistadas, com as experiências que tiveram com o Programa Mulheres Sim, apontam também para cursos e temáticas que gostariam de realizar, que vão desde artesanato, alimentos, costura, de plantas medicinais entre outros:

(...) De costura era bom, porque daí a gente em casa, a gente compra uma máquina, daí ali pra gente, a gente costura ali, vai aprendendo. A gente pode aprender e pode ensinar os filhos também, porque as filhas tão perto da gente, nora tudo, daí a gente vai ali fazendo (Cora Coralina, 2023).

Teria que ser um que não puxa muito a mente. Daí a gente já com a idade que a gente tem, já não dá tempo de fazer? Que daí a gente, eu tenho a loja. Daí, tipo, daí é mais, mais puxado. De loja, de como administrar. Isso seria melhor (Tatiana Salem Levy, 2023).

Os cursos que o IFSC-SLO poderia ofertar sugeridos foram: alimentos, costura, informática, matemática, mulheres egressas, administração, artesanato, empreendedorismo, horta doméstica, logística, plantas medicinais e o PROEJA.

O IFSC podia oferecer assim de alimentos, conservas de frutas de verduras. Esses de você aproveitar essas coisas que a gente tem em casa (...) (Elvira Vigna, 2023).

Novamente o mulheres sim. E também o de Plantas medicinais de novo, porque aprendemos muito. Eu acho assim que poderia fazer o mulheres sim, mas com as mulheres que já fizeram, poderia ser mulheres egressas, com assuntos sobre a família, a educação, artesanato, que é o meu forte. Porque a gente nunca sabe o suficiente (Cíntia Moscovich, 2023).

Embora esses cursos sejam importantes para aprimorar habilidades e conhecimentos específicos relacionados a determinadas áreas de atuação, eles não podem ser considerados uma solução completa para problemas mais amplos. Neste sentido, evidencia-se que idades acima de 50 anos combinada com baixa escolaridade pode criar desafios adicionais para as mulheres, podendo resultar em várias dificuldades específicas, como por exemplo, no mercado de trabalho, que

seleciona pessoas com educação mais avançada e que estão mais familiarizadas com novas tecnologias.

É notável que a limitação das opções de trabalho manual no programa, que muitas vezes se concentra em atividades artesanais, pode ser uma barreira significativa. A constatação de que nem todas as participantes possuem habilidades manuais suficientes pode tornar-se difícil para elas continuarem após a conclusão do curso. Essa questão ressalta a importância de considerar as diversas habilidades e interesses das mulheres envolvidas, a fim de oferecer alternativas de geração de renda mais abrangentes e acessíveis.

Esses fatores geram falta de oportunidades e as mulheres nessa faixa etária podem ter mais dificuldade em encontrar empregos que valorizem suas habilidades e experiências, resultando em empregos informais e com baixa remuneração, ou também, isso pode levar ao desemprego prolongado. Neste aspecto, a tabela 4 apresenta a questão de trabalho com vínculo empregatício e renda das entrevistadas.

Tabela 4 Trabalho e renda

Pergunta principal	Categorias	Respostas	Percentual (%)
Trabalha atualmente com vínculo empregatício	Não	11	55%
	Sim	9	45%
Trabalho Formal ou Informal	Informal	7	35%
	Formal	2	10%
	Não se enquadra	11	55%
Recebe algum tipo de benefício do Governo	Não	9	45%
	Sim – Aposento	6	30%
	Sim – Bolsa Família	4	20%
	Sim – Bolsa de Estudos	1	5%
Renda mensal individual	Meio Salário	7	35%
	Não tem renda	4	20%
	1 Salário	3	15%
	1 Salário e meio	3	15%
	2 Salários	3	15%
Renda mensal da família	3 Salários	7	35%
	1 Salário e meio	6	30%
	2 Salários	2	10%
	Acima de 4 Salários	3	15%
	Meio Salário	1	5%
	1 Salário	1	5%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Os dados revelam a situação das mulheres entrevistadas em relação ao trabalho com vínculo empregatício, renda e benefícios e direitos sociais, a partir disso é possível destacar alguns elementos importantes de serem problematizados:

- **Taxa de emprego e informalidade:** dos percentuais encontrados, é uma parcela significativa das mulheres entrevistadas não está empregada. Apenas 45% trabalham com vínculo empregatício, e dentro desse grupo, a grande maioria (35%) está envolvida em trabalhos informais, o que pode indicar uma falta de acesso a empregos formais e benefícios associados. Apenas 10% das mulheres têm carteira assinada, o que demonstra uma predominância de empregos informais. A falta de carteira assinada está frequentemente associada à ausência de direitos trabalhistas, como seguro-desemprego, férias remuneradas e previdência social.

- **Direitos e benefícios sociais:** 30% das mulheres recebem aposentadoria, em relação aos benefícios sociais mencionados, 20% recebem o Bolsa Família e 5% bolsas de estudo.

- **Renda individual:** os dados sobre renda individual revelam uma distribuição diversificada, sendo que (20%) não tem renda própria, o que pode levar a uma dependência financeira e resultar em limitações de autonomia. Um número semelhante (35%) recebe apenas meio salário-mínimo. Esse cenário pode indicar desafios para as mulheres em termos de atendimento às suas necessidades básicas, para a qualidade de vida e o bem-estar.

- **Renda familiar:** no que diz respeito à análise da renda familiar, esta aponta que 40% das mulheres estão em lares com renda entre um e um salário e meio, 35% das mulheres vivem em famílias com renda até três salários, indicando uma faixa protetora, enquanto 15% estão em famílias com renda acima e quatro incidentes.

Estas informações oferecem uma perspectiva de complexidade das condições das mulheres entrevistadas. A alta taxa de informalidade no emprego, a dependência de benefícios sociais e a distribuição variável da renda indicam desafios econômicos, psicológicos e sociais que podem estar afetando as mulheres e suas famílias. Esses dados podem ser usados para embasar políticas públicas tratadas para a promoção do trabalho formal e qualificado, a assistência de benefícios sociais e a melhoria das condições de renda para as mulheres.

Essas questões, para Federici (2019) ainda são reflexos das tradicionais divisões de trabalho com base no gênero, a qual teve impacto significativo nas relações de poder entre homens e mulheres. Atualmente vivencia-se a “crise da tradicional divisão sexual do trabalho” (Federici, 2019, p. 110), que pode ser uma oportunidade para uma sociedade com equidade. De acordo com a autora, com o passar do tempo, a sociedade tem visto mudanças nas expectativas de gênero e nas

oportunidades oferecidas a todos. As mulheres têm cada vez mais acesso à educação, ao mercado de trabalho e à independência econômica. Isso significa que a antiga dependência econômica das mulheres em relação aos homens está sendo desafiada, o que pode resultar em uma redefinição das relações de poder entre os gêneros e pode ter impactos profundos na forma como a sociedade percebe as capacidades e papéis de homens e mulheres.

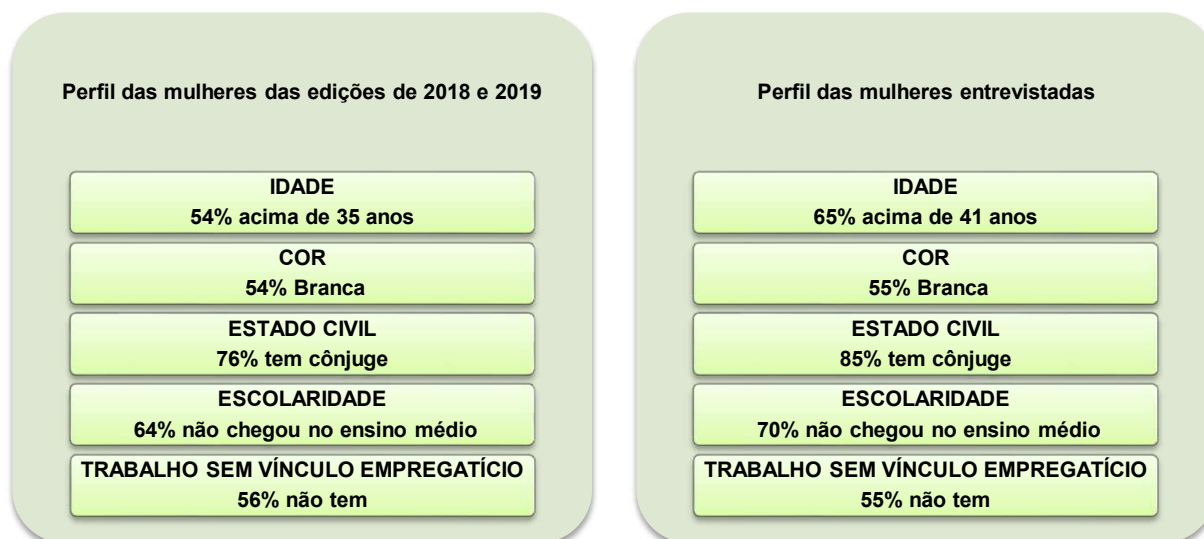
Por outro lado, ao conquistar outros espaços, as mulheres passam por uma pressão adicional. As demandas de emprego e as obrigações familiares, pode ter consequências negativas para sua saúde física e mental, como menciona Federici (2019, p. 109 e 110):

Como já indiquei, a principal mudança nesse sentido foi conquistada pelo aumento da migração das mulheres para a força de trabalho assalariada, que, nos anos 1970, foi a principal contribuição para o aumento do poder socioeconômico das mulheres. Essa estratégia, no entanto, tem muitos limites. Enquanto o trabalho dos homens diminuiu na última década, as mulheres hoje trabalham ainda mais do que no passado. Isso acontece particularmente entre as mulheres chefes de família e as mulheres com salários baixos, que muitas vezes são obrigadas a fazer bicos para poder pagar as contas. O fardo que muitas mulheres ainda carregam se reflete bem no seu histórico médico (...) Essas estatísticas são o sintoma do preço que as mulheres pagam ou por levar a vida como donas de casa em tempo integral, ou pelo fardo da jornada dupla, isto é, o fardo de uma vida construída exclusivamente sobre o trabalho. Está claro que nenhuma mudança positiva pode ocorrer na vida das mulheres se não houver uma profunda transformação nas políticas sociais e econômicas e nas prioridades sociais.

Embora as mulheres tenham ingressado cada vez mais no mercado de trabalho, isso não levou a uma diminuição na carga de trabalho das mulheres. Pelo contrário, em muitos casos, as mulheres hoje trabalham ainda mais, especialmente aquelas que são chefes de família ou que têm empregos com baixos salários. Isso muitas vezes resulta em jornada dupla, na qual as mulheres precisam equilibrar o trabalho remunerado com as responsabilidades domésticas e familiares.

De forma a sintetizar a primeira parte da análise das entrevistas, organizou-se na figura 17 as caracterizações principais do perfil geral das turmas de 2018 e 2019, e o perfil das mulheres entrevistadas que participaram dessas edições.

Figura 17 Síntese das caracterizações do perfil das mulheres integrantes do Programa Mulheres Sim



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Nos dois cenários descritos, tornam-se visíveis diversas características que auxiliam na compreensão das mulheres que foram entrevistadas. Essas características abrangem aspectos pessoais, econômicos, sociais e as próprias situações no âmbito de seus lares. Desde idades avançadas, pouca escolaridade até problemas de saúde. Esse grupo de mulheres está confrontando uma realidade atual que também molda não só suas trajetórias de vida, mas principalmente por uma história marcada pelas intersecções entre gênero, raça e classe (Saffioti, 1978) (Hirata, 2018).

Além disso, muitas mulheres são responsáveis pelos cuidados com a casa e familiares, especialmente quando cuidam de pais idosos ou de seus filhos pequenos. Isso frequentemente resulta em uma dependência maior de seus cônjuges ou de benefícios sociais.

A dificuldade de acesso é um obstáculo que muitas mulheres enfrentam, seja devido a casamentos precoces, à falta de oportunidades de trabalho ou a uma sociedade ainda permeada por estruturas patriarcais. A dependência financeira dos cônjuges é uma realidade para muitas, limitando suas autonomias e poder de decisão. Em resumo, o perfil das mulheres em ambientes domésticos é caracterizado por desafios diversos, que vão desde o desencadeamento de adoecimento até as barreiras sociais.

O retorno ao estudo é uma opção que algumas mulheres consideram para buscar maior independência, convívio social e realizações pessoais. No entanto, esse caminho muitas vezes é acompanhado por desafios experimentados, como a dificuldade no aprendizado devido a longos períodos distantes da educação formal e a necessidade de conciliar com as responsabilidades domésticas.

Nesse cenário, as instituições públicas desempenham um papel crucial. Elas podem oferecer acolhimento às mulheres que buscam retorno ao estudo ou ao mercado de trabalho, fornecem suporte para enfrentar as dificuldades e oferecem recursos para que conquistem seus espaços na sociedade. A importância dessas instituições transcende a esfera individual, impactando positivamente o contexto familiar, a comunidade e a sociedade como um todo. O papel das instituições públicas é fundamental para garantir que suas lutas se convertam em conquistas, permitindo um avanço coletivo em direção a uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

Entretanto, tais perspectivas podem ser mais bem amparadas se compreendidas também para além do perfil e se problematizadas a partir de suas vivências. Assim após analisar algumas informações do perfil das mulheres entrevistadas, destacaremos no próximo tópico a percepção delas quanto às suas vivências no bojo do Programa Mulheres Sim.

4.2 Vivências no âmbito do programa mulheres sim

Nos anos de 2018 e 2019, o IFSC-SLO ofertou, no âmbito do programa Mulheres Sim o curso de “Educação e Gênero”, sendo que em 2018 participaram do programa mulheres residentes na cidade de São Lourenço do Oeste - SC e da cidade de Jupiá –SC. Uma vivência interessante proporcionada pelo programa, foi o desenvolvimento da unidade curricular Geração de Renda, na qual as alunas, juntamente com a professora construíram uma horta, permitindo a apropriação de técnicas de adubação e o plantio de hortaliças. Já no ano de 2019 participaram mulheres residentes da cidade de São Lourenço do Oeste e da cidade de Galvão – SC, sendo que na unidade curricular Geração de Renda, as alunas fabricaram sabão em barra, sabão líquido, caixinhas de madeira, vidros e garrafas decoradas pela técnica de decupagem.

De modo a identificar as percepções e avaliações das entrevistadas em relação à essas trajetórias entre as duas edições do programa, a segunda parte da

entrevista realizada englobou questões que abordaram diversos aspectos, abrangendo motivos para participar, como tomaram conhecimento sobre o programa, a importância da assistência estudantil, carga horária, interação com os professores e outros membros da equipe do IFSC-SLO, aspectos positivos, negativos e o que não agradou no programa, além de aspectos sobre relações entre colegas e com os professores, o apoio e incentivo para continuar frequentando as aulas. A síntese das respostas é apresentada na tabela 5.

Tabela 5 Trajetórias no âmbito do Programa Mulheres Sim

Pergunta principal	Categorias	Respostas	Percentual (%)
1 - Motivação de participar	Para sair de casa e para aprender algo	8	40%
	Para sair de casa - tinha depressão	5	25%
	Fazer novas amizades e aprender	5	25%
	Não lembra	2	10%
2 - Como ficou sabendo do curso	CRAS	14	70%
	Amigas	3	15%
	IFSC	2	10%
	Facebook	1	5%
3 - O que foi possível comprar com o valor da assistência estudantil	Roupas e calçados para uso pessoal	8	40%
	Coisas para casa (alimentos, água, luz, entre outras)	9	45%
	Matéria-prima para vender	3	15%
4 - Primeiro contato com o curso, o que mais gostou	De se entrosar, conversar, conhecer pessoas novas e aprender	16	80%
	Da horta	4	20%
5 - Avaliação do atendimento dos professores e demais servidores do IFSC	Ótimo	15	75%
	Bom	5	25%
7 - Atividade desenvolvida em sala de aula que marcou positivamente	Artesanato	8	40%
	Dinâmicas	6	30%
	Horta	5	25%
	Palestra com o promotor	1	5%
8 - Atividade desenvolvida em sala de aula que marcou negativamente	Não teve nenhuma	14	70%
	Colegas falavam da vida pessoal nas aulas	1	5%
	Colegas que sabiam e falavam demais nas aulas	1	5%
	As crianças (filhos) das mulheres	1	5%
	Desmotivação das colegas	1	5%
	Discriminação de uma colega	1	5%
	Não sabia mexer no computador	1	5%
9 - Relacionamento com os professores	Ótimo	16	80%
	Bom	4	20%
10 - Vivências em sala de aula com as colegas.	Fez amizades	12	60%
	Fez amizades e mantém até hoje	8	40%
11 - O que não gostou do Mulheres Sim	Gostaram de tudo	19	95%
	Achou difícil a aula de informática	1	5%
12 - Carga horária foi adequada	Sim	17	85%
	Foi curto, podia ter mais horas	3	15%

13 - Apoio e estímulo para permanecer no Programa	Os professores	6	30%
	Aprendizado novo em cada encontro	5	25%
	Gostava de ir	5	25%
	O companheirismo	4	20%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Ao compartilharem suas razões para participarem do Programa Mulheres Sim, 65% das participantes mencionaram que a motivação era sair de casa e aprender (sendo que dessas, 25% relataram lidar com depressão naquele período). Outras 25% expressaram o desejo de participar para adquirir novos conhecimentos, além de buscar oportunidades relacionadas ao convívio social, e 10% não recordou o motivo.

Olha o que me motivou foi que nós ficava só em casa, não trabalhava. Então lá a gente interagia com outras pessoas (Hilda Hilst, 2023).

No começo foi pra poder sair mais de casa. E depois fui pra aprender mesmo, aprender tanta coisa que a gente aprendeu (Clarice Lispector, 2023).

É que eu não trabalhava fora, daí, tipo assim, é um objetivo que você tem de aprender algo que tu possa fazer em casa e para vender também (...) Foi até melhor do que a gente esperava (Tatiana Salem Levy, 2023).

O ambiente da casa, é marcado muita das vezes, pela falta de relacionamentos e pelos contextos emocionalmente complexos, como por exemplo, do risco da depressão. Muitas mulheres enfrentam o desafio de lidar com a solidão e a pressão emocional, que as excluem do convívio social, tornando-se essencial o estabelecimento de vínculos e amizades para superar tais sentimentos. É o caso da Cora e da Luisa, que relataram estar passando por depressão na época:

Aí eu vivia, na verdade eu sofria de depressão e eu vivia muito na casa, só eu, porque as meninas estudavam, meu marido trabalhava. E daí no curso, se tornou um lugar bem dizer um lugar acolhido para mim, porque daí eu ia lá, daí lá eu passava o tempo. Tudo que eu fazia lá e vinha para casa, parece que a minha cabeça estava sempre satisfeita já. Daí passava mais o tempo, a gente vinha pra casa, parecia que estava mais feliz. Porque eu ficava muito sozinha na casa, era só eu, e as menina iam tudo pra escola (Cora Coralina, 2023).

Para mim, em primeiro lugar, foi para mim sair de casa e entrar em uma sociedade nova, porque eu estava, completamente dedicada ao meu filho e isto estava já me fazendo mal. Então eu precisava conversar com outras pessoas, eu precisava ter e esse curso foi, que eu não sou de sair na casa

em ir no vizinho para fofocar, esse curso foi a minha salvação (...) (Luisa Geisler, 2023).

Nesta situação, Federici (2019) traz uma reflexão sobre a maneira como a sociedade busca controlar as mulheres desde cedo, influenciando suas atitudes, comportamentos e até mesmo suas percepções sobre liberdade e realização pessoal:

Mas, infelizmente, é quase impossível aproveitar qualquer liberdade se, desde os primeiros dias da sua vida, você tem sido treinada para ser dócil, subserviente, dependente e, o mais importante, para se sacrificar e até mesmo sentir prazer com isso. Se você não gosta, o problema é seu, o fracasso é seu, a culpa e a anormalidade são suas (Federici, 2019, p. 44).

Segundo a autora, muitas vezes as estruturas sociais e culturais impõem um padrão de comportamento, no qual as mulheres são ensinadas a serem submissas, dóceis e dependentes. Federici, ressalta a importância de questionar esses padrões sociais e de refletir sobre como eles influenciam na compreensão da liberdade e do próprio sentido de realização. Outro ponto questionado foi como ficaram sabendo do curso Mulheres Sim e se tiveram dificuldades para fazer a matrícula:

Eu participo do serviço de conviver e fortalecimento de vínculos no CRAS. Daí veio inscrições, e ali eles me incentivaram a fazer. Não tive dificuldade de fazer matrícula ali (Cíntia Moscovich, 2023).

Por informação do IFSC, que vieram aqui e explicaram como que ia ser. Daí eu falei, vou tentar que nada é impossível. Tentei e vi que não era (Nélida Piñon, 2023).

A grande maioria das mulheres, 70% indicou que ficaram sabendo do curso através do CRAS. Cerca de 15% mencionaram ter sido informadas por amigas, enquanto 10% disseram ter conhecido pelo IFSC-SLO, e os mesmos 10% afirmaram ter descoberto através do Facebook.

Esse percentual, certifica que o CRAS desempenhou um papel significativo ao atrair as mulheres, já que contribuiu tanto na divulgação quanto na efetivação das matrículas. O CRAS demonstrou-se como um parceiro crucial e intermediário para acessar o público feminino, uma vez que o público-alvo das instituições IFSC-SLO e CRAS é compartilhado no Programa Mulheres Sim. Servidores do CRAS, também reconhecem a importância da colaboração e cooperação entre as instituições:

Às vezes, por estar em município pequeno, a gente não consegue encaminhar elas para muitos lugares. Então, o que que acontece, quando a gente a tem uma oportunidade, seja de questão de trabalho, de curso pra

para público que a gente atende, a gente sempre está oferecendo, então assim, incentivamos quando vem um curso legal, algo que a gente não consegue oferecer ou trazer alguém de fora para ter que estar pagando, a gente tem essa dificuldade. Então, quando sempre aparece uma instituição, uma oportunidade de conhecimento, de cursos que possam estar tirando essas mulheres de casa, fazer algo diferente, a gente sempre apoia (CRAS, 2023).

A gente acredita enquanto instituição, né, que quanto mais trabalho em rede, mais a gente soma esforços, porque os usuários, eles são comuns. A política da assistência de saúde e o IFSC por ser uma instituição de ensino que está no nosso município, também atende essas pessoas, e vai ao encontro às demandas da comunidade, e isso também é um propósito, da instituição e enquanto CRAS, a gente sempre pensa em somar. Então o CRAS sempre que tem uma ação que vem ao encontro das demandas das famílias, que a gente atende e que também possa oportunizar, aos nossos usuários no caso do programa. Questões de aprendizagem, questões de convivência, questões do acesso à informação, a ampliar o universo, de informação, de conhecimento. A gente sempre busca essa articulação por entender a relevância, importância que é isso para o nosso município, para o nosso público, para as famílias, que estão aqui no CRAS (...) (CRAS, 2023).

O reconhecimento da importância da colaboração e cooperação entre as instituições compreendidas como atores políticos relevantes, possibilita que o trabalho em rede se torne uma estratégia essencial para atender às complexas necessidades das famílias e indivíduos.

Em relação ao valor recebido por meio de bolsa referente à assistência estudantil, foi questionada a sua importância para a participação no curso. Do mesmo modo, foi analisada a forma de emprego dos valores recebidos. Os relatos a seguir apresentam:

Nossa, foi. Eu estava, como eu falei, assim, no começo da separação. E meus filhos estavam meio revoltados comigo, e daí a gente pedir dinheiro não é fácil, porque não é sempre que dão. Daí aquele lá me ajudou muito, me ajudou muito, assim na despesa, do dia a dia eu pagava a luz e água, acho que é isso, o que sobrava, comida se precisasse, alguma coisa para casa (Veronica Stigger, 2023).

Conforme mencionado anteriormente, uma parcela considerável de mulheres não estava inserida no mercado de trabalho e não contava com uma fonte de renda independente. Nesse contexto, a assistência prestada pela bolsa teve um impacto significativo em diversos aspectos. De acordo com os dados, 45% das mulheres declararam ter utilizado o valor para adquirir alimentos, pagar contas de água e luz, ou investir em itens domésticos. Além disso, 40% destinaram os recursos para comprar vestuário e calçados para uso pessoal, como compartilhado por Luisa:

É, ele é um valor simbólico, mas ajuda. Olha aí eu comprei uma bota. Eu comprei umas coisas pra mim, agora eu sei que a bota eu comprei com aquele dinheiro. Porque esse dinheiro foi meu, era para mim, não tinha nada que comprar alimento pra casa, não tinha nada pra comprar coisas para casa, era meu, então eu sei que eu comprei uma bota. Foi legal esse dinheiro, era um dinheirinho extra, que vinha (Luisa Geisler, 2023).

Ainda, é importante mencionar que 15% das participantes utilizaram o recurso para comprar matéria-prima ou para fazer sabão ou para começar o seu negócio próprio, cujo aprendizado se deu por meio do curso oferecido. Foi o caso da Clarice:

Foi importante porque eu não posso trabalhar fora. Tenho fibromialgia, problema de coluna, e tudo isso me ajudou bastante. Na realidade, eu comprei roupas para começar a venda e hoje já estou com uma lojinha bem maior (Clarice Lispector, 2023).

Na vivência de Clarice, a presença de fibromialgia e problemas de coluna limitavam suas opções de emprego fora de casa. A possibilidade de utilizar o valor da bolsa para adquirir roupas e iniciar seu próprio negócio representou uma oportunidade para ela. Esse exemplo, reafirma como o acesso à recursos financeiros podem, como o acesso a crédito e microcrédito, por exemplo, podem se constituir numa potencialidade na promoção da autonomia econômica e na melhoria da qualidade de vida de mulheres em situações semelhantes. Neste caso, a bolsa não apenas aliviou as dificuldades financeiras imediatas, mas também serviu como um incentivo para um empreendimento próprio.

Além disso, o depoimento da Clarice, reforça como as políticas de apoio podem ter efeitos positivos de longo prazo, como a expansão de sua loja ao longo do tempo. Isso reforça a importância não apenas de fornecer assistência financeira, mas também de criar um ambiente propício para o desenvolvimento sustentável de empreendimentos individuais.

Referente a esse auxílio financeiro, a participação do CRAS-SLO também foi importante por destacar que é um fator muito importante para a permanência e até mesmo configura-se numa justificativa usada em casa para elas irem para o curso, como um processo de legitimação frente aos demais membros da família:

Em relação à bolsa, isso é muito importante porque para algumas mulheres, em alguns contextos assim, elas precisam, ainda de um suporte financeiro, mas também de uma justificativa, às vezes, para sair de casa para o marido, para os filhos, para os afazeres, para elas mesmas. E aí a questão da bolsa é muito importante, pelo dinheiro, pelo que significa na renda, mas muito além disso, tem um valor também assim: “vou ter uma oportunidade, vou ter uma justificativa para ir, estou indo lá porque tem isso, porque tem a bolsa”

Mas é muito além da bolsa, todo conhecimento e tudo que agrega. Então não é só a questão do dinheiro, tem um valor muito agregado aí, mas com certeza a bolsa faz diferença, porque em alguns contextos que a gente tem nas famílias, a mulher ainda muito limitada, não tem mesmo autonomia de renda ou precisa estar em outros espaços ou em outras tarefas. Até mesmo de maneira autônoma, assim, ter essa renda possibilita com que elas acessem esse curso, esse programa. Então, realmente, faz a diferença. “Eu estou estudando, estou ganhando pra estudar” (...) Mas aí o fato de ter a bolsa, eu acredito que tenha um impacto significativo na permanência, no acesso e na permanência do público do programa CRAS, 2023).

Essa justificativa é especialmente importante quando se trata de enfrentar possíveis resistências por parte dos cônjuges, filhos e até mesmo pra justificar o distanciamento dos afazeres domésticos. Segundo a Assistente Social, a combinação de um suporte financeiro com a oportunidade de educação cria um ambiente mais propício para o engajamento e a continuidade no programa.

Além desses aspectos econômicos, os elementos sociais também desempenham um papel significativo na experiência das entrevistadas em relação ao curso. No trecho abaixo, Hilda menciona que no primeiro dia de aula, todas estavam um pouco nervosas e ansiosas, provavelmente devido ao início de um novo ciclo de aprendizado e também de novas amizades:

No primeiro dia de aula, a gente estava tudo arisco, porque nós moramos na mesma cidade, mas tinha gente que não se conhecia. Então foi conhecer outras pessoas. Eu gostei muito do primeiro dia (Hilda Hilst, 2023).

A constatação de que 80% das entrevistadas destacaram a oportunidade de estabelecer relacionamentos e interagir com outras pessoas como um dos aspectos mais agradáveis nos primeiros dias de aula, conforme enfatizam:

Eu acho que foi se enturmar com mais mulheres. Conviver com mais mulheres, que eu ficava muito sozinha dentro de casa. Eu me fechei dentro (Carola Saavedra, 2023).

Da gente se entrosar, conversar com as amigas, e trabalhar tudo junto. (Raquel de Queirós, 2023).

Eu gostei da turma e dos professores. Conforme ia chegando os professores, a gente foi fazendo uma amizade, uma família. Daí a gente vai despertando, a gente vai assim, se livrando daquela depressão, eu tinha mais ânimo para vim para casa depois para fazer as coisas. Depois, outro dia, já não via a hora de chegar o outro dia para ir (Veronica Stigger, 2023).

Isso demonstra a importância do contexto social para o aprendizado, no qual as participantes não apenas adquirem conhecimentos, mas também se sentem parte de uma comunidade de aprendizado. Essa interação social pode ser valiosa, permitindo trocas de ideias, experiências e perspectivas que enriquecem a experiência educacional, conforme enfatiza Tatiana:

A gente fez bastante amizade, conheceu bastante pessoas, era tudo diferente. O mundo da gente em casa é parado. Lá a gente aprende também com os outros bastante coisa, as vezes a gente não sabe, aí a gente aprende com as outras pessoas (Tatiana Salem Levy, 2023).

Além disso, a menção de 20% das entrevistadas sobre a satisfação em aprender sobre a horta destaca como as abordagens práticas e voltadas para o dia a dia podem envolver as participantes. Aprender sobre a horta não apenas oferece conhecimento prático, mas também pode despertar um senso de autonomia ao fornecer habilidades tangíveis e aplicáveis na vida cotidiana, além de promover oportunas relações entre sociedade-natureza, por exemplo por meio do contexto concreto e simbólico da produção de alimentos e plantas.

A que mais me marcou foi aprender o conhecimento das plantas. Fomos pra horta aí, mas mesmo dentro da sala de aula foi muito interessante, porque o que ela passava assim pra gente, eu conhecia bastante, tá certo, das plantas mas tinha coisas que eu não conhecia, então pra mim, a parte que mais me tocou foi essa (Luisa Geisler, 2023).

Nessas interações em sala de aula, as mulheres não apenas adquirem conhecimento técnico, mas também têm a oportunidade de construir redes sociais, desenvolver confiança em suas habilidades e encontrar maneiras práticas de aplicar o que aprenderam em suas vidas diárias. Isso enfatiza a importância de abordagens educacionais que considerem tanto o conteúdo acadêmico quanto a valorização das experiências de vida.

Outro aspecto importante neste contexto é o acolhimento e o atendimento pessoal no ambiente educacional. Os depoimentos das entrevistadas apresentam uma avaliação positiva do atendimento dos professores e demais servidores do IFSC-SLO. De acordo com os dados, 75% das mulheres classificaram o atendimento como ótimo, e 25% consideraram-no bom. Isso demonstra que a grande maioria das participantes teve uma experiência altamente positiva com os serviços prestados pela equipe do IFSC-SLO:

Se eu pudesse dar nota mil eu daria, porque é que nem eu falei, eles atendem muito bem a gente. Eles recebem muito bem. Eu não tenho queixa de nenhum deles. Pra mim, eles são nota mil (Ana Miranda, 2023).

Ah muito bom, as professoras muito divertidas, faziam a gente se sentir à vontade (Cecília Meireles, 2023).

Nota 10, porque fomos bem recebidos desde o primeiro dia (Hilda Hilst, 2023).

Um ambiente acolhedor e positivo para as alunas impacta diretamente a experiência de aprendizado e a relação entre a instituição e seus membros. Isso ressalta a necessidade contínua de não apenas fornecer educação, mas também criar ambientes de aprendizado que sejam inclusivos, empáticos e adaptados às necessidades das participantes.

Seguindo com as experiências no programa, as entrevistadas indicaram que, entre as atividades conduzidas em sala de aula, aquela que mais as impactou foram: 40% mencionaram o artesanato, 30% destacaram as dinâmicas realizadas durante as aulas, 25% lembraram da experiência com a horta, e 5% mencionaram a palestra do promotor sobre a problemática da violência doméstica.

Os depoimentos abaixo, apresentam as impressões de diferentes mulheres sobre atividades específicas que tiveram um impacto significativo em suas experiências, demonstrando como abordagens variadas dentro do programa podem ter um efeito duradouro nas percepções e aprendizados das participantes:

Teve uma professora que tinha umas dinâmicas bem alegres, bem assim, que que a gente estava tudo meio tímida já digo (...) (Elvira Vigna, 2023).

Foi da horta. Que tipo a gente foi aprendendo na prática lá, meter a mão na terra lá” (Cecília Meireles, 2023).

Para mim foi muito importante o artesanato, porque eu aprendi muito ali, sabe? É coisas que a gente não sabe, mas ali a gente aprende (Ana Miranda, 2023).

Para a participante Cora, uma experiência marcante, foi o aprendizado obtido com a palestra sobre o tema violência doméstica:

Foi aquela que nós fomos lá conversar com o promotor. Tudo o que ele indicou para nós, tudo o que ele falou lá é tudo verdade. Ele explicando para nós como é que seria, o valor das mulheres. Como era para fazer, aquilo lá me ajudou bastante. Eu pude passar pra bastante gente aquilo lá, porque a

gente via, as vezes da família da gente mesmo, a gente via a mulheres sofridas, o marido delas, daquele tipo, não dava valor para elas. Eu comecei a falar para elas, tivemos uma palestra com promotor lá, e ele falou que a mulher tem que ter mais valor, tem que sair, fazer curso, aprender a fazer alguma coisa para não ficar dependendo sempre só do marido. Porque não adianta, você tendo uma dependência tua, você ter junto ou não ter, você vai pra frente, você não fica caído para trás, e se ficar para trás, vai ficar depressão (Cora Coralina, 2023).

Cora enfatiza que o que foi compartilhado na palestra refletia a realidade, e ela encontrou convergências nas orientações do promotor, destacando o aprendizado de como é a importante que as mulheres tenham sua independência, seja por meio da educação, da aquisição de habilidades ou da busca por oportunidades, a fim de não ficarem exclusivamente dependentes dos maridos.

Por outro lado, foram levantadas questões sobre experiências que deixaram uma impressão negativa. Em relação a isso, 70% das entrevistadas afirmaram não ter tido tais experiências:

Não, para mim foi tudo muito proveitoso. Eu não posso reclamar de nada, de nada, pra mim, além de eu aproveitar muito no curso, eu fiz muitas, muitas amizades, como é gostoso a gente conhecer outras pessoas, fazer amizade. Então, se tivesse um curso de Egressas a gente vai ver todas aquelas amigas que a gente fez o curso junto (Ana Miranda, 2023).

Negativo nenhuma, porque tudo o que eu fiz lá eu gostei, das palestras que a gente assistiu tudo o que vivenciei lá foi importante, tudo é conhecimento (Ana Cristina Cesar, 2023).

No entanto, 5% mencionaram que ficaram desconfortáveis com colegas que compartilhavam informações pessoais durante as aulas:

Ah... teve, achei ruim que teve algumas mulheres que falavam um pouco da vida delas, sabe? E dali já começou, tipo, falava umas coisas que não deveria falar, sabe? Tipo, parece que magoava as pessoas (Nélida Piñon, 2023).

O comentário de Nélida Piñon ressalta a necessidade de criar um ambiente de respeito mútuo para garantir um ambiente de aprendizado confortável e produtivo para todos. Ainda, 5% se incomodaram com colegas que eram excessivamente falantes durante o ensino, possivelmente prejudicando o foco e a concentração necessários para o ensino:

Eu achei assim negativo, que tem muita gente que precisa se tocar, porque sabe mais e não deixa nem os outros falar. Qualquer coisa que vamos falar, ele só te atropela na frente, não tem que fazer assim. Então era uma coisa

assim muito desagradável. Você acabava perdendo até o ânimo de ir, porque tu sabia que era 1 ou 2 que tinha, eu escutei 1600 vezes da separação dela, então era coisas que tinham nada a ver com o curso que ela sempre metia no meio. Então essa foi só a parte ruim, foi isso (Luisa Geisler, 2023).

O relato de Luisa destaca a importância de manter um equilíbrio entre interações sociais e foco no conteúdo.

Outros 5% relataram que foi em relação às crianças (filhos) das mulheres presentes na sala de aula, as quais acabam entrando ou saindo da sala:

Eu vou falar, as crianças. Tinha as crianças que entravam e saíam da sala, daí isso que eu atrapalhava, sabe? Mas as mulheres que iam não tinham com quem deixar, e conversa também, assim. Mas cada uma tem que ter consciência do que vai fazer lá. A gente vai assim para aprender, para aplicar no dia a dia da gente também (Veronica Stigger, 2023).

Essa situação ocorre devido à política do programa que permite que as mulheres tragam seus filhos, uma vez que muitas delas não têm opção ou rede de apoio. No entanto, isso apresenta um desafio, uma vez que as instalações da instituição podem ser adequadas para acomodar as crianças. Isso cria uma dificuldade em relação ao ambiente educacional, já que não há um espaço adequado para as crianças.

Adicionalmente, 5% destacaram a desmotivação observada entre algumas colegas:

Não pra mim, não porque eu soube entender claro, a desmotivação das colegas, e assim me marcou porque eu disse, em vez de aproveitar. Dava para perceber que elas não se motivavam aprender (Carolina Maria de Jesus, 2023).

Este exemplo mostra a necessidade contínua de promover uma cultura de respeito, empatia e apoio mútuo no ambiente educacional. Por fim, 5% expressou ainda dificuldades ao usar o computador.

Não foi bom ali àquela hora de usar o computador, coisa rara, tipo os primeiros dias eu não sabia como mexer. Foram lá ensinar e explicaram, mas achei difícil, é complicado porque eu nunca tinha mexido (Lygia Fagundes Telles, 2023).

Esse contexto, sublinha as barreiras tecnológicas que podem surgir, especialmente para aquelas com menos escolaridade e familiaridade com a

tecnologia. Isso realça a necessidade de oferecer suporte adequado para garantir que todas as participantes sejam atendidas.

Diante dessas perspectivas variadas, é importante reconhecer as preocupações e pontos de vista da minoria que enfrentou dificuldades específicas. Considerar tudo isso, contribui para o aprimoramento contínuo do programa, visando oferecer uma educação que seja acessível, relevante e enriquecedora para todas as participantes.

O relato vinculado à gestão do IFSC-SLO traz à tona essas questões complexas e relevantes que surgem ao ministrar aulas para uma turma composta apenas por mulheres com baixa escolaridade. A heterogeneidade educacional é um desafio, evidencia a gestora, pois pode impactar a dinâmica da sala de aula, exigindo abordagens pedagógicas flexíveis para atender às diferentes necessidades de aprendizado das alunas. A adaptação de materiais didáticos para alunas que possuem pouco ou nenhum domínio de escrita ou leitura reflete a importância da acessibilidade e da inclusão. Esse esforço requer ações pensadas e qualificadas, além de empatia, pois demanda encontrar maneiras de transmitir conhecimento de forma clara e envolvente, independentemente do nível de alfabetização das alunas.

Segundo comentários da participação institucional, os conflitos interpessoais são uma realidade em qualquer grupo, e o fato de ocorrerem entre as mulheres da mesma turma pode indicar a necessidade de abordar não apenas o conteúdo acadêmico, mas também o contexto da comunicação e resolução de conflitos. A questão das alunas trazerem seus filhos para o campus ressalta a falta de infraestrutura adequada para cuidados infantis que pode criar um ambiente complicado, onde as alunas precisam equilibrar os papéis de estudante e cuidadora. O relato também observa de que as alunas tendem a ser introvertidas no início do programa, mas que essa barreira tende a diminuir ao longo do curso, destacando a importância do tempo e do apoio na construção de confiança e interação entre as alunas. Isso também demonstra que a educação não é apenas um diálogo de saberes técnicos e científicos, mas também dialoga sobre o desenvolvimento pessoal e social das estudantes.

No geral, a análise realizada oferece uma visão abrangente dos desafios e oportunidades únicos que surgem ao ministrar aulas para um grupo de mulheres com baixa escolaridade, enfatizando a importância da flexibilidade, inclusão, acolhida emocional e sensibilidade às circunstâncias individuais das alunas.

Nesse contexto, é relevante destacar também o papel fundamental dos docentes na facilitação e orientação das atividades. Nesse sentido, procurou-se analisar a dinâmica entre as entrevistadas e os professores. Um total de 80% considerou essa interação como ótima, enquanto 20% a classificou como boa. Os depoimentos das entrevistadas refletem uma visão muito positiva em relação aos professores e seu impacto no programa educacional. Eles são destacados por sua capacidade, formação e atitude acolhedora, que transcendem as barreiras do conhecimento técnico e se estendem para o bem-estar emocional e o desenvolvimento pessoal das participantes:

Então os professores, pela capacidade, pela formação deles, eles eram muito queridos, porque a gente é meio ignorante ainda. Eu sou (Luisa Geisler, 2023)

Foram todos maravilhosos. Eu achei importante porque os professores sempre incentiva nós a nossa autoestima, e ensinaram muita coisa, que às vezes eu que nem sou avó, que eu não sabia como é que eu deveria agir com meu esposo, como que eu deveria agir com as pessoas da minha casa, com as pessoas ao meu redor. E isso os professores ensinaram muito nós (Cíntia Moscovich, 2023).

Para mim nunca tive pontos negativos. Assim que eu lembro bastante a disponibilidade, a vontade que esses professores chegavam lá. Dava de tirar de letra assim, eles entravam de alto astral. Daí a gente já ficava, nossa, assim, um alto astral, que já chegaram levantando, dando um up na gente que a gente estava lá meia de cabeça baixa, que eu lembro sempre, sempre brincando essas coisas assim (Veronica Stigger, 2023).

As atitudes flexíveis e compreensivas dos professores, segundo as entrevistadas, contribuíram para a formação de um ambiente onde todas se sentiam à vontade para aprender e crescer, independentemente de seu histórico educacional. Pois se sentiram valorizadas, apoiadas e capacitadas. Isso enfatiza a importância dos educadores não apenas como transmissores de informações, mas também como facilitadores de crescimento pessoal, desenvolvimento de habilidades sociais e confiança, fatores esses evidenciados nas repercussões do programa, que será abordado na sequência.

Além de analisar o relacionamento com os docentes, também exploramos a interação entre as colegas em sala de aula. Os resultados demonstram um aspecto social fundamental em que a interação entre as participantes não se limitou apenas ao ambiente de aprendizado, mas também se estendeu para a formação de vínculos sociais significativos. Isso se dá pelo fato de 60% mencionarem que desenvolveram

novas amizades enquanto 40% confirmaram ter estabelecido conexões duradouras até o momento atual. Isso demonstra que, mesmo após a conclusão do programa e apesar das barreiras geográficas, as relações continuam graças à troca de mensagens via aplicativo WhatsApp, conforme ressalta Ana Cristina:

Tinha muitas diferentes, até tinha muitas que no início não se relacionaram com a gente daqui, de outro município. Mas foi tudo bom. A maioria foi assim muito bom. Fizemos amizade, amizade até de agora que a gente continua, trocando mensagem no Whats, então foi muito bom (Ana Cristina Cesar, 2023).

Apesar da diversidade das pessoas que conheceram e se relacionaram, alguns assuntos lhe eram familiares conforme destaca Cecília:

Sim, a gente se conheceu. As mulheres até hoje, mantém amizade e conversa quando a gente se encontra, que se conheceu lá. Era tipo, quase tudo mesmo igual, morava tipo, no interior, umas nas cidades, mas era mesmo um relacionamento assim, a gente com os mesmos tipo de conversa e conhecimento (Cecília Meireles, 2023).

Essa interação entre colegas não apenas contribui para uma experiência mais enriquecedora, mas também fortalece a rede de apoio social das participantes, promovendo um impacto positivo mais amplo em suas vidas comunitárias conforme exposto pela Cíntia:

Foram muito especiais, eu adoro todas elas. Até hoje ainda temos convivência, temos contato e conversamos bastante ainda. Eu passei um aprendizado, alguma coisa que elas não sabiam, mas eu aprendi muito mais com elas, com as experiências delas das trocas, tinha pessoas de todas as idades também. Porque pessoas de mais idade vão me ensinar o que eu não sei e pessoas mais novas eu vou aprender o que na minha época não tinha, eu sempre penso assim (Cíntia Moscovich, 2023).

Isso mostra que além de adquirir conhecimento, as participantes têm a oportunidade de construir relacionamentos significativos que vão além do âmbito da sala de aula.

Além das interações sociais e educacionais discutidas anteriormente, a percepção geral do programa também foi considerada. A avaliação geral do Programa Mulheres Sim feita pelas entrevistadas destaca a impressão positiva que elas tiveram em relação à experiência como um todo. O fato de 95% das entrevistadas afirmarem não ter encontrado nenhum aspecto negativo no programa, como o exemplo da fala da Júlia, é um testemunho notável de suas potencialidades:

Ai eu não achei nada ruim, na verdade, era bem legal, era bem divertido, passava o tempo à tarde (Júlia Lopes de Almeida, 2023).

A experiência é avaliada, pela participante como divertida e uma maneira agradável de passar o tempo, o que ressalta que o programa conseguiu criar um ambiente atraente e envolvente. As poucas observações feitas sobre as aulas de informática por 5% das entrevistadas, como mencionado pela participante:

Não teve. Foi tudo bom. Só ali àquela hora de usar o computador, coisa rara, tipo os primeiros dias eu não sabia como mexer. Foram lá ensinar e explicaram, mas achei difícil, é complicado porque eu nunca tinha mexido (Nélida Piñon, 2023)

Apesar da impressão geral positiva, houve alguns desafios específicos. No entanto, mesmo esses comentários não diminuem a avaliação geral positiva das participantes. A ênfase no convívio, aprendizado e inclusão reforçam a importância e o valor desse tipo de iniciativa na promoção do desenvolvimento pessoal, social e da criação de oportunidades para mulheres.

É interessante observar que a avaliação da carga horária do programa revela uma perspectiva também positiva por parte da maioria, sendo que 85% das entrevistadas, afirmaram que a carga horária atendeu satisfatoriamente às atividades propostas e o conteúdo oferecido. No entanto, 15% expressaram a necessidade de uma carga horária mais extensa, indicando a possibilidade de que certas participantes desejassem mais tempo para aprofundar ainda mais o aprendizado ou a interação em algumas atividades específicas conforme os relatos abaixo:

Foi. O que foi pouco foi aquele curso lá da panificação. Aquele foi pouquinho, mas podia ter ficado mais naquele e menos nas pinturas de vidro. Nós ficamos muito nas pinturas de vidro. Então ali, aquele de panificação tinha que ter um pouquinho mais de hora e a pintura um pouquinho menos (Elvira Vigna, 2023).

Foi. Podia ter um pouquinho mais (Carola Saavedra, 2023).

Foi. A gente podia ter investido um pouquinho mais em outro e menos em artesanato, que o artesanato foi bem cumprido. Mas serviu também, a gente aprendeu muita coisa (Ana Cristina Cesar, 2023).

Essa variedade de percepções sobre a carga horária destaca a importância de considerar as diferentes necessidades e ritmos de aprendizado das participantes ao projetar programas similares no futuro.

O levantamento das percepções das entrevistadas em relação ao apoio e estímulo para sua continuidade no programa, evidencia que diversos fatores desempenham um papel fundamental nesse contexto. A constatação de que 30% das participantes identificaram o apoio dos professores como um fator motivador ressalta a importância do envolvimento direto dos educadores no processo de aprendizado, fornecendo orientação e incentivo individualizado. Cíntia destaca isso em sua fala:

O carinho dos professores, a dedicação dos professores incentivava nós. Eu sentia saudade do dia da aula para nós está lá. Podia vir quem fosse a minha casa, e eu dizia não vem amanhã porque eu tenho aula (Cíntia Moscovich, 2023).

A constante busca por aprendizado novo em cada encontro, mencionada por 25% das entrevistadas, demonstra que a abordagem do programa estava estimulando a curiosidade intelectual e a exploração contínua, o que é essencial para manter o interesse e a participação ativa, nota-se isso no depoimento da Raquel:

Porque, daí que nem diz o outro, cada vez era tudo as coisas diferentes, ensinava mais a gente fazer as coisas. Até a gente prestava atenção daí, queria voltar novamente (Raquel de Queirós, 2023).

Outros 25% indicaram que o simples prazer de frequentar as sessões era um fator motivador. Isso sugere que o programa estava conseguindo criar um ambiente envolvente, onde as participantes se sentiam bem-vindas para participar:

Foi depois que eu cheguei lá, daí fomos conversando lá, e a gente foi tendo as experiências lá junto e eu fui me apegando lá. Chegava o dia de ir lá a gente ia e a gente vinha pra casa faceira, porque daí era mais um dia que passou. Que a gente aprendeu mais e viveu lá juntas (Cora Coralina, 2023).

O restante, 20% ressaltaram o companheirismo, que mais uma vez destaca a importância das conexões interpessoais e do sentimento de pertencimento. Isso mostra que as relações construídas entre as participantes contribuíram para manter o interesse e a participação, pois também foi um espaço de interações significativas:

Eu acho que foi o companheirismo tanto dos professores como das colegas ali, que se você não tem companheirismo, você não vai conseguir ir para frente, você vai desistir. Então teve tudo isso que incentivava. Cada aula que a gente ia, a gente foi se apegando ali (Hilda Hilst, 2023).

Essas considerações indicam que o programa alcançou uma combinação eficaz de apoio dos professores, busca por aprendizado constante, ambiente positivo e diversos outros fatores que juntos contribuíram para manter o interesse e a participação das entrevistadas ao longo do tempo. Notamos a questão da motivação para a permanência no programa, também por meio da fala de um dos CRAS participantes, a qual relatou:

(...) Elas iam felizes, sabe? Eram poucas que faltavam, ou tinha sempre uma justificativa. Então acho que esse tipo de curso, que esse programa trouxe foi muito o incentivo para buscar o criativo, o ensino, mostrar pra elas que elas são capazes de fazer. Era uma coisa assim que não aconteceu uma vez, então tinha um início meio e um fim, e toda semana tinha o curso. Elas não viam a hora de chegar o período da tarde, que acontecia as aulas, pegar o ônibus e se divertiam já no ônibus indo lá (CRAS, 2023).

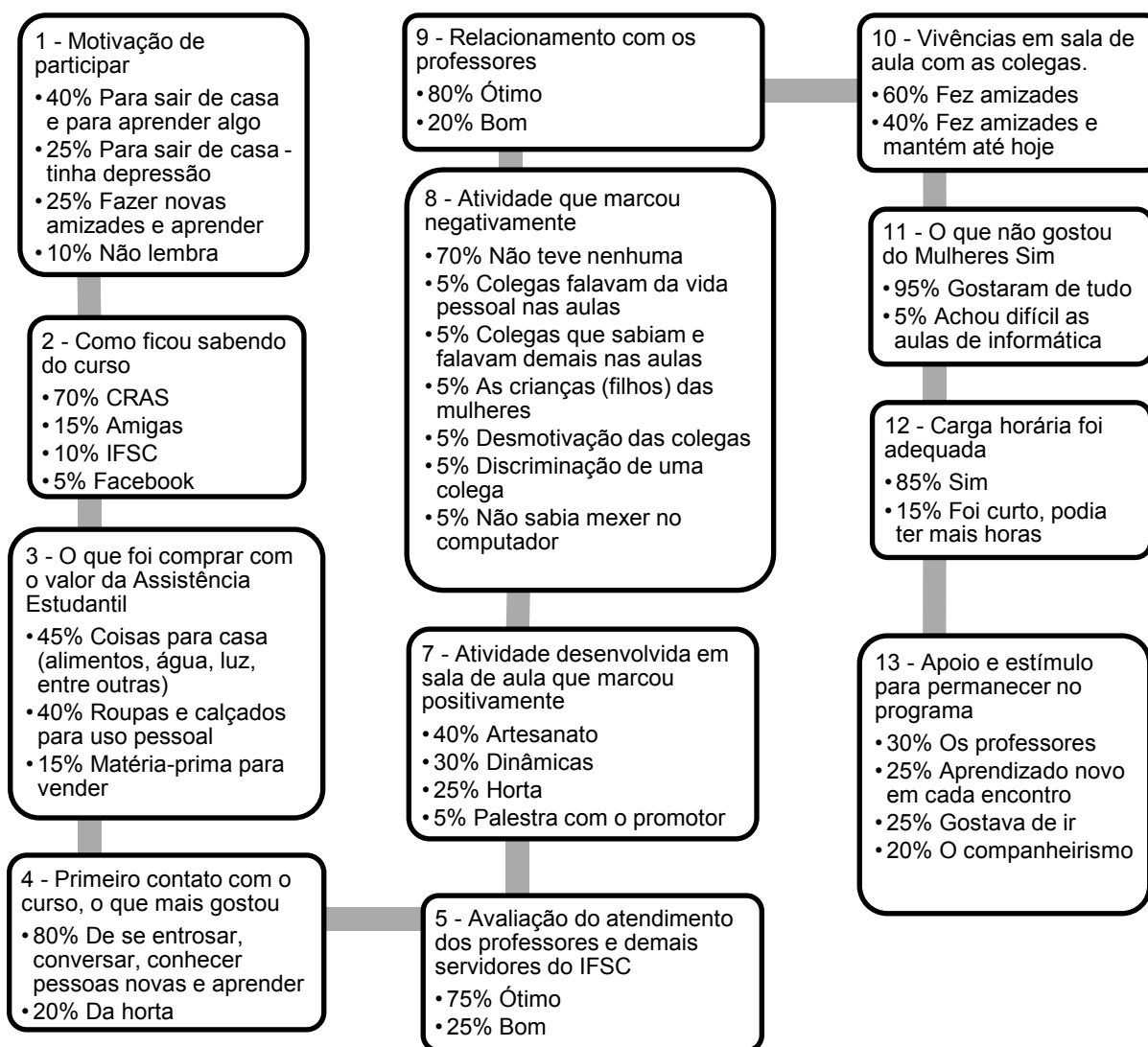
Por outro lado, verifica-se que a instituição também mantinha um cuidado e acompanhamento juntos às mulheres, e realizava abordagens junto àquelas que não estavam frequentando, conforme relata a gestora do IFSC-SLO (2023):

Um servidor designado para tal função entrava em contato com a estudante, caso essa possuísse telefone, ou através da intermediação da entidade parceira, como as assistentes sociais e psicólogas da secretaria de assistência social. Busca-se entender os motivos da desistência e auxiliar nas possíveis necessidades das estudantes. Nem todos os casos foi possível auxiliar. Dificuldades relacionados a transporte, alimentação, cuidado dos filhos/amamentação durante as aulas na maioria dos casos foram solucionados (IFSC, 2023).

Essa abordagem ilustra o empenho da instituição em criar um ambiente que não apenas promove a educação, mas também leva em consideração as circunstâncias individuais e oferece suporte real para garantir que as mulheres possam participar plenamente do programa.

Os tópicos abordados até o momento fornecem uma visão abrangente da estruturação do programa Mulheres Sim e das dinâmicas envolvidas. Ao mesmo tempo, a ênfase nas instituições IFSC-SLO e CRAS demonstra como elas se tornaram facilitadoras fundamentais e atores políticos necessários para o sucesso do programa, evidenciado por meio das avaliações das participantes em relação a essa abordagem. Essa avaliação está visualmente organizada na síntese apresentada na figura 18:

Figura 18 Percepção das entrevistadas quanto sua trajetória do Mulheres Sim



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A formatação do programa Mulheres Sim, e trajetória das entrevistas no âmbito de todas as ações foi muito bem avaliada pelas mulheres participantes, tanto a carga horária, os conteúdos a didática dos professores, quanto o relacionamento entre os envolvidos no programa. A atenção dada às percepções das mulheres participantes oferece uma visão sobre como o programa impacta suas vidas e suas jornadas educacionais, temática abordada no próximo tópico.

4.3 Repercussões do Programa Mulheres Sim

Na terceira fase da entrevista, o objetivo foi identificar as possíveis repercussões da realização do programa Mulheres Sim. Para tal análise é necessário levar em conta as ações que são realizadas no âmbito do programa, os objetivos, as cargas horárias, ou seja, a estrutura do programa para então analisar tais repercussões. Evidencia-se a compreensão de que as atividades específicas integradas durante o programa têm um impacto nas vivências e trajetórias das participantes. A seguir desata-se um breve relato das principais ações, uma vez que no tópico 2.3.1 essas questões já foram detalhadas.

Partindo disso, analisa-se o Programa Mulheres Sim, que indica ter por objetivo atender mulheres a partir dos quinze anos de idade que enfrentam situações de vulnerabilidade social, com a finalidade de promover a valorização das mulheres, o acesso aos direitos, a cidadania e oportunidades de geração de renda, com o intuito de fortalecer a autonomia das participantes (IFSC, 2018).

Para atingir tal o objetivo, o programa é estruturado: pelo Curso (80h); Projeto de Acompanhamentos das Egressas (40h); Ciclo de Palestras e Oficinas (16h) e pela Feira de Economia Solidária (8h). Essas ações do programa Mulheres Sim chegam a um total de 144 horas.

Nas edições de 2018 e 2019, foco desta pesquisa, o curso escolhido para ofertar no programa, conforme já mencionado, foi o Curso de “Educação e Gênero” com carga horária de 80 horas. Em consulta ao PPC do curso verifica-se que o objetivo geral é:

Proporcionar a construção de conhecimentos que auxiliem as alunas no exercício da cidadania, na melhoria de sua qualidade de vida sua e de sua família, e que contribuam para geração de renda, a partir do desenvolvimento de atividades embasadas no saber já adquirido, abordando temas contextualizados e de impacto direto no seu dia a dia (PPC, 2014).

O curso é abrangente e visa contribuir com as alunas em vários níveis, capacitando-as com conhecimentos práticos e habilidades que têm voz direta em suas vidas cotidianas, enquanto promovem a cidadania ativa, o bem-estar e autonomia econômica. Dessa forma, seus objetivos específicos também são abrangentes conforme apresentados no quadro 3.

Quadro 3 Objetivos específicos do curso Educação e Gênero

Estimular a inclusão educacional, produtiva e social de mulheres em situação de vulnerabilidade social;
Contribuir para elevação da autoestima, autonomia, e empoderamento;
Instruir as participantes sobre autocuidado e a saúde;
Incluir as alunas no mundo digital.
Capacitar as alunas para a confecção de produtos artesanais, levando em conta o cálculo de custos de produção e preço final, aspectos estéticos, ergonômicos e de saúde;
Habilitar as participantes a promover o reaproveitamento e a reciclagem de resíduos domésticos;
Articular mecanismos e conexões para a inserção das egressas no mundo do trabalho, estimulando o empreendedorismo, as formas associativas e solidárias e a empregabilidade.

Fonte: Elaborado pela autora com base no PPC do Curso (2023).

Os objetivos específicos envolvem uma série de áreas-chave, alguns mais facilitados de mensurar, outros não, e que visam capacitar e fortalecer as mulheres em situação de vulnerabilidade em várias esferas de suas vidas, promovendo empoderamento, autonomia, inclusão social e habilidades práticas relevantes.

Para isso, o curso conta com unidades curriculares conforme o quadro 4.

Quadro 4 Matriz Curricular do curso "Educação e Gênero"

UNIDADE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA/HORAS
Conhecimento histórico-cultural	10
Saúde da mulher e da família	10
Ética e cidadania	8
Linguagens	10
Informática	8
Desenvolvimento social e sustentável	8
Vivência Matemática	8
Geração de Renda	18
Carga horária total:	80h

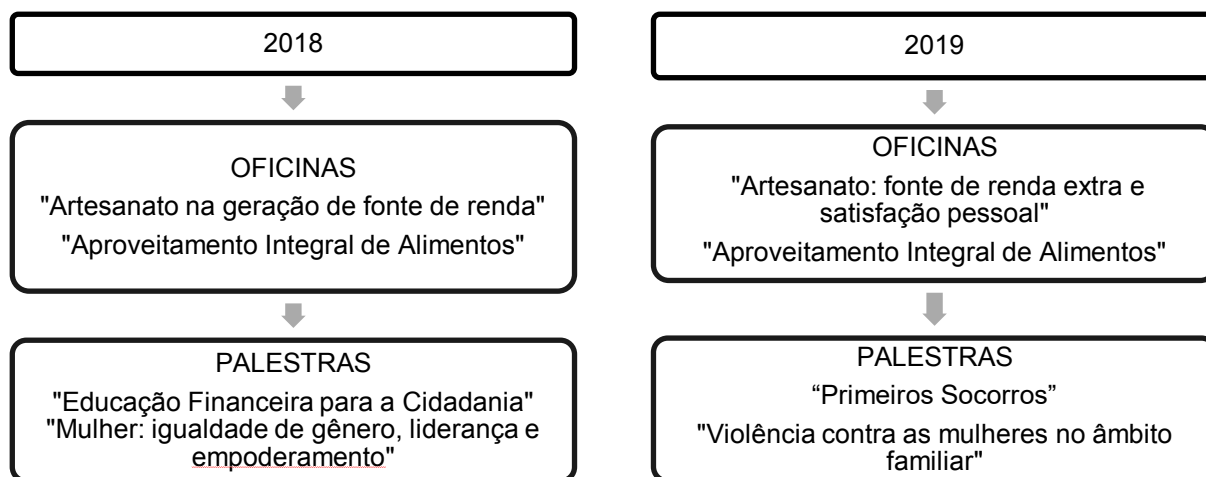
Fonte: PPC (2014).

As unidades ministradas são: Conhecimento histórico-cultural (10h), Saúde da mulher e da família (10h), Ética e cidadania (08h), Linguagens (10h), Informática

(08h), Desenvolvimento social e sustentável (08h), Vivência Matemática (08h) e Geração de Renda (18h), totalizando ao final uma carga horária de 80 horas.

Além do curso, o programa contempla o ciclo de palestras e oficinas (figura 19), que são eventos pós-curso que objetivam ampliar questões sensíveis à turma do curso com a intervenção de convidados(as) externos(as).

Figura 19 Formatação das oficinas e palestras nas edições de 2018 e 2019



Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações do SIGAA (2023)

A partir dessa estrutura e organização do programa, buscou-se analisar as possíveis repercussões dessas ações em dimensões pessoal, pessoal, institucional e regional. A partir das entrevistas realizadas com as participantes do programa Mulheres Sim, das entrevistas com o IFSC-SLO, das entrevistas com as oCRAS de Jupiá e São Lourenço do Oeste, as informações obtidas foram organizadas em duas partes distintas: a primeira focaliza questões objetivas relacionadas à educação, emprego e renda; a segunda aborda aspectos mais subjetivos e não quantificáveis, como o papel da mulheres na sociedade, enfrentamento da violência e desigualdade de gênero, interação com o ambiente social e a própria autoestima.

Essa segmentação que será discutida nos tópicos seguintes, reflete uma abordagem abrangente, que reconhece tanto os impactos tangíveis e objetivos quanto as que dialogam com as subjetividades que podem ocorrer como resultado da participação no programa.

4.3.1 Repercussões Objetivas

A análise dos objetivos específicos do Programa Mulheres Sim através de dados quantificáveis, obtidos por meio das entrevistas com as participantes, representa uma abordagem tangível e estruturada para avaliar os alcances do programa. Essa abordagem mensurável mostra informações concretas sobre como o programa influenciou as vivências e trajetórias das participantes, fornecendo um meio de analisar alcances e limites.

Ao focar nos elementos quantificáveis relacionados à educação, emprego e renda, o tópico não apenas avalia os aspectos imediatos, como aquisição de habilidades ou obtenção de emprego, mas dialoga também com suas trajetórias.

Os resultados quanto aos objetivos alcançados dizem respeito, por exemplo, à apropriação de técnicas e o estímulo à produção e confecção de produtos artesanais, educação, emprego e renda, como indica a tabela 6, que permite uma visualização das realidades atuais das mulheres participantes.

Tabela 6 Repercussões mensuráveis do Mulheres Sim na vida das egressas

Pergunta principal	Categorias	Respostas	Percentual (%)
1 - Como aplicou o conhecimento das aulas práticas no dia a dia	Fez a horta em casa	9	45%
	Fez o sabão para uso pessoal	5	25%
	Não aplicou depois	5	25%
	Melhorou a qualidade dos produtos para a vender	1	5%
2 - Participação em algum curso após o MS	Não fez nenhum	11	55%
	Cidadania, Alfabetização e Letramento/IFSC	3	15%
	Alimentos	2	10%
	Artesanato	1	5%
	Costura	1	5%
	Voltou a cursar o Segundo Grau – Proeja/IFSC	1	5%
	Começou a cursar o Ensino Superior	1	5%
3 - Conseguiu emprego após participação no MS	Sim com carteira assinada, mas no momento não trabalha com vínculo empregatício.	7	35%
	Sim. Tem seu negócio próprio.	3	15%
	Não. É aposentada.	3	15%
	Não. Mas vende seus artesanatos.	3	15%
	Não na época. Agora trabalha, mas sem carteira de trabalho assinada	3	15%
	Sim com carteira assinada, ainda trabalha atualmente.	1	5%

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

A descrição das experiências das mulheres nas aulas práticas e a aplicação dos conhecimentos no dia a dia revela uma diversidade de resultados e impactos. As respostas oferecem uma visão de como os aprendizados adquiridos no Programa Mulheres Sim estão sendo incorporados em suas atividades cotidianas. Nota-se que 45% das mulheres replicaram a horta em suas próprias casas, indicando a apropriação de conhecimentos e utilizar as práticas aprendidas em seu ambiente doméstico, como é o exemplo da Júlia:

(...) tenho a horta na minha casa, e aplico a parte do adubo que aprendi e que eu não sabia (...) eu nasci em cidade grande, eu nunca ouvi dizer em qual época que plantava o pasto, que plantava o pepino, o pimentão. Que tem o tempo. E dali, dali eu aprendi. As pessoas do interior, vai pedir pra eles, eles vão dar risada de você, porque eles sabem, eles nasceram e se criaram ali, e eu não. Eu nunca peguei numa enxada, nunca soube como colocar o adubo, e lá eu aprendi. Desde lá eu não compro mais alface e tempero verde, eu planto em casa (Júlia Lopes de Almeida, 2023).

O relato de Júlia, que agora cultiva vegetais em casa, ilustra o impacto prático dessas habilidades aprendidas nas aulas da UC Geração de Renda. Essa mudança não apenas contribui para aprimorar a qualidade e diversidade de sua alimentação e da família, mas também reflete um exemplo de potencial de sustentabilidade e economia pessoal.

Além da horta, outras 25% relataram ter colocado em prática a produção de sabões, demonstrando a aplicação concreta de habilidades aprendidas no programa no contexto real, conforme relata a Carola:

Ah bom demais. E tudo o que você precisa você faz, não é? A partir do curso, eu acho que tudo o que você precisa, você faz, você vê que tem capacidade. Eu faço sabão até hoje eu e a mãe" (...) desde um reaproveitamento e desde lá já começamos a ver as coisas de forma diferente, reaproveitar as coisas, fazer uma coisa aqui outra ali, ensinar a nenê fazer alguns vidrinhos dela. Aprendi também a costurar mais do eu que já sabia (Carola Saavedra, 2023).

O exemplo de fazer sabão, juntamente com sua mãe, de ensinar à filha o artesanato, além de ilustrar a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, demonstra a importância do programa em conectar diferentes realidades e possibilitar a troca de saberes. Ao capacitar as mulheres a perceberem seu próprio potencial e aplicarem suas habilidades de maneira significativa, o programa contribui para uma transformação positiva em suas vidas diárias e em sua percepção do mundo ao seu redor.

Outro exemplo em que as aprendizagens práticas são aplicáveis, é verificado na fala da Ana Cristina:

Olha, aplico pra vida própria, pra mim, não assim pra tipo pra vender, artesanato. As coisas mais pra minha vida e pra meus filhos. Que é tudo bom, fiz muitas coisas do que eu aprendi lá e dou de presente para minhas filhas e noras (Ana Cristina Cesar, 2023).

Sua observação mostra que as aprendizagens têm aplicações significativas em sua vida pessoal e para seus filhos em vez de serem focadas especificamente na venda de artesanato. Isso demonstra um impacto que vai além das atividades profissionais, pois as habilidades adquiridas impactam de maneira abrangente o bem-estar, a autoestima e as relações das participantes.

Os exemplos acima, reforçam a ideia de que o exercício de autonomias femininas não se limita ao emprego formal ou empreendedorismo, mas também inclui a capacidade de adquirir habilidades práticas que melhoram a qualidade de vida e a autonomia das mulheres em várias áreas.

No entanto, é importante notar que 25% das participantes não conseguiram reproduzir nenhuma das práticas aprendidas em suas casas. Isso pode indicar possíveis barreiras ou desafios que impediram a aplicação do conhecimento adquirido.

Outro relato importante é o da Cíntia, uma artesã que já tinha experiência prévia. O mesmo ilustra os 5% de como o programa impactou positivamente sua prática profissional:

Eu melhorei a qualidade dos meus produtos e hoje eu compro no mercado livre a matéria-prima para meus artesanatos. Então eu tenho certeza que tudo que eu aprendi lá no Mulheres Sim, até na gestão do meu negócio, eu aprendi por valor no meu trabalho eu aprendi caprichar mais no meu trabalho eu aprendi vender meus trabalhos, aprendi fazer as pessoas ver o meu trabalho com outro olhar. Tudo isso para o meu negócio foi muito importante nesse curso (...) até comprei uma balança de precisão (...) Então, hoje eu me programo, eu faço, eu peso, eu meço, eu faço valor através do que eu tenho, do que eu possuo, não de cabeça(...) e depois do curso que eu aprendi a me programar e aprendi a valorizar o meu trabalho e o meu esforço (Cíntia Moscovich, 2023).

Seu relato enfatiza a aquisição de habilidades não apenas técnicas para a realização do artesanato, mas também de gestão e valorização de seu trabalho. O exemplo destaca como a participação no Programa Mulheres Sim não apenas

melhorou a qualidade de seus produtos, mas também aprimorou sua compreensão de precificação, planejamento e comercialização, Cintia ainda destacou:

Hoje, eu faço um sabão de qualidade, eu sempre fiz o sabão, mas nunca fiz com qualidade e depois daqueles cursos, eu comecei ver que eu tenho que sempre fazer melhor para as pessoas. Porque então eu tenho que ter essa visão. Eu tenho que fazer a diferença. Porque se eu estou nessa terra é para mim fazer a diferença, lá eu aprendi isso, eu tenho um diferencial (...) (Cíntia Moscovich, 2023).

De maneira geral, as experiências das mulheres participantes refletem a variedade de maneiras pelas quais o programa Mulheres Sim encontra possibilidades, seja nas atividades domésticas, no aprimoramento de habilidades profissionais ou na mudança de mentalidade em relação ao valor do trabalho.

Outro objetivo do programa é o incentivo à educação. Nesse sentido, os depoimentos das participantes apontaram que a participação no programa despertou o desejo de continuar estudando. Isso realça a maneira como o programa não apenas proporciona aprendizado imediato, mas também estimula uma busca contínua por conhecimento.

Os números relacionados aos cursos subsequentes após a conclusão do programa revelam um engajamento das participantes na busca por mais educação. A constatação de que 45% das participantes continuaram a se inscrever em cursos após o término do programa demonstra a motivação despertada. Nota-se uma diversidade nos cursos escolhidos como artesanato, costura e alimentos.

Além disso, verifica-se o retorno de 20% das participantes como alunas novamente do IFSC-SLO, sendo 15% no curso de Cidadania, Alfabetização e Letramento e 5% no Proeja:

Com certeza, tanto que estou até hoje fazendo cursos. É que eu era tão sozinha, ficava só em casa. Daí depois que eu com essa oportunidade, eu comecei a sair mais de casa. Eu comecei a aprender coisas novas e novas amizades e viver, a gente tem ideia, a gente tem a visão mais ampla das coisas que acontece lá no mundo (Cíntia Moscovich, 2023).

Exatamente. Foi, foi ótimo assim. Despertou um monte de coisa, (...) Tanto que voltei a fazer o segundo grau, depois. Foi um baita incentivo (Veronica Stigger, 2023).

As observações das entrevistadas, sobre como sua participação no Mulheres Sim abriu novas perspectivas, ressalta como o programa foi capaz de estimular a

aprendizagem contínua e a interação social. Sair de casa, aprender novas habilidades e construir amizades evidenciam a transformação pessoal que o programa proporcionou. Também teve o depoimento de 1 participante que começou o Ensino Superior:

Sim, depois de um tempo comecei a faculdade de Pedagogia (Zélia Gattai, 2023).

A partir desses dados, é possível que o Programa Mulheres Sim pode desencadear a motivação para o aprendizado e desenvolvimento contínuo. O retorno aos estudos também se configura como um impacto do programa. Muitas delas retornaram a própria instituição. Neste sentido destaca-se a importância de um instituto federal, que é um espaço público gratuito de ensino.

Outro impacto analisado diz respeito às questões de emprego e renda. Foi evidenciado, por meio das informações fornecidas o fato de 35% terem conseguido empregos com carteira assinada, mas que agora estavam desempregadas. Cora relatou que perdeu seu emprego devido à pandemia:

Sim, eu consegui um emprego, até inclusive eu fui trabalhar numa empresa que fabrica portas. Foi lá onde que eu peguei o Corona, e daí não pude mais trabalhar (...) fiquei com sequela (Cora Coralina, 2023).

No entanto, outras circunstâncias também são apontadas como fatores de desemprego:

Eu, depois que eu saí de lá, sim, consegui trabalhar com carteira assinada, mas depois tive mais filho e tive que sair (Hilda Hilst, 2023).

A necessidade de deixar o emprego devido à chegada de um novo filho ilustra os desafios que muitas mulheres enfrentam ao equilibrar as responsabilidades familiares e profissionais, reforçando o cuidado ao papel das mulheres, e essas circunstâncias familiares podem afetar as decisões profissionais, especialmente no que se refere à fragilidade das redes de apoio relacionadas ao trabalho e maternidade (Federici, 2019; Hirata, 2020).

Nestes casos, verifica-se a dependência dos cônjuges e em também do Bolsa Família devido à perda de emprego e conseqüentemente de suas rendas, o que ressalta a vulnerabilidade financeira que essas mulheres enfrentam. Isso reforça ainda mais a importância de políticas públicas para capacitar e ajudar a enfrentar esses desafios e buscar alternativas de renda.

Neste contexto, segundo Hirata (2018, p. 22):

No caso do Brasil, as mulheres brancas e negras têm trajetórias duradouras nas ocupações de menor prestígio e más condições de trabalho, como o emprego doméstico, as mulheres negras sendo mais numerosas nessas ocupações. Ambas estão também sobrerrepresentadas no desemprego.

A autora ressalta que mulheres brancas e negras enfrentam trajetórias em ocupações de menor prestígio, ambas as categorias também têm altas taxas de desemprego, evidenciando como a interação entre gênero e raça amplificada como barreiras no mercado de trabalho. A instabilidade na relação ao trabalho formal é um ponto notável, embora tenham conseguido emprego formal, essa conquista não foi sustentada. Isso representa uma limitação do programa, uma vez que não contempla ações de acompanhamento ou suporte após a participação.

Para lidar com essas restrições, como uma das propostas de solução, é a extensão das atividades do programa para incluir um suporte mais abrangente, enfocando questões educacionais e profissionais. Isso poderia incluir a oferta de cursos, como por exemplo um curso de empreendedorismo direcionado às mulheres. Outra sugestão é a busca por parcerias que poderiam gerar mais oportunidades, até mesmo a formação de uma cooperativa de trabalho, envolvendo especificamente o público feminino. Essas questões encontram respaldo nos relatos emitidos pelos CRAS:

Eu acredito que cursos nessa linha que vocês fizeram foi muito bom. Mas que também tivesse outros cursos que incentivassem para o mercado de trabalho. Porque ele era um curso que ele abrangia várias coisas, seja da horta, seja lá na cozinha. Mas daqui a pouco, assim, se fizer um curso de inserir junto com ele, assim um corte e costura, eu sei fazer muito bem bordado, daqui a pouquinho, assim como que você pode trabalhar esse teu produto, para venda, Eu sei fazer bolo pastel, então vamos preparar assim, além da forma que ele foi feito, mas assim como eu posso preparar ela para ser uma microempreendedora, ou, Inserindo no mercado de trabalho (...) Mas eu acho que incentivar como foi realizado, mas ampliar, talvez mais para o mercado de trabalho. Como elas podem se tornar uma microempresária (...) Então tem umas na agricultura, mas é um pedacinho de terra que não vai produzir muita coisa, mas como elas podem, naquele local, fazer algo melhor. (...) Alguma coisa nesse sentido, ou, sim, preparar para o mercado de trabalho fazer parceria, talvez com Senai, para algum outro curso profissionalizante (CRAS, 2023).

A gente tem muita demanda desse público, de Mulheres, chefes de família, de acesso à renda. Então, a questão do trabalho e geração de renda é algo relevante, que tinha já, no programa mulheres sim, que é algo, talvez que possa ser continuado aprimorado. Desde uma qualificação, mesmo com uma certificação. Até essas questões de noções de venda de acesso às redes sociais, que são coisas que hoje fazem diferença. Mais a questão da

escolaridade é outra demanda que a gente tem, porque muitas das mulheres que a gente atende, tem a questão, ou de evasão escolar ou que não tiveram oportunidade na época, de frequentar a escola. E como isso faz diferença hoje, inclusive para acesso algumas vagas formais de trabalho, a questão até do empreendedorismo, no sentido que às vezes, algumas mulheres, pela dinâmica familiar, pelo horário, enfim, não vão ao encontro os horários disponíveis pelas empresas, de trabalho, então elas acabam às vezes tendo trabalhos por conta, mas às vezes sem essas noções (...) Então acho que tudo o que envolve isso: acesso ao mercado de trabalho e questões educacionais, da educação formal e não formal, de oportunizar talvez formação, mesmo não tendo como pré-requisito a escolaridade mínima, essa é uma demanda muito grande que a gente tem aqui e que vai encontro as questões do IFSC também. Então eu acho que acredito que em termos de CRAS assim do que a gente percebe no público que seria do programa, mulheres em situação de vulnerabilidade é isso. E além de questões assim, acesso à informação, ampliação do universo cultural e informacional. Quando a gente pensa em vulnerabilidade, não só relacionada a renda, mas também relacionada a situações de violência, de isolamento, muitas demandas também de saúde mental, então também uma articulação com a política de saúde é importante. Então, de maneira geral, assim que me ocorre agora é isso (CRAS, 2023).

Essas sugestões apontadas visam aprofundar os resultados do programa, ou até mesmo apontar para novas possibilidades de ofertas que contemplem em seu bojo um suporte mais contínuo as participantes e que contemplem esses desafios como educação e trabalho de maneira mais eficaz.

Por outro lado, o percentual de 15% das entrevistadas que têm negócios próprios, incluindo aquelas que abriram seus empreendimentos após a participação no programa, é uma perspectiva positiva do impacto do Mulheres Sim na questão econômica, que foi o caso da Clarice e Tatiana:

Sim. Foi com as roupas, até estou emocionada. E daí estou vendendo em casa. Tenho calça jeans de marca, jaquetas toda peluda por dentro, assim que na cidade menos de R\$ 700,00 tu não acha nem é igual e eu vendo a R\$ 330,00 (Clarice Lispector, 2023).

Sim, que eu consegui pôr a loja. Sim, daí a gente se incentiva que você começa a pensar algo diferente. Daí eu comecei a vender a roupa também, fui sacoleira e depois eu coloquei aqui em casa que daí tinha espaço. Tudo vem da gente pensar, refletir, das ideias que as mulheradas dão. Eu tinha medo. Tive medo no começo porque tipo assim eu sou mais fechada. Aí tu tinha que ser tipo assim, um pouco mais aberta e planejar. E às vezes a gente fica mais fechada e isso prejudica a gente mesmo (Tatiana Salem Levy, 2023).

Isso demonstra como o programa não apenas capacita as mulheres a encontrarem oportunidades de emprego, mas também como incentiva a empreender

e criar suas próprias fontes de renda. O programa despertou em Veronica uma ideia de empreendimento, como destaca abaixo:

Meu sonho na época era uma comprar um carinho de mão e arrumar ele, pra vender as suculentas e os biscuit na rua. (...) Na época eu tinha feito um levantamento, ia gastar uns R\$ 2.500,00, que daí a suculenta eu tenho, eu tenho bastante variedade. Mas daí quando eu parei, daí eu não tinha mais dinheiro pra comprar as coisas (Veronica Stigger, 2023).

O relato de Veronica mostra sua vontade de empreender, porém a falta de recurso se mostrou como um fator limitante. Sua aspiração de comprar um carrinho de mão, arrumá-lo e vender suculentas e produtos de biscuit na rua demonstra sua determinação e criatividade para alcançar uma fonte alternativa de renda. No entanto, o desafio surge quando ela menciona que, após interromper suas atividades, não possuía mais o dinheiro necessário para realizar seu plano. Do mesmo modo, não se pode desconsiderar de pensar as perspectivas limitantes de um cenário mais complexo, de precarização do trabalho, oportunidades restritas em virtude das dinâmicas assumidas pelo próprio mundo do trabalho, e também das restrições estabelecidas pelas próprias áreas de oferta dos cursos pelo Programa.

Verifica-se que o programa também tem como eixo condutor áreas e temáticas que historicamente se vinculam à questão do cuidado, do espaço doméstico e do atrelado aos papéis femininos. Entretanto, é prudente que a instituição ofertante também verifique o alinhamento de novas modalidades do programa que contemplem áreas que efetivamente dialoguem com outros campos de atuação e alinhado às demandas regionais.

Um dos objetivos do programa é incentivar as mulheres a transformarem suas vidas através do empreendedorismo, e isso é confirmado na fala da Clarice:

Sim, de experiência de trabalho, foi minha horta e também na minha loja que eu tinha medo, assim eu comecei a pensar da forma mais aberta. E daí eu comecei a pegar mais coisas, mais coisas, mais coisa e hoje já tirei uma cama, já montei um roupeiro e montei uma lojinha num quarto. Eu pegava de 3 vendedor 3 caixinhas de roupa e hoje eu estou lá com 30 mil reais de roupa. É bastante, por uma coisa que começou, pequeno (...) e foi lá que eu comecei (Clarice Lispector, 2023).

O exemplo da Clarice e da Tatiana é uma confirmação vívida de como o programa pode desempenhar um papel crucial no desenvolvimento e alinhamento com habilidades empreendedoras e geração de possíveis oportunidades.

Outras situações verificadas nos depoimentos das entrevistas mostram que 15% delas são aposentadas. Esse dado revela um aspecto interessante da amostra presente, que há uma diversidade nas trajetórias e situações das mulheres participantes. O mesmo percentual afirmou não estar trabalhando no momento, porém faz do artesanato uma fonte de renda extra, como explica Ana:

Eu não trabalho porque meu problema é complicado, porque como eu tenho 58 anos, eu tenho problema de saúde sério. Eu tenho esperança de uma aposentadoria por invalidez (...) então assim, o meu artesanato eu continuo fazendo da mesma maneira (Ana Miranda, 2023).

Sua explicação revela a complexidade das circunstâncias pessoais que podem influenciar a participação das mulheres no mercado de trabalho, bem como a importância do artesanato como uma alternativa viável. Neste sentido, o artesanato não apenas fornece uma fonte de renda, mas também pode ter implicações comportamentais relevantes, permitindo que ela se envolva em atividades criativas e inclusivas, mesmo em face de desafios de saúde.

Verificou-se também, que para 15% das mulheres o trabalho informal foi uma saída necessária, devido a várias circunstâncias e barreiras que as impedem o acesso ao emprego formal, conforme relatam Raquel e Lygia:

Depois que gente parou, eu fiquei doente. Agora que estou boa eu cuido de uma criança (Raquel de Queirós, 2023).

Eu cuido de uma idosa faz 6 ou 7 meses que estou ali (Lygia Fagundes Telles, 2023).

Ambas as participantes estão ligadas ao trabalho de cuidados, que é caracterizado como a execução de tarefas como por exemplo, alimentação, vestuário, higiene e saúde que visam assegurar a segurança e o bem-estar de indivíduos (crianças, idosos e doentes). Essas atividades também envolvem uma questão emocional de quem o executa, há o amor e carinho envolvidos no cuidado. Essa tarefa tem sido predominantemente atribuídas às mulheres, justificando-se muitas vezes com a crença de que possuem uma predisposição natural para realizá-las, muitas vezes associadas à maternidade (Hirata, 2020).

Eu saio vender sorvetes, e agora vendo para outra sorveteria (Andréa del Fuego, 2023).

Os relatos evidenciam um elemento histórico presente no cenário do trabalho feminino, qual seja, sua vinculação a noção de “care”, do cuidado. Ao mesmo tempo denotam as necessidades permanentes de flexibilidade e adaptação, que muitas vezes terminam por ocultar processos precários e de insegurança nas condições efetivas de trabalho. Também ilustra como o trabalho informal ainda se constitui como um dos poucos espaços acessíveis de geração de renda. Apesar disso, é crucial que haja esforços contínuos para promover oportunidades de emprego dignas e regulamentadas. Por fim, destaca-se também que 5% das participantes logo após o término encontraram trabalho e com carteira assinada, como é o caso da Carola:

Assim, eu voltei no meu antigo emprego, mas mais foi porque eu saí da depressão. Com esse curso eu consegui sair, eu consegui sair. Eu estava afundada fazia quase 6 meses. Daí voltei a trabalhar. (Carola Saavedra, 2023)

Quando Carola contou seu depoimento, a mesma emocionou-se, lembrando a situação em que se encontrava e de como o programa lhe ajudou a sair da depressão e ainda contribuiu para conseguir se sair bem na entrevista de emprego.

(...) eu aprendi a cuidar da maneira de como a gente deve se comunicar (...) Isso eu lembro de tudo, inclusive quando fui na minha entrevista de trabalho, eu lembrei disso quando eu fui, e me ajudou bastante, porque lá é com cinco pessoas a entrevista (...) (Carola Saavedra, 2023).

O exemplo de Carola ressalta a importância de como o programa pode atuar como um agente de mudança não apenas nas questões econômicas, mas também na saúde mental e emocional das participantes. Sua história inspiradora serve como uma prova viva de como programas como Mulheres Sim podem desencadear uma série de transformações positivas nas vidas das mulheres que participam deles.

Em síntese, os relatos ilustram como o programa teve um impacto variado nas trajetórias familiares, educacionais, profissionais e financeiras das participantes, ao acompanhar a trajetória de algumas dessas mulheres, esses impactos se mostraram evidentes.

As repercussões não estão somente embasadas na relação tão pragmática, relacionada ao trabalho formal, tem outros elementos de contexto de renda que são significativos, como a perspectiva de um estímulo ao contexto do trabalho artesanal. Por exemplo, ali foram verificadas, a experiência da produção de sabão artesanal, da horta e também o crochê. Foi observado que as mulheres, após a participação no

programa, criam seus próprios produtos, seja para uso pessoal, ou até mesmo para presentes, a fim de evitar compras e economizar seus recursos.

Por outro lado, há outras singularidades nesse contexto que o programa por si só não dá conta, que são, por exemplo, as questões de baixa escolaridade, problemas de saúde física e mental das participantes e uma problemática muito significativa e muito contemporânea, que é a questão da perspectiva do envelhecimento populacional. As questões do mercado em relação ao etarismo que vão tornando cada vez mais difícil a inserção das mulheres mais velhas de entrarem no mercado de trabalho. Outra questão sensível verificada é que muitas delas ainda estão num espaço informal de trabalho.

Outro fato que chama atenção, é da casa como espaço de produção. Isso é muito próprio do trabalho feminino, de produção, de experimentação em suas casas. Nota-se que o ambiente doméstico é empregado como um espaço para a comercialização de seus produtos, representando uma alternativa comercial para as mulheres. Isso lhes permite conciliar suas responsabilidades com o lar e a família de forma simultânea, além de gerar economia com o custo de aluguel de seu empreendimento.

Também é importante reconhecer que, como qualquer política pública, o programa enfrenta desafios e limitações. Os fatores internos da instituição, incluindo as características individuais das participantes, o ambiente econômico e a disponibilidade de recursos podem influenciar sua eficácia. A complexidade das vidas das mulheres e das comunidades em que estão inseridas repercute para que não exista uma abordagem única que funcione para todos.

Apesar disto, com base nas evidências apresentadas, fica evidente que o programa Mulheres Sim desempenha um papel significativo nas vidas das mulheres participantes. Suas conquistas e depoimentos testemunham a capacidade do programa de capacitar as mulheres, promovendo mudanças positivas em várias áreas de suas vidas. Como política pública, ele desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade de gênero e no fortalecimento das mulheres na sociedade, repercussões essas que também serão destacadas na seção seguinte.

4.3.2 Repercussões Subjetivas

O Programa Mulheres Sim além de fornecer conhecimentos técnicos e habilidades práticas para promover a geração de renda, também tem o propósito de promover a valorização do papel das mulheres na sociedade. Ele busca capacitar as mulheres na busca de seus direitos, enfrentar as desigualdades de gênero, combater a violência doméstica e elevar a autoestima, e o exercício de autonomias.

Neste contexto, a segunda parte da análise aborda esse aspecto subjetivo do programa. Dessa forma, esta seção concentra-se nas percepções das participantes em relação aos objetivos destacados acima, quanto ao papel das mulheres na sociedade, seus direitos e a emancipação feminina, que são aspectos mais subjetivos.

Ao trabalhar com as percepções em relação a valorização do seu papel na sociedade, dos seus direitos e de suas autonomias, o programa cria uma base propícia para as mulheres darem seguimento à outras práticas sociais importantes para suas autonomias. A sensação de pertencimento, de valorização, a elevação da autoestima são componentes interligados que se constroem mutuamente.

Assim, potenciais repercussões também foram verificadas no âmbito das subjetividades. O programa visa impulsionar as mulheres capacitando-as a enfrentar os desafios sociais que podem surgir, ao mesmo tempo que se desenvolvem como mulheres que também passam a considerar o contexto das independências e autonomias:

(...) Porque a maioria, não sei se é porque veio de casa já, acha que a mulher tem que ser submissa, e **eu era**. Então ajudou bastante, bastante mesmo, a saber que a gente é dono do nariz da gente, e da vida da gente, e pode, fazer o que a gente quer (Carola Saavedra, 2023).

(...) A gente melhora no dia a dia. Imagina, melhorou bastante, até no pensar no fazer no agir (Tatiana Salem Levy, 2023).

Sim, eles abriram muito os olhos da gente. Tipo dando empoderamento pra mulher. Como a mulher tem que se abrir, tentar abrir o olho para o mundo, não ficar fechada no seu cantinho (Cecília Meireles, 2023).

Ao encontro disto, a autora Butler (2018) defende que a luta feminista não é apenas por inclusão, mas também por uma mudança fundamental nas estruturas que definem e limitam a identidade e o papel das mulheres na sociedade.

O entendimento e a reivindicação do papel das mulheres na sociedade são fatores essenciais para lidar com as desigualdades de gênero e a busca por emancipação econômica e a sua própria valorização como mulher, presente nos depoimentos abaixo:

(...) Eu achei importante naquela parte que a gente, tipo, ter a nossa renda, aquela parte da valorização da mulher, acho que foi isso que foi falado bastante (Júlia Lopes de Almeida, 2023).

De forma que a mulher tem que não só esperar pelo homem. Tem que procurar um serviço, ter mais autoestima e procurar os seus objetivos, não só ficar esperando (Hilda Hilst, 2023).

O depoimento da Hilda ressalta a importância de não depender dos homens, mas sim buscar oportunidades, ter autoestima e traçar seus próprios objetivos. Iniciou-se por uma mudança de mentalidade e percepção das participantes em relação a si mesmas e ao seu lugar na sociedade:

Porque ele ensina você a ser valorizar, você a fazer algo e dar valor pelo que você faz, porque lá tudo, lá ninguém pensa negativo. Lá tudo é positivo. Então você se valoriza (Elvira Vigna, 2023).

O programa ajudou sim a pensar no papel da mulher. Então, sabe a mulher, ela não é aquela coisa assim, que porque você é mulher, você tem que ser submissa, não. A mulher é dona dela e é livre para fazer o que ela quiser. E se ela tiver vontade, elas fazem (Luisa Geisler, 2023).

Os relatos destacam os anseios por liberdade e autonomia das mulheres para determinar seus próprios caminhos e tomar decisões. Isso reflete a mudança cultural necessária para que as mulheres não sejam mais vistas como submissas ou restritas por seu gênero, mas como agentes ativos de sua própria vida e escolhas.

Quando as mulheres compreendem seu valor e potencial, elas se tornam mais capazes de enfrentar os desafios impostos pela discriminação de gênero. Isso contribui para a criação de uma base sólida que lhes permite não apenas resistir a esses obstáculos, mas também contribuir de maneira significativa para sua própria comunidade. Cíntia destaca isso em sua fala:

Eu aprendi que ninguém mais pode falar mal de mim. (...) E eu não aceito que mais ninguém me humilhe. Porque lá eu aprendi que eu sou igual, eu sou igual o presidente da República, ou papa ou qualquer pessoa. Os direitos são iguais, isso também eu aprendi. Eu não deixo mais ninguém me diminuir e antes pra mim tanto fazia. E hoje não. Depois que eu comecei a fazer esses

cursos, eu aprendi que não é assim, que eu tenho que me impor. Eu tenho deveres mas também tenho direitos (Cíntia Moscovich, 2023).

Mudou bastante, é porque eu, antes os outros faziam as coisas por mim e dizia que tinha que fazer e eu sabia que eu estava errado, mas ficava quieta, agora não. Agora eu sei que eu posso, eu sei que eu faço e eu faço mesmo, Então eu saio, eu leio leitura na igreja e tudo. Eu faço a minha parte (Carolina Maria de Jesus, 2023).

Nesses trechos, fica claro, que a partir do programa, as mulheres passam a reivindicar seus lugares de fala e de direitos e passam a participar da vida em comunidade. Além disso, a conexão melhorada com o contexto social e o sentimento de pertencimento a grupos promovem um senso de inclusão que combate o isolamento e a marginalização que muitas vezes afetam as mulheres. Esse fortalecimento da conexão social também é crucial para a saúde mental e o bem-estar emocional das mulheres. Neste sentido, as participantes destacam essa evolução:

De interagir mais na sociedade. Na verdade eu tinha medo de falar em público e com esse curso eu não tenho mais medo de falar. Tipo assim, eu sou católica, eu vou na igreja, meu Deus para fazer uma leitura lá na frente, eu morria de medo. Agora, depois dali foi ali que eu aprendi a me soltar, porque ali a gente falava, a gente conversava, as professoras davam oportunidade. Aí eu aprendi a me soltar. Então agora eu consigo fazer mais. É, foi ali que eu aprendi muito a me entrosar na sociedade (Ana Miranda, 2023).

Sim, a conversar mais, a gente era meio tímida. Depois a gente foi conversando, conversando, parece que se deu mais assim (Cecília Meireles, 2023).

Essa ênfase na construção de conexões sociais não apenas contribui para o desenvolvimento pessoal, mas também tem impactos profundos na saúde mental e no bem-estar emocional das participantes, conforme relatam:

Melhorou bastante sim, porque eu era muito insegura. Eu era tímida. Agora eu me solto um pouco mais, eu chego de boa e converso com as pessoas. O curso foi excelente, foi, foi maravilhoso (Zélia Gattai, 2023).

É pode, porque quando a gente não participava, a gente não interagia com outras pessoas, porque praticamente a gente fica só em casa. E como a gente vai lá e conhece várias pessoas, a gente interage bastante, com as colegas, com os professores, com as pessoas que trabalham lá, é muito importante (Ana Miranda, 2023)

Esses relatos destacam como o programa fortalece a conexão das mulheres com a sociedade, melhora sua autoestima, amplia suas habilidades de comunicação e constrói relacionamentos significativos. Neste sentido, nota-se a importância das mudanças subjetivas resultantes do programa, ressaltando como a transformação interna é crucial para o fortalecimento das mulheres e para a promoção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva. Percebe-se isso nos relatos abaixo:

Assim, ajuda bastante a mulher criar coragem, porque a mulher sempre foi muito submissa. Então, com esses ensinamentos, ela tá tomando coragem, tá exigindo seus direitos e tá conseguindo se libertar de muitas coisas ruins que tá acontecendo muito com a violência (...) Mudou, de eu ser mais eu, e de botar para fora mais coisas (Carolina Maria de Jesus, 2023).

Sim, com certeza, bastante, bastante, aprendi, aprendi a me valorizar e a valorizar o meu serviço também. Até então eu achava que era só aquilo, que eu prestava só para aquilo, não prestava para mais nada. A gente aprendeu bastante sobre isso. Eu aprendi pelo menos, o resto não sei, mas eu aprendi (Carola Saavedra, 2023).

Os depoimentos destacam como o programa ajuda as mulheres a se valorizarem, rompendo com a submissão que historicamente foi imposta a elas. A mudança interna também se manifesta na forma como elas se expressam e se afirmam, tornando-se mais autênticas e confiantes em suas vozes:

Com certeza. Vontade de viver. Ver que as coisas não eram assim, não era ficar choramingando. Daí me incentivou, assim, não fica mais pensando, me virava, fazia uma coisa, mudava outra (...) Principalmente ali que a gente voltou a estudar (...) (Veronica Stigger, 2023).

Ao adquirirem conhecimentos, habilidades e confiança, as mulheres estão tomando medidas para exigir seus direitos e se libertar de padrões prejudiciais, como a violência de gênero.

É que a gente é a gente mulher, quando você depende do marido, às vezes a gente acha que porque tu está dependendo dele, a gente tem que aguentar (...) a mulher tem que saber se dá o valor e não ficar apanhando e ouvindo agressões, porque é o homem que a sustenta. Não é assim, a mulher tem que se valorizar (Ana Miranda, 2023).

A mulher tem que fazer o papel dela e ser não se rebaixar e não se humilhando. Você não é igual homem porque você é feminina, mas assim eu acho que tem que ser igual direito para todos, não ficar quieto, não ficar quieta. É, mas é complicado, é complicado porque nem todas trabalham que nem eu na época eu não trabalhava. Eu tinha que ficar, minha nossa, tem que ficar quieta, às vezes porque que depende, depende, isso é isso é complicado, ainda mais quando tem criança pequena. Eu, graças a Deus, meus filhos já eram adultos. Daí então não tive muito problema assim.

Mesmo assim, a menina ficou contra mim, mas enfim. Eu fiquei casada 33 anos (Veronica Stigger, 2023).

Os depoimentos das participantes revelam como o programa desempenha um papel vital em conscientizar as mulheres para lidar com situações de violência e tomar medidas para proteger-se e buscar apoio, como o exemplo da Veronica:

(...) Tipo, eu sofri muito assim, mas eu era verbal. O meu problema era mais verbal. Eu sofria bastante. Daí até comentei um dia que eu ia denunciar e ele falou: mas eu nunca te bati. Eu ficava bem assustada em casa. Tudo o que ele falava, eu dizia sim! A gente conhece muita gente que tá assim ainda, sabe? E eu incentivo, incentivo, falo bastante, mas até inclusive tem uma pessoa que mora aqui na minha rua, que, meu Deus, morre de medo do marido. E enfim, eu sempre falo (Veronica Stigger, 2023).

Ela compartilha como muitas vezes as vítimas de violência, podem sentir medo e intimidação, o que as impede de tomar medidas para se proteger. A conscientização proporcionada pelo programa a inspirou a falar e incentivar outras mulheres a se manifestarem contra a violência doméstica, rompendo o silêncio e buscando apoio. Outro caso verificado também foi da Carola:

Muito, muito mesmo, me fez entender também bastante qual é a parte errada e qual é a parte certa. Fez entender muito isso. Eu vivenciei isso dentro da minha casa, não com meu marido, com meus filhos. Então me fez entender bastante esse lado, saber decidir qual é o lado certo, qual é o errado mesmo sendo o filho da gente (Carola Saavedra, 2023).

Neste exemplo, o relato aponta que o programa a ajudou a entender a diferença entre o que é certo e errado no contexto da violência doméstica e como lidar com a violência, que é o caso da Ana também:

(...) É porque tem muita coisa que a gente não sabe, mas o programa em si ele ajuda a gente aprender, como é que vou te explicar? Como a gente deve agir nos momentos desses ali de violência. O programa em si me ensinou muito (Ana Miranda, 2023).

Neste contexto, o programa também proporciona um espaço de reflexão sobre as desigualdades de gênero com o intuito de promover a conscientização sobre a importância da igualdade de direitos entre homens e mulheres. Esse processo de reflexão não apenas contribui para o desenvolvimento individual das mulheres, mas também para uma mudança cultural mais ampla em relação às percepções de gênero na sociedade. Nota-se em seus depoimentos tais conscientizações:

Como as professoras falavam lá no curso, que não é porque o homem tem um cargo lá na empresa, que a mulher não pode ter o mesmo direito só porque é mulher, eu acho que toda mulher deve ter direito igual aos homens e se o homens têm oportunidade, eu acho que a mulher também deve ter. Direitos são totalmente iguais. Eu acho que gênero não impede nada disso (Zélia Gattai, 2023).

Que tem homens que acham que são mais que as mulheres. Eu acho que não, que tem mulher que trabalha mais do que o homem, se for ver então. (Hilda Hilst, 2023).

Essas observações de que as mulheres devem ter direitos iguais aos homens reforça a necessidade de reconhecer e combater a desigualdade de oportunidades, tratando-se de um princípio fundamental para a promoção da igualdade de gênero. O gênero não deveria ser um obstáculo para a igualdade realça o desejo de uma sociedade onde as mulheres possam alcançar seus objetivos com base em suas habilidades e esforços, sem restrições baseadas no gênero.

Aprendi bastante coisa, a ser mais independente, de ser dona de mim, não ele ser o dono (Carola Saavedra, 2023).

Carola Saavedra destaca acima como o programa a ajudou a se tornar mais independente e a perceber a importância de ser dona de si mesma. Esse processo é fundamental para as mulheres se libertarem de papéis tradicionais e estereótipos de gênero que muitas vezes as colocam em posições subalternas onde muitas vezes são silenciadas ou pressionadas a se submeterem. O depoimento ressalta a busca pela autonomia e pela voz própria, que reconhece seu valor, se torna independente e desafia padrões de gênero.

Ao se tornarem independentes e desafiarem os papéis tradicionais de gênero, as mulheres podem experimentar uma melhoria significativa em sua autoestima. A conquista da independência e o reconhecimento de sua voz própria validam suas habilidades e potencial, o que por sua vez contribui para a construção de uma autoimagem mais positiva e confiante. Isso é fundamental para romper com as amarras da insegurança e do autodepreciação que muitas vezes são impostos no bojo da heteronormatividade. Além disso, essa transformação interna também impacta os relacionamentos das mulheres com seu meio social. Ao reconhecerem seu próprio valor e voz, elas podem estabelecer relações mais equilibradas e saudáveis, tanto pessoalmente quanto profissionalmente. Os depoimentos das entrevistadas refletem essa progressão positiva:

Antes de participar do curso eu não tinha vontade de procurar serviço, dali que eu procurei e já comecei a trabalhar no Laticínio. Comecei a lutar com a minha horta, a plantar e colher verduras. Uma coisa que aprendi é que a mulher nunca pode desistir. A partir do curso comecei a fazer minha horta, a fazer chinelo, fazer aqueles potinhos de joias que nós fazia, e eu vendo na cidade. O mulheres Sim, foi tudo, porque a gente desejava conhecer, e sempre dizia: tem curso do mulher sim, a gente queria saber o que que era, na real. A gente viu a emoção que tinha, a gente tinha aquela vontade de ir no curso, ver o que que era, a gente foi, aprendeu e fez amizades, a gente conseguiu (Nélida Piñon, 20 anos).

Nélida ressalta que antes de participar do curso, não sentia motivação para procurar emprego, mas após a participação, sua perspectiva mudou. Além disso, a aprendizagem prática adquirida no programa também foi aplicada com a criação de sua horta e pela produção de produtos artesanais para venda. Outros depoimentos como o da Raquel e da Lygia também vão nessa linha:

A gente começou a trabalhar, né, a gente se sente mais motivada (Raquel de Queirós, 2023).

A gente achou emprego para trabalhar. Viver só dentro da casa não adiantava, não ganhava nada, tinha que sair para ganhar um pouquinho (Lygia Fagundes Telles, 2023).

Lygia, com vulnerabilidades no âmbito da formação, encontrou uma oportunidade de trabalho, na área do cuidado.

Além da questão da empregabilidade, alguns depoimentos descrevem como o programa trouxe mudanças significativas em diversos aspectos, desde suas perspectivas até sua interação com o mundo ao seu redor, conforme apontam os relatos abaixo:

O programa representou para mim mudança total, para mim pelo menos foi. Mudança total no que eu vivi até hoje. Pra mim mudou bastante, muito mesmo, a maneira de pensar, de agir e conversar, de interagir com as pessoas, tudo, tudo, tudo. Eu estava fechada. Fechada totalmente e foi muito bom (Carola Saavedra, 2023).

Muito, muito, muito vale muito a pena por mim e por ver as outras também. Tipo aquelas mulheres lá, que parecia assim que elas vinham do fundo da Grotá. E assim elas, nossa, elas saíram trabalhar, a maioria estava trabalhando numa fábrica de biscoito até o ano passada. Eu vi assim que elas mudaram. Muito se socializaram, fizeram seu face, então é pra mim, eu acho que mudou bastante as pessoas se motivaram (Clarice Lispector, 2023)

Há uma mudança profunda na maneira como as mulheres se veem, interagem com o mundo e buscam oportunidades:

Porque assim eu percebi que a mulher... eu era muito focada no meu trabalho, na minha casa, na minha família e no meu filho, principalmente. Então, esse curso ele me ajudou a ver que o meu filho também. Ele precisa da liberdade dele por ele ser especial, mas isso só me abriu com o curso. Porque daí eu consegui. Eu consegui ver que o mundo não gira só em roda do meu umbigo, tem mais, mais coisas pra girar. Então me ajudou muito nesse ponto. As amizades que eu fiz no curso, o conversar a trocar ideia com pessoas diferentes. É muitas vezes para escutar, não quando é lamentação que a gente sabe que tem algumas que querem se fazer de vítima, mas assim ajudar em certo sentido, nossa, isso foi muito excelente. Esse curso ele abriu assim, visão, um monte de coisas (Luisa Geisler, 2023).

Luisa tornou-se mais consciente dos alcances do seu trabalho no contexto doméstico, muitas vezes pouco valorizado.

Eu acho que é um efeito total, ótimo para todo mundo. Teve muitas mulheres que entraram lá também bem de cabeças baixas, depressivas, revoltadas. E eu acho que foi um ânimo. Foi uma dose bem aplicada entre as mulheres. Eu acho que foi especial para todo mundo. Quem pegou bem, que sempre foi com vontade, foi para levantar e levantou a cabeça. Eu acho assim, que não faltou apoio e não faltou carinho da equipe e incentivo para continuar sobrevivendo mais (Veronica Stigger, 2023).

Mis uma vez, nota-se que programa não se limitou a fornecer habilidades técnicas, mas também desencadeou um processo relativo às subjetividades e de pensar e repensar os sentidos do trabalho.

Me sinto, me sinto, porque tu diz assim, eu fiz um curso no IFSC. Eu fiz um curso lá e foi muito bom. Ficou muitas lembrança boas. Foi um dos primeiros cursos que eu fiz, assim, fora (...) (Ana Cristina Cesar, 2023).

Percebe-se no relato o orgulho de Ana Cristina em ter estudado em uma instituição federal de ensino, como sua primeira experiência, com mais de 60 anos de idade. Essa conquista demonstra como a busca pelo conhecimento é independente da idade ou histórico educacional e que não apenas proporciona habilidades, mas também aumenta a autoestima, o orgulho pessoal e a sensação de pertencimento a um espaço público, de ensino.

As impressões percebidas antes, durante e após a participação das mulheres no programa também são relatadas pelo IFSC-SLO (2023):

Antes do programa, a maioria das mulheres é introvertida, não consegue se expressar ou se comunicar com facilidade. Não compreendem seus direitos de cidadã e de mulher, tampouco seu importante papel nas suas famílias e na sociedade. No decorrer do programa, elas se transformam, se integram, começam a ter olhar crítico ao que lhes é apresentado, entendem

minimamente seus direitos, se posicionam com mais facilidade, retomam o interesse nos estudos (IFSC- SLO, 2023).

Quanto a essas repercussões sobre as mulheres que participaram das edições, o CRAS também relata:

(...) de algumas mulheres que participaram da edição do programa e que continuaram em contato conosco a gente notou muito nelas o espírito empreendedor. No sentido assim, de sempre fazer referência a isso. “Eu aprendi lá no curso do IFSC que né isso a gente viu lá como é que produzia o sabão. Como é que comercializava, como é que fazia o cálculo do meu produto. Lembro muito delas falando da feirinha no final da edição do programa. Lembro também de algumas falando muito de se sentirem valorizadas com a solenidade de formatura, “imagina eu receber um diploma de uma instituição de ensino”. Então isso são informações que a gente acabou coletando, assim não de uma maneira de avaliação formal oficial (...) (CRAS, 2023).

Por outro lado, lado para a instituição de ensino e o programa repercutem no alcance de sua missão institucional auxiliando no desempenhar de seu papel social da instituição; na qual promove o acesso à educação para público em vulnerabilidade social e econômica; possibilita às mulheres com baixa ou nenhuma escolaridade o acesso a uma instituição de educação; estimula o retorno de jovens e adultas ao ambiente escolar; forma parcerias com entidades públicas do município para atendimento das demandas locais; divulga e firmar a marca institucional na região em que está implantado o campus. Neste contexto a gestora também destaca:

Executar esse programa é gratificante, embora seja desafiador. Requer uma integração de diversos servidores e setores da instituição, pois trata-se de um público em vulnerabilidade, que necessita ser constantemente assistido. Ao decorrer do programa, é notável o engajamento das mulheres e a transformação em suas vidas, e isso dá forças à equipe para continuar. A palavra que resume o programa é transformação, e esta é a missão institucional, promover a inclusão e formar cidadãos (IFSC-SLO, 2023).

De forma geral, nota-se um impacto social significativo, na medida em que o IFSC contribui para a redução das desigualdades educacionais, proporcionando acesso à educação para pessoas que, de outra forma, não tiveram essa oportunidade, contribuindo na melhoria das condições de vida das mulheres e de suas famílias.

Ao capacitar as pessoas, a instituição está investindo no desenvolvimento da sociedade como um todo, uma vez que essas alunas terão a oportunidade de

contribuir positivamente para suas comunidades e economias locais, conforme destacam as Assistentes Sociais.

(...) Ofertar esse curso assim pro CRAS representou oportunidade, oportunidade, oportunidade que nós não conseguimos fazer, sabe? E acho que essas parcerias com essas instituições, elas são primordiais (...) Então, o que a gente vê assim, que essa ação trouxe para elas e para nós enquanto CRAS oportunidade, oportunidade também da gente conseguir mostrar de forma diferente o que a gente quer que elas façam que busquem crescimento (...) É importante esses tipos de curso para nós, sabe, porque como a gente já vai visitar essas famílias, leva essa oportunidade para eles fazer. Eu acredito que cursos nessa linha que o IFSC fez foi muito bom (...) (CRAS, 2023).

O relato ressalta que por meio da parceria com o IFSC-SLO, o CRAS proporcionou às pessoas da comunidade local acesso a oportunidades de aprendizado e crescimento que poderiam não ser alcançadas de maneira independente.

Eu acredito que representa essa oportunidade, porque mesmo que a gente identifica aqui no CRAS com as nossas famílias, muitas demandas, nem todas a gente consegue atender pelos serviços da proteção social básica, da assistência, pelas ferramentas que a gente tem aqui, pelo alcance que a gente tem com o serviço. Então, sempre que a gente tem oportunidade de ampliar isso, a gente busca essa articulação e no caso do programa mulheres sim representou realmente essa oportunidade de um acesso a uma formação continuada, acesso dessas mulheres que as vezes não tinham, inclusive essa questão da escolaridade formal. Por não ter isso como pré-requisito, isso possibilitou que muitas das nossas usuárias estivesse numa instituição de ensino, que até não se imaginavam até então, realmente eu acredito que o programa representa essa oportunidade (CRAS, 2023).

Apesar dos esforços da proteção social básica e dos serviços de assistência, nem todas as demandas das famílias podem ser atendidas devido à limitação de recursos e alcance desses serviços, destaca a Assistente Social. Nesse contexto, reforça que a colaboração com programas como o Mulheres Sim é valorizada por proporcionar uma maneira de suprir essas lacunas e expandir as possibilidades de atendimento, ainda mais pela flexibilidade do programa, ao não exigir escolaridade formal como pré-requisito, o que permitiu que essas mulheres ingressassem em uma instituição de ensino, algo que talvez não imaginado ser possível até então.

Para o IFSC-SLO (2023) os fatores fundamentais para a execução do Programa Mulheres Sim, foram: a parceria com entidades locais, como secretaria de assistência social, secretaria de saúde, delegacia civil, organizações não governamentais, entidades privadas, entre outras, sem parceria, destaca que o

programa não acontece; equipe multidisciplinar comprometida; equipe técnica para operacionalizar aspectos burocráticos; recurso financeiro; infraestrutura de salas de aulas e laboratórios; e os material de consumo.

Segundo a gestão, as dificuldades encontradas para a realização do programa estão a falta de profissionais no campus, como psicólogo e assistente social para acompanhamento das mulheres; equipe reduzida (poucos servidores trabalhando no projeto); infraestrutura precária de laboratórios e recurso financeiro limitado.

Quanto aos avanços que o Programa Mulheres Sim tem ainda pela frente, a gestão relatou que no ano de 2023, o IFSC não ofertará o Programa Mulheres Sim devido ao edital da SETEC para a retomada do Programa Mulheres Mil. Ressalta que embora o público-alvo deste edital também sejam mulheres em vulnerabilidade social, dentro desse grupo há uma estratificação acentuada que possui demandas/especificidades distintas, conforme aponta:

O programa Mulheres Sim apresenta aspectos de resgate no sentido mais humano, de autonomia das mulheres, de recuperação da autoestima, de inserção na sociedade com direitos e deveres. Já o programa Mulheres MIL tem foco na qualificação profissional para a integração ao mundo do trabalho, e atende mulheres alfabetizadas (IFSC-SLO, 2023).

A oferta do programa Mulheres Sim pelo Instituto Federal de Santa Catarina tem impacto significativo nos municípios e nas vidas das pessoas envolvidas. O programa vai além de apenas fornecer habilidades técnicas, desempenhando um papel na promoção do desenvolvimento pessoal, profissional e social das mulheres participantes.

A parceria entre o IFSC e o CRAS demonstra o compromisso das instituições em promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres em situação de vulnerabilidade social. Ao oferecer um programa específico para mulheres, o IFSC reconhece a necessidade de criar espaços seguros e inclusivos para a educação e capacitação feminina, contribuindo para a redução das desigualdades de gênero.

Além disso, o impacto do programa se estende aos municípios onde é oferecido. Ele não apenas capacita as mulheres com habilidades práticas para o mercado de trabalho, mas também promove a autoestima, a autoconfiança e a mentalidade empreendedora. Isso não apenas beneficia as participantes individualmente, mas também contribui para o fortalecimento da economia local, uma

vez que as mulheres capacitadas têm maior probabilidade de criar e desenvolver seus próprios negócios.

O programa também tem um efeito positivo na comunidade, à medida que as mulheres compartilham seu aprendizado e experiências com outras pessoas. Isso cria um efeito multiplicador, inspirando mais mulheres a buscar educação, emprego e empreendedorismo, o que, por sua vez, contribui para uma sociedade mais igualitária e dinâmica.

Ao ofertar o programa Mulheres Sim, o IFSC se destaca como uma instituição educacional comprometida em promover não apenas a formação profissional, mas também o crescimento pessoal e o empoderamento das mulheres. O impacto abrangente do programa nas vidas das participantes e nas comunidades onde ele é implementado destaca a importância de continuar investindo em iniciativas que visam capacitar e promover o papel das mulheres na sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na trajetória percorrida até aqui, são evidentes como as políticas públicas desempenham um papel central na transformação das vidas das pessoas. Desde o início, explorou-se a complexa natureza das políticas públicas, abordando sua formulação, os diversos estágios do ciclo de políticas e os atores políticos envolvidos. Refletimos sobre a problemática enfrentada por muitas mulheres no Brasil, e como as políticas públicas desempenham um papel crucial na busca por equidade de gênero e na superação das desigualdades arraigadas.

Os indicadores apresentados deixaram claro que a desigualdade persistente entre homens e mulheres transcende várias esferas da sociedade. A violência de gênero, a sub-representação política, as disparidades no mercado de trabalho, a sobrecarga de responsabilidades, a falta de acesso a recursos econômicos e a dupla jornada são aspectos que destacam a urgência de uma mudança significativa. Esses desafios, profundamente enraizados em um passado patriarcal, ressoam como testemunhas de uma história de opressão e desigualdade.

No entanto, mudanças estão acontecendo, as políticas para mulheres se apresentam como um caminho que buscam reverter essa realidade. Isso é uma tarefa coletiva que envolve o comprometimento de governos, organizações não governamentais, instituições educacionais e cada indivíduo continue a pressionar por políticas inclusivas e equitativas, enquanto também trabalha para transformar mentalidades e quebrar estereótipos arraigados de gênero.

Os Programas Mulheres Mil e Mulheres Sim são exemplos de iniciativas criadas a partir do campo das políticas públicas, que visam à emancipação das mulheres. Ao promover a autonomia política e econômica, enfrentar vulnerabilidades e combater a violência doméstica. Esses programas demonstram como as políticas públicas podem se tornar ferramentas poderosas para a mudança social.

Esses programas quando alinhados com instituições de ensino, como o IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina, desempenham um papel integral nesse processo de transformação. A inclusão do Programa Mulheres Sim, desde 2013 demonstra o comprometimento da instituição em capacitar as mulheres por meio da educação e do desenvolvimento de habilidades. Ao proporcionar um ambiente

educacional propício e recursos adequados, as instituições de ensino ajudam a romper as barreiras educacionais que muitas mulheres enfrentam.

Um exemplo disso é o campus de São Lourenço do Oeste - SC do IFSC, que implementou o programa Mulheres Sim a partir de 2016. Essa iniciativa estendeu-se por cinco edições realizadas em nível regional, abrangendo não apenas o município de São Lourenço do Oeste, mas também as cidades de Jupiá, Galvão e, em 2022, o município de Campo Erê. Com um total de 150 vagas ofertadas para mulheres a partir dos 15 anos em situação de vulnerabilidade social, o programa demonstrou um compromisso amplo em alcançar e capacitar mulheres de diferentes áreas.

Nesse contexto, o escopo geral deste estudo foi analisar o impacto do programa Mulheres Sim, desenvolvido pelo IFSC-SLO, através da lente da análise de políticas públicas e suas implicações no desenvolvimento regional. Este objetivo reflete a importância de avaliar de maneira sistemática e abrangente os resultados e efeitos dessas iniciativas, indo além do âmbito individual e considerando a influência delas na comunidade e no crescimento regional.

Através de entrevistas realizadas com as 20 participantes das edições ocorridas nos anos de 2018 e 2019, nas cidades de SLO, Jupiá e Galvão, bem como com as assistentes do CRAS das localidades participantes e a entrevista conduzida com a gestora do IFSC, foi possível analisar e compreender as dinâmicas envolvidas bem como os resultados alcançados. As informações coletadas forneceram uma base rica e substancial para a compreensão das dinâmicas do programa e suas ramificações, conferindo uma perspectiva abrangente sobre seu impacto tanto a nível individual quanto institucional, bem como a nível regional.

Para tanto, inicialmente, foi descrito o Programa Mulheres Sim e as conexões que possui com as políticas públicas do Programa Mulheres Mil. Identificou-se que este último é um programa nacional que também tem como alvo a promoção da capacitação feminina, buscando proporcionar às mulheres de baixa renda a oportunidade de adquirir conhecimentos e habilidades que facilitem sua inserção no mercado de trabalho e na sociedade de maneira geral. O Programa Mulheres Sim se alinha a esse objetivo mais amplo, adaptando-se às necessidades e contextos locais, abrangendo mulheres com pouco ou nenhuma escolaridade, enquanto o Programa Mulheres Mil possui critério de escolaridade e acaba não focando em públicos com pouca escolaridade.

O IFSC teve a iniciativa de incorporar o Programa às suas práticas de extensão, por acreditar em suas potencialidades junto à formação de contingentes vulneráveis. Por meio das ações do programa como o curso, feira de economia solidária, palestras, oficinas e do projeto de acompanhamento pós-programa, buscou desenvolver habilidades práticas para aumentar a autonomia e qualidade de vida das participantes e de suas famílias. Este programa emerge de um contexto moldado por decisões educacionais e sociais, amparado pela conscientização sobre equidade de gênero e inclusão.

A análise do Programa Mulheres Sim identificou atores cruciais em sua implementação, incluindo governo federal e municipal, IFSC, CRAS, alunas participantes e professores. Cada ator, de forma singular e coletiva, moldou a dinâmica e o impacto do programa, destacando a importância da colaboração e da ação conjunta para alcançar resultados. O governo federal desempenha papel central pois sua política e alocação de recursos financeiros são fatores determinantes para o funcionamento do programa. A prefeitura municipal, por meio da disponibilização do transporte. O IFSC é uma peça-chave na realização do programa. Seus gestores desempenham um papel crucial na concepção, planejamento e execução das atividades com foco em igualdade de gênero. Os professores e servidores que executam as atividades desempenham um papel vital, uma vez que são os facilitadores do aprendizado e do desenvolvimento das participantes. Seus compromissos são determinantes para garantir que o conteúdo seja ministrado de maneira qualificada e coerente e que as participantes possam apropriar-se de maneira adequada e em diálogo com os saberes adquiridos em suas vidas cotidianas. Os CRAS são atores essenciais na captação das mulheres participantes. Sua experiência em identificar e alcançar mulheres em situação de vulnerabilidade assegura que o programa alcance aquelas que mais precisam. Alunas são as beneficiárias diretas das atividades e intervenções, sua dedicação e engajamento não apenas demonstram a relevância do programa, mas também constituem a base para seu sucesso e impacto.

Um dos objetivos também era entender o perfil das participantes, e ao analisar os dados, foi constatado que 54% das participantes das edições de 2018 e 2019 possuem mais de 35 anos, enquanto 54% se autodeclaram como brancas. Além disso, 76% delas têm cônjuge, 68% não conseguiram completar o ensino médio e 56% não possuem uma fonte de renda própria. A partir desses dados, torna-se

evidente que o Programa Mulheres Sim realizado pelo IFSC-SLO esteve alinhado com seu objetivo de atender especificamente seu público-alvo, que é composto principalmente por mulheres sem um histórico educacional avançado e que fazem parte de grupos sociais vulneráveis.

Através das entrevistas realizadas, uma outra característica do programa Mulheres Sim foi identificada: a percepção das participantes sobre a estrutura do programa. As avaliações das mulheres participantes em relação a todas as ações foram extremamente positivas. De fato, 95% delas expressaram gostar de todas as atividades, destacando não apenas a carga horária (com 95% de satisfação), mas também os conteúdos apresentados e a didática dos professores (com 75% avaliando como ótimo). Além disso, o relacionamento entre as participantes foi avaliado como excelente por 80% das entrevistadas. É relevante ressaltar que 40% delas estabeleceram amizades durante o programa, muitas das quais mantêm até hoje. Ao levar em consideração essas percepções das mulheres participantes, fica evidente que o programa foi bem avaliado em relação às suas experiências educacionais.

Com o intuito de compreender as repercussões do Programa Mulheres Sim, tanto do ponto de vista das participantes quanto da instituição promotora, uma divisão foi estabelecida em dois momentos: uma análise dos resultados objetivos e outra, a partir de alcances mais subjetivos.

As repercussões objetivas do programa Mulheres Sim, conforme relatado pelas entrevistadas, destacam os impactos nas suas jornadas. Isso é evidenciado pela implementação de práticas aprendidas em suas casas, como o cultivo de hortas domésticas (45%) e a produção de sabões artesanais (25%). No âmbito educacional, 45% retomaram cursos, incluindo 5% que concluíram o ensino médio, 5% que deram início ao ensino superior e 15% que retomaram seus estudos no IFSC-SLO. Quanto a emprego e renda, 5% alcançaram empregos formais, enquanto 30% ingressaram em empregos informais que variam desde a venda de artesanato até serviços de cuidadoras. Além disso, 15% estabeleceram empreendimentos autônomos, incluindo 10% que abriram suas próprias lojas após a participação. Além disso, atividades artesanais como a produção de sabão e crochê não apenas são praticadas para uso pessoal, mas também compartilhadas com familiares.

Alguns desafios também foram evidenciados como a baixa escolaridade, problemas de saúde e envelhecimento populacional persistem como desafios

impostos. A notável conversão das casas em espaços produtivos pós-programa destaca-se, gerando empreendimentos domésticos.

As limitações do programa também são evidentes, principalmente em relação as questões como a baixa escolaridade, limitando-se a sensibilizações incorporadas. O programa não contempla acompanhamento ou suporte após o término. Outro fator limitante é as opções de trabalho manual no programa, que muitas vezes se concentra em atividades artesanais, e isso pode ser uma barreira significativa. A constatação de que nem todas as participantes possuem habilidades manuais suficientes, pode tornar-se difícil para elas continuarem após a conclusão do curso.

Algumas sugestões podem ser consideradas. Uma delas envolve a reformulação da estrutura do programa, incorporando uma expansão das atividades para abranger um suporte mais abrangente, com abordagem em questões educacionais e profissionais. Isso poderia envolver a oferta de cursos mais especializados, como um programa de empreendedorismo específico para mulheres.

Outra sugestão é explorar parcerias que permitam uma abordagem mais direcionada. Por exemplo, poderia ser implementado um curso de corte e costura para aquelas com habilidades manuais específicas. Além disso, uma abordagem inovadora poderia ser o estímulo à formação de uma cooperativa de trabalho, focada no público feminino. Nesse modelo, a carga horária poderia ser dividida sendo meio período dedicado ao trabalho formal e meio período destinado a atividades educacionais para elevar o nível escolar.

Essas sugestões visam aprofundar o impacto do programa, oferecendo um suporte contínuo as participantes e abordando desafios como educação e trabalho de maneira mais eficaz. Isso poderia potencialmente contribuir para a criação de oportunidades mais atraentes e fortalecedoras para as mulheres envolvidas.

Em relação aos aspectos subjetivos, através de depoimentos das participantes, evidenciou-se que o programa contribuiu para o empoderamento individual e a capacidade de enfrentar a discriminação de gênero. As participantes relatam que o programa as ajudou a valorizar a si mesmas, a reconhecer seus direitos, a buscar independência financeira, a superar a submissão e a violência de gênero, além de melhorar a interação social e a autoconfiança. Elas destacam a importância de adquirir conhecimentos e habilidades, o que permitiu buscarem empregos, iniciar negócios e participarem ativamente da sociedade. O programa também promove uma mudança cultural mais ampla, desafiando as percepções

tradicionais de gênero e incentivando a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Segundo os relatos, as participantes passaram a se posicionar com mais confiança, a reivindicar seus direitos e a contribuir de maneira mais significativa para suas comunidades.

Além disso, o programa não se limita a fornecer habilidades técnicas, mas também gera uma transformação interna, promovendo autoconhecimento, empatia e conscientização sobre questões de gênero. As mulheres relatam mudanças em suas vidas, desde a busca por oportunidades de emprego até uma visão mais ampla e compassiva do mundo. Chama a atenção o fato de o programa mulheres sim ser destacado por elas como espaço de sociabilidade, mais até que de aprendizado, demonstrando um caráter de necessidade que elas têm encontrarem com outras pessoas, de compartilharem e como isso também atua diretamente na saúde delas.

De forma geral, o programa Mulheres Sim do IFSC-SC quando analisado como política pública, apresenta um diálogo possível com o desenvolvimento regional. Ao promover o desenvolvimento pessoal e profissional das participantes, o programa não apenas fortalece as perspectivas de equidade de gênero, mas também contribui para o fortalecimento das comunidades locais. A parceria com o CRAS reflete um compromisso conjunto, criando espaços inclusivos que têm implicações diretas no cenário regional.

Nesse contexto, o programa Mulheres Sim do IFSC demonstra seu comprometimento com a emancipação feminina e, por extensão, com o desenvolvimento regional. O investimento na educação e na geração de emprego e renda não apenas impacta diretamente vidas individuais, mas também contribui para uma transformação abrangente nas comunidades, ressaltando a importância contínua e sustentada de tais iniciativas para impulsionar o progresso regional, evidenciando a importância da relação entre políticas públicas e o desenvolvimento regional.

Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se a análise de edições adicionais e a expansão para um âmbito regional mais amplo. Cada campus pode ter particularidades que influenciam os resultados, como diferenças na infraestrutura tecnológica, demografia das estudantes e capacidade de adaptação dos professores, o que permitiria uma compreensão mais abrangente dos desafios e sucessos enfrentados em diferentes áreas. Outro ponto que também pode ser abordado é em

relação aos movimentos sociais reforçando o protagonismo desses frente as políticas públicas.

É importante considerar que esta pesquisa teve algumas limitações. Uma delas foi a falta de dados históricos e comparativos, devido à pesquisa ser inédita no campus do IFSC-SLO. Apesar das limitações, este estudo contribuiu para o campo emergente de estudos sobre políticas públicas e desenvolvimento regional, oferecendo perspectivas promissoras de problematização sobre as experiências vivenciadas no contexto regional do oeste de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

AMNOROESTE. **AMNoroeste Municípios da região**. São Lourenço do Oeste, SC. [s.d.] Disponível em: <https://www.amnoroeste.org.br/index/municipios-regiao/codMapaltem/140861>. Acesso em: 08 de jun. de 2021.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz **Otávio**. **Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940**. Cadernos pagu, p. 213-254, 2006.

BARDIN, Laurence, **Análise de Conteúdo**, tradução: Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro, São Paulo: Edições 70, 3ª Re-impressão 2016.

BOISIER, Sergio. **Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 13, p. 111-147, 1996.

BRASIL. **Decreto 7.566 de 23/09/1909**. Cria nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1909. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso dia 18 de jan. de 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 de maio de 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, DF: Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, 2005. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf. Acesso em: 25 de maio de 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal [...]. Brasília, DF: Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 27 de maio de 2022.

BRASIL. **Lei nº11.770, DE 9 de setembro de 2008**. Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991. Brasília, DF: Presidência da República, 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11770.htm. Acesso em: 02 de jun. de 2022.

BRASIL. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2008**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008b. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf. Acesso dia 24 de maio de 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 07 de jun. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009**. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm. Acesso em: 01 de jun. de 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.227 de 12 de Abril de 2010**. Cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. Brasília, DF: Presidência da República, 2010a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12227.htm. Acesso em: 02 de jun. de 2022.

BRASIL. **Um novo Modelo em Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&Itemid=30192. Acesso dia 20/01/2022.

BRASIL. **Portaria Nº 1.015 de 21 de julho de 2011**. Publicada no DOU em 22 jul. 2011. P. 38. Seção 1.

BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm. Acesso em: 04 de jun. de 2021.

BRASIL. **Plano Nacional de políticas para as mulheres 2013**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf. Acesso em: 24 de maio de 2022.

BRASIL. **Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/68731-historico-da-educacao-profissional-e-tecnologica-no-brasil>. Acesso em: 18 de jan. de 2022.

BRASIL. **Instituições da Rede Federal**: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal->

DE ALMEIDA TELES, Maria Amélia. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. Alameda Casa Editorial, 2018.

DEMETRIO, Milena et al. **Agroindústrias familiares ecológicas e a agregação de valor alimentar**: trajetória de mulheres rurais no desenvolvimento regional. 2022. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

DOS SANTOS, Cristiano Lange; FURLANETTO, Claudia Paim. **Participação feminina na política**: exame da Lei nº 12.034/2009 e a previsão de cotas de gênero. Revista de Informação Legislativa, v. 56, n. 223, p. 191-211, 2019.

DYE, Thomas R. **Understanding Public Policy**. 12th ed. New Jersey, Pearson/Prentice Hall, 2008.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Políticas públicas e gênero**. Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, v. 8, p. 127-142, 2004.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FLORIANI, Dimas; VERGARA, Nelson. **Rumo a um pensamento socioambiental**: aproximações epistemológicas e sociológicas. Desenvolvimento e meio ambiente, v. 35, 2015.

FREY, Klaus. **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio, organizador. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. 320p.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro De Segurança Pública**. 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v6-bx.pdf>. Acesso em: 06 de jan. de 2022.

FURTADO, Celso. **Os combates de um economista** / Organizadores: Adroaldo Quintela [et al.]. – São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2020. 352 p.

FURTADO Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro internacional Celso Furtado, 2009. 234 p

GONÇALVES, G.C.; AFFONSO, L.M.F.; TEIXEIRA, V.R.; AL., E. **Elaboração e implementação de políticas públicas**. Porto Alegre: SAGAH, Grupo A, 2017. 9788595021952. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595021952/>. Acesso em: 21 de mar. de 2022.

GROSFUGUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. Soc. Estado, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, Apr. 2016 .

HIRATA, Helena. **Gênero, patriarcado, trabalho e classe**. Revista Trabalho Necessário, v. 16, n. 29, p. 14-27, 2018.

HIRATA, Helena. **Comparando relações de cuidado: Brasil, França, Japão**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 98, n. 34, p. 25-40, abr. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero. Indicadores sociais das mulheres no Brasil Estudos e Pesquisas**. 2018. Informação Demográfica e Socioeconômica n.38. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163?=&t=o-que-e>. Acesso em: 11 de jan. de 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 10 de jan. de 2022.

IFSC. **Iniciativas sociais: Mulheres Sim**. 2018a. Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/iniciativas-sociais>. Acesso em: 23 de abr. de 2021.

IFSC. **Portal do IFSC**. 2018b. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/o-ifsc>. Acesso em: 03 de jun. de 2021.

IFSC. **Campus São Lourenço do Oeste, Cursos**. 2019a. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/web/campus-sao-lourenco-do-oeste/cursos>. Acesso em: 07 de jun. de 2021.

IFSC. **Campus São Lourenço do Oeste, Relatórios de Gestão**. 2019b. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/web/campus-sao-lourenco-do-oeste/relatorio-de-gestao>. Acesso em: 07 de jun. de 2021.

IFSC. **Edital PROEX nº 07/2019 Mulheres Sim**. 2019c. Disponível em: [https://intranet.ifsc.edu.br/images/file/Extens%c3%a3o/2019/edital_proex_07_2019_Mulheres%20SIM%2004_07_19%20\(retificado\)\(1\).pdf](https://intranet.ifsc.edu.br/images/file/Extens%c3%a3o/2019/edital_proex_07_2019_Mulheres%20SIM%2004_07_19%20(retificado)(1).pdf). Acesso em: 01 de jun de 2021.

LAGOS, Márcia Beraldo; DE LREETS BERNARTT, Maria. **“Palmas para Mulheres Mil” em Comunidades Quilombolas e a Participação do IFPR**. Revista de Ciências Humanas, v. 18, n. 02, pág. 27-49, 2017.

LAHOZ-LORENZO, Paula. **Políticas públicas: uma ferramenta para acelerar a igualdade de gênero**. 2021. Disponível em: https://www.cidob.org/es/articulos/revista_cidob_d_afers_internacionales/127/politicas

_publicas_uma_herramienta_de_aceleracion_de_la_igualdad_de_genero. Acesso em: 02 de abr. de 2022.

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How.** Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. **Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local.** Metamorfose, 2018.

LOTTA, Gabriela Organizadora. **Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil.** 2019. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4162>. Acesso em: 06 de maio de 2022.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial.** Estudos Feministas, Florianópolis, n.22, v. 3, 2014.

MENY, Yves; THOENIG, Jean-Claude; MORATA, Francisco. **Políticas públicas.** Barcelona: Ariel, 1992.

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 28ª, Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

OBS Brasil - Objetivos De Desenvolvimento Sustentável. **Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.** 2022. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=5>. Acesso em: 04 de jan. de 2022.

OLIVEIRA, Gilson B. de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento.** Revista FAE, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002.

ONU Brasil. Nações unidas no Brasil. **Violência contra mulheres: campanha da ONU Brasil pede vida e dignidade.** 2021. <https://brasil.un.org/pt-br/159309-violencia-contra-mulheres-campanha-da-onu-brasil-pede-vida-e-dignidade>. Acesso dia 06 de jan. de 2022.

ONU MULHER. **Mulheres ainda enfrentam desigualdade no acesso a empregos e educação, diz ONU.** 2017. disponível em: <https://nacoesunidas.org/mulheres-ainda-enfrentam-desigualdade-no-acesso-a-empregos-e-educacao-diz-onu>. Acesso em: 20 de jan. de 2021.

ONU. **Declaração e Plataforma de Ação de Pequim 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher – Pequim (1995): “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”.** Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf. Acesso em: 15 de maio de 2022.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** 2010. Natal: IFRN. Disponível em:

<http://200.129.0.130/bitstream/handle/123456789/1274/Os%20institutos%20federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 de jan. de 2022.

PISCITELLI, Adriana. “**Gênero**: a história de um conceito”. In: BUARQUE DE ALMEIDA, H.; SZWAKO, J. (org.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (coord.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso (2000).

QUINTELA, Adroaldo et al. (Ed.). **Celso Furtado: os combates de um economista**. Fundação Perseu Abramo, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** 2017. Belo Horizonte(MG): Letramento: Justificando. Disponível em: <https://www.sindjorce.org.br/wp-content/uploads/2019/10/RIBEIRO-D.-O-que-e-lugar-de-fala.pdf>. Acesso dia 05 de Agosto de 2023.

REDE FEDERAL. **Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. 2019. Disponível em: <https://110anos.redefederal.org.br/#fa%C3%A7a-parte>. Acesso em: 20 de jan. de 2022.

ROSA, Stella. **Mulheres Mil na Rede Federal: caminhos da inclusão**. Brasília, SETEC/MEC, 2011. Disponível em: http://mulheresmil.mec.gov.br/images/stories/pdf/geral/mulheres_mil_na_rede_federal_-_caminhos_da_inclusao.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2021.

ROSA, Stela Marcia Moreira et al. **Reconhecimento de saberes no Programa Mulheres Mil: entre a colonialidade do poder e de gênero**. 2016.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**; prefácio de Antônio Cândido de Mello & Souza. Petrópolis, Vozes, 1976.

SCOTT, Joan. **Gênero, uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, v.15, n .2,1990.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquema de análise, casos práticos**. 2ª. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SECCHI, Leonardo. **Análise de Políticas Públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de S.; PIRES, Valdemir. **Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concursos**. Cengage Learning Brasil, 2019.

SENADO FEDERAL. **Parlamentares cobram investimentos em políticas para mulheres**. 2022. Disponível em:

www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/04/27/parlamentares-cobram-investimentos-em-politicas-para-mulheres. Acesso em 04 de jun. de 2022.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez editora, 2014.

SCHMITT, Adriana Regina Vettorazzi. **Mulheres Sim**. 2020. Tese de Mestrado. Disponível em: https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/1479/Disserta%c3%a7%c3%a3o_Adrina_Vettorazzi_Schmitt.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 03 de maio de 2021.

SIGAA. Sistema Integrado de Atividades Acadêmicas. Consulte as atividades de extensão desenvolvidas pelo IFSC. **Mulheres Sim**. 2017. Disponível em: https://sigaa.ifsc.edu.br/sigaa/public/extensao/consulta_extensao.jsf. Acesso em: 29 de abr. de 2021.

SIGAA. Sistema Integrado de Atividades Acadêmicas. Consulte as atividades de extensão desenvolvidas pelo IFSC. **Mulheres Sim**. 2018. Disponível em https://sigaa.ifsc.edu.br/sigaa/public/extensao/consulta_extensao.jsf. Acesso em 29 de abr. de 2021.

SIGAA. Sistema Integrado de Atividades Acadêmicas. Consulte as atividades de extensão desenvolvidas pelo IFSC. **Mulheres Sim**. 2019. Disponível em https://sigaa.ifsc.edu.br/sigaa/public/extensao/consulta_extensao.jsf. Acesso em: 29 de abr. de 2021.

SOUZA, Celina. “**Estado do campo**” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/P74kwjCmQ5Q5ySrKLYpgdCB/?lang=pt>. Acesso em: 26 mar. 2022.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura**. Sociologias (UFRGS), Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAVARES, M. Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (Orgs.)(2009). **Epistemologias do Sul**, p. 183-189.

TELES, Fabiane B. M. **Programa Mulheres Mil: Um Olhar Sobre a inserção das egressas no mundo do trabalho**. 2015. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19895/1/2015_FabieneBritoMendesTeles.pdf. Acesso em: 11 de maio de 2021.

TSE. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleições e Plebiscitos e Referendos**. 2018. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-plebiscitos-e-referendos>. Acesso em: 18 de jan. de 2022.

THEIS, Ivo Marcos. **O que é desenvolvimento regional?** Uma aproximação a partir da realidade brasileira. *Redes. Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 24, n. 3, p. 334-360, 2019.

THOENIG, Jean-Claude. **L'analyse des politiques publiques**. In: GRAWITZ, Madeleine; LÉCA, Jean. *Traité de science politique*. V. 4: Les politiques publiques. Paris: PUF, 1985.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antônio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

WALLERSTEIN, I. (2001). **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto.

ZAMBAM, Neuro José; KUJAWA, Henrique Aniceto. **As políticas públicas em Amartya Sen: condição de agente e liberdade social**. *Revista Brasileira de Direito, Passo Fundo*, v. 13, n. 1, p. 60-85, mar. 2017. ISSN 2238-0604. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1486>. Acesso em: 06 de jun. de 2021.

ANEXO I - QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO 2018/2019

Este questionário servirá para auxiliar na identificação de perfil das alunas do Programa Mulheres Sim do IFSC. Não precisa colocar o nome. Ao preencher este questionário você contribuirá para o planejamento das ações do programa. As informações serão sigilosas e você não será identificada.

1- Idade

- 15 a 19 anos 20 a 24 anos 25 a 29 anos
 30 a 34 anos 35 a 39 anos 40 a 44 anos
 45 a 49 anos 50 a 54 anos 55 a 59 anos
 60 a 64 anos 65 a 69 anos mais de 70 anos

2- Cor ou raça

- Branca Preta Parda
 Indígena Amarela Não desejo declarar

3- A região que você mora é:

- Urbana Rural

4- Qual a distância entre a sua residência e o campus do IFSC

- Fica na mesma cidade até 50 km 51 a 100 km mais de 100 km

4- Tem filhos(as)?

- não possui um dois três quatro ou mais

5- Informe a sua escolaridade:

- Nunca estudou
 Ensino fundamental I (1a a 4a série) Incompleto
 Ensino fundamental I (1a a 4a série) Completo
 Ensino fundamental II (5a a 8a série) Incompleto
 Ensino fundamental II (5a a 8a série) Completo
 Ensino médio incompleto
 Ensino médio completo
 Ensino superior incompleto
 Ensino superior completo
 Pós graduação

6- Você estuda em outro curso atualmente?

- Sim. Qual? _____
 Não

7- Preciou interromper os estudos alguma vez na vida? Se sim, quantos anos tinha?

Não Sim Idade: _____

Caso Sim, liste o motivo:

- Necessidade de trabalhar
- Problemas de saúde
- Casamento / filhos
- Não tinha interesse / desisti
- Dificuldade de acesso à escola (distante)
- Outros

8- Estado civil

- casada
- união estável
- solteira
- separada/divorciada
- viúva

9- Seu imóvel é:

- Próprio Alugado Cedido Outro. Qual?

10- Quantas pessoas moram com você? Considere você também no número total

- 01 (somente eu)
- 02 pessoas
- 03 pessoas
- 04 pessoas
- 05 ou mais

11- Você trabalha atualmente? (Em empresa, como autônoma, etc)

- Sim Não

12- A renda que você recebe é de: (pode marcar mais de uma)

- Emprego com carteira assinada/ servidora pública
- Autônomo/Informal/Conta própria
- Aposentadoria/Pensão
- Benefícios sociais (Bolsa Família, BPC, etc)
- Ajuda de familiares/Amigos
- Aluguel de imóveis
- Outros

13- Renda INDIVIDUAL: valor em Salário Mínimo (SM) Soma de todos os rendimentos da ALUNA (benefícios, salário, aposentadoria, etc).

- Não tenho Até 1 SM
- Entre 1 e 2 SM Entre 2 e 5 SM
- Acima de 5 SM

14- Renda total FAMILIAR: valor em Salário Mínimo (SM) Soma de todos os rendimentos da FAMÍLIA, incluindo a renda da aluna.

Até 1 SM Entre 1 e 2 SM Entre 2 e 5 SM Acima de 5 SM

15- De que forma a sua família depende do seu rendimento?

- Não trabalho, então não posso contribuir.
- Trabalho, mas minha família não depende do meu salário.
- Parcialmente, pois outros membros da família trabalham.
- Totalmente, pois só eu trabalho.

16- Possui alguma deficiência?

não sim.

Se sim, qual/quais?

- Visual
- Auditiva
- Motora
- Mental ou Intelectual

17- Tem vontade de continuar estudando no IFSC após este curso?

sim não

18- Gostaria de continuar os estudos para concluir o ensino fundamental/médio (se for o caso)?

sim não

19- Já sofreu algum tipo de violência doméstica (física, psicológica, moral)?

sim não

ANEXO II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) E TERMO DE CONSENTIMENTO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM, SOM E/OU VOZ (TCUISV)

Título da Pesquisa: O Programa Mulheres Sim e as Repercussões para o Desenvolvimento Regional sob o Enfoque Da Análise de Políticas Públicas

Pesquisador(es/as) ou outro (a) profissional responsável pela pesquisa, com Endereços e Telefones:

Orientadora: Professora Dra. Giovanna Pezarico. Endereço: Rua Morretes, 523, apto. 201, bairro Portão, Curitiba - PR. Telefone: (41) 99648- 6378. E-mail: gpezarico@utfpr.edu.br

Orientanda: Mariene Peres Morona, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, do Câmpus de Pato Branco, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Endereço: Rua Rio de Janeiro, 1505, bairro Santa Catarina, São Lourenço do Oeste – SC. Telefone (49) 98864-6007 – E-mail: mariene.morona@ifsc.edu.br.

Instituição: Universidade Tecnológica Federal do Paraná- Câmpus Pato Branco Endereço da Pesquisadora Responsável: Via do Conhecimento, KM 01, s/n - Fraron, Pato Branco - PR, 85503-390.

Local de Realização da Pesquisa: São Lourenço do Oeste - SC, Jupirá - SC e Galvão - SC.

1) INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE

A) APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Você está sendo convidado para participar de uma pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Pato Branco-PR. O estudo tem por objetivo analisar o programa Mulheres Sim a partir da perspectiva da análise de políticas públicas e suas repercussões para o desenvolvimento regional. A relevância desta pesquisa encontra-se na possibilidade de a partir de diálogos entre políticas públicas, mulheres e educação profissional e tecnológica de acrescentar estudos e até mesmo possíveis propostas para políticas públicas de gênero na promoção da inclusão das mulheres nas dimensões educacional, econômica, social e cultural.

Para tornar estes objetivos possíveis, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com as mulheres participantes do Programa Mulheres Sim e os responsáveis pela execução do programa no Instituto Federal de Santa Catarina campus de São Lourenço do Oeste - SC (IFSC/SLO-SC) e no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) de São Lourenço do Oeste - SC, Jupirá - SC e Galvão - SC.

O termo que você está lendo é uma exigência da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), diretamente ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS). Este termo existe para assegurar-lhe participação autônoma, consciente, livre e esclarecida. A resolução propõe que toda pesquisa envolvendo seres humanos, direta ou indiretamente, deverá ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa. De acordo com a Resolução CNS nº 466 de 2012, é dever dos pesquisadores de exercer ética no decorrer da pesquisa, zelando pelo respeito ao participante e preservação de sua dignidade e autonomia, prevalecendo suas vontades de participar da pesquisa e contribuir com as temáticas apresentadas ou de abster sua participação mediante manifestação expressa, livre e esclarecida. Para cumprimento destas obrigações, a pesquisa será submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

B) OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral do presente estudo é analisar o programa Mulheres Sim desenvolvido pelo IFSC campus de São Lourenço do Oeste - SC a partir da perspectiva da análise de políticas públicas e suas repercussões para o desenvolvimento regional. Com vistas ao seu atendimento, foram estabelecidos alguns objetivos específicos, a saber: descrever o Programa Mulheres Sim e as vinculações com as políticas públicas do Programa Mulheres Mil; compreender o contexto do qual emerge o Programa Mulheres Sim em termos de agenda decisória; identificar os atores políticos relevantes na sua implementação; caracterizar o perfil das participantes; identificar as possíveis repercussões em relação aos resultados originados pelo Programa Mulheres Sim, a partir da perspectiva das participantes e da instituição promotora.

C) PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Você foi selecionado por atender aos critérios de inclusão descritos no tópico A). Se concordar com os termos aqui presentes, sua participação ocorrerá da seguinte forma:

1º) Você será solicitada a responder perguntas sobre sua participação no programa Mulheres Sim e suas impressões sobre essa participação. Não existem respostas corretas ou incorretas, e o tempo necessário será de aproximadamente 40 minutos, mas você poderá interromper sua participação a qualquer momento. O local da entrevista ocorrerá no Centro de Referência e Assistência Social - CRAS ou na residência de cada participante. O horário e dia da entrevista será agendado com antecedência pela pesquisadora.

2º) Durante as entrevistas, poderão ocorrer filmagens e gravações de áudio para posterior transcrição. Os entrevistados poderão obter acesso à transcrição da entrevista da qual participou para que efetue a leitura e confirme se está de acordo com seu ponto de vista. Caso alguma parte da entrevista não corresponda ao que você almejou transmitir, ela poderá ser modificada, corrigida ou retirada da transcrição, conforme sua indicação.

D) CONFIDENCIALIDADE

Os conteúdos resultantes das entrevistas, dos contatos estabelecidos e das transcrições são de caráter confidencial. Somente os pesquisadores irão ter acesso a estes arquivos. Esta pesquisa atende as normas da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do CNS, garantindo sigilo acerca dos dados produzidos por esta pesquisa. É recomendável ao participante que, em eventual concordância com a participação na pesquisa, mantenha em sua posse uma cópia virtual desse documento em seu dispositivo ou em nuvem, ou uma cópia impressa.

E) RISCOS E BENEFÍCIOS

Os riscos presentes nesta pesquisa relacionam-se com a existência de possibilidades de constrangimento ao conceder a entrevista, e do desconforto pessoal com os meios de gravação a serem utilizados (vídeo e áudio). Atestados os riscos, é fator primordial aos pesquisadores o de garantir segurança ao entrevistado e reduzir estes riscos ao seu valor mínimo. Para tanto, os pesquisadores deverão informar cada etapa a ser realizada com as participantes, tal como dialogar acerca das condições de participação de cada entrevistado nos espaços físicos, garantindo-lhes confiabilidade no processo. Para garantir a efetividade de sua participação, os pesquisadores seguirão as recomendações da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do CNS.

De modo a mitigar potenciais constrangimentos, as participantes serão informadas de que poderão desistir ou interromper a entrevista em qualquer momento ou ainda optarem por não responderem questões que lhes sejam sensíveis. Do mesmo modo, poderão escolher o local que consideram mais adequados para a realização da entrevista e conforme horário e disponibilidade que lhes forem mais convenientes.

Os benefícios que esta pesquisa proporcionará, dizem respeito aos espaços de fala e escuta das mulheres participantes em relação às suas vivências e aos diálogos mantidos

com as pesquisadoras que poderão auxiliar nas questões relacionadas as suas inserções ao mercado de trabalho. Também poderá beneficiar gestores do programa sobre as reflexões, aprimoramento de suas abordagens em relação ao programa Mulheres Sim, no desenvolvimento regional.

F) CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Para o desenvolvimento do estudo foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão:

- mulheres participantes do programa Mulheres Sim das edições dos anos de 2018 e 2019 maiores de 18 anos, residentes nas cidades de São Lourenço do Oeste - SC, Jupiá - SC e Galvão -SC;
- mulheres participantes do programa Mulheres Sim das edições dos anos de 2018 e 2019 maiores de 18 anos, residentes nas cidades de São Lourenço do Oeste - SC, Jupiá- SC e Galvão –SC que não conseguiram concluir o programa;
- gestores do IFSC/SLO e do CRAS de São Lourenço do Oeste – SC, Galvão -SC, e Jupiá-SC que atuaram na oferta do programa.

Para o desenvolvimento do estudo foram estabelecidos os seguintes critérios de exclusão:

- mulheres participantes do programa Mulheres Sim que estejam impossibilitadas de participar por questões de saúde, férias ou afastamento de qualquer natureza;
- gestores do IFSC/SLO e do Centro de Referência e Assistência Social - CRAS de São Lourenço do Oeste – SC, Galvão –SC e Jupiá-SC que estejam de férias ou em afastamentos de suas atividades de qualquer natureza;
- gestores do IFSC/SLO e do Centro de Referência e Assistência Social - CRAS de São Lourenço do Oeste – SC, Galvão –SC e Jupiá-SC que deixaram de atuar na oferta do programa.

G) DIREITO DE SAIR DA PESQUISA E A ESCLARECIMENTOS DURANTE O PROCESSO

Todo participante possui o direito de deixar este estudo a qualquer momento, possuindo também o direito de receber esclarecimentos em qualquer etapa da pesquisa. Desta forma, você possui liberdade para recusar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem ser penalizado por sua decisão.

Você pode assinalar o campo a seguir, para receber o resultado desta pesquisa, caso seja de seu interesse:

- quero receber os resultados da pesquisa (e-mail para envio: _____)
- não quero receber os resultados da pesquisa

H) RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO

Não haverá despesas pessoais ou compensações financeiras em decorrência de sua participação nesta pesquisa. Vale ressaltar que, entretanto, você possui direito de requerer indenização em razão de qualquer dano que venha a sofrer.

ESCLARECIMENTOS SOBRE O COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) é constituído por uma equipe de profissionais com formação multidisciplinar que está trabalhando para assegurar o respeito aos seus direitos como participante de pesquisa. Ele tem por objetivo avaliar se a pesquisa foi planejada e se será executada de forma ética. Se você considerar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você foi informado ou que você está sendo prejudicado de alguma forma, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR) – Câmpus Dois Vizinhos. Endereço: Estrada para Boa Esperança, km 04 – zona rural – Bloco G 10 – sala 711.

2) CONSENTIMENTO

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação na pesquisa. Declaro ainda, que compreendi o objetivo, a natureza, os riscos, benefícios, ressarcimento e indenização relacionados a este estudo.

Após reflexão e um tempo razoável, decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo, permitindo aos pesquisadores que obtenham informações a meu respeito por meio das metodologias que à mim foram apresentadas neste documento, permitindo o uso dos áudios e vídeos que serão gravados comigo para posterior transcrição e para os fins desta pesquisa científica/educacional. Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo e que, permanecendo na pesquisa não serei identificado(a) pelo nome ou qualquer outra forma.

Nome Completo: _____

RG: _____ Data de Nascimento: ____ / ____ / ____ Telefone: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Assinatura: _____ Data: ____ / ____ / 2023

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Nome completo dos Pesquisadores: Giovanna Pezarico e Mariene Peres Morona

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com Mariene Peres Morona, via e-mail (mariene.morona@ifsc.edu.br) ou telefone (49) 98864-6007.

Contato do Comitê de Ética em Pesquisa que envolve seres humanos para denúncia, recurso ou reclamações do participante pesquisado: Comitê de Ética da UTFPR – Câmpus Dois Vizinhos - Estrada para Boa Esperança, km 04 – Zona Rural – Bloco G10 – sala 711, Dois Vizinhos – PR. Horário de atendimento: Segunda e Quinta-feira das 08h30min às 11h30min - Telefone: (46)3536-8215 - e-mail: coep-dv@utfpr.edu.br.

APÊNDICE I - Roteiro de entrevista para as concluintes do Programa Mulheres SIM

Pergunta principal	Questões a serem exploradas
1. Identificação	1.1 Qual o seu nome? 1.2 Qual a sua idade? 1.3 Qual a cidade de sua residência? 1.4 Qual o seu estado civil? 1.5 Você tem filhos? Quantos?
2. Acesso à educação	2.1 Como foi sua vida escolar? Até que série ou curso? 2.2. Você já foi obrigada a deixar de estudar, ou de participar de cursos de formação por algum motivo, por exemplo trabalhar ou cuidar da família? 2.3. Se você pudesse mudar alguma coisa na sua vida escolar, qual seria? 2.4 A participação no curso Mulheres Sim despertou a sua vontade de continuar estudando? 2.5. Já fez algum outro curso depois que terminou o Mulheres Sim? 2.6. Qual curso gostaria de fazer, pelas experiências que teve com o Mulheres Sim? 2.7. Quais cursos o IFSC – SLO poderia oferecer para você? Por quê?
3. Residência	3.1 Incluindo você, quantas pessoas moram em sua residência? 3.2 Sua residência é própria, alugada ou cedida? 3.3 Sua residência está localizada no meio urbano ou rural?
4. Rendimentos	4.1 Você trabalha atualmente? 4.2 Qual a faixa de sua renda mensal? 4.3 Recebe algum tipo de benefício social do Governo Federal ou Estadual? 4.4 Qual a renda mensal da família?
5. Programa Mulheres Sim	5.1 Qual o ano que você realizou o curso? 5.2 Fale sobre o que a motivou a participar do curso Mulheres Sim, quais eram as suas expectativas? 5.3 Fale sobre como ficou sabendo do curso Mulheres Sim e se teve dificuldades para fazer a sua matrícula? 5.4 O valor recebido da assistência estudantil foi importante para a sua participação no curso, por quê? O que foi possível comprar com esse valor? 5.5 Conte sobre como foi o seu primeiro contato com o curso, nos primeiros dias de aula. O que você mais gostou quando começaram as aulas do curso? 5.6 Como você avalia o atendimento dos professores e demais servidores do IFSC? 5.7 Como foi sua experiência nas aulas práticas e como aplicou os conhecimentos no seu dia a dia? 5.8 Descreva uma atividade desenvolvida em sala de aula que tenha sido a melhor, aquela que mais lhe marcou. Lembra quem foi o professor que fez essa atividade? 5.9 Por outro lado, você lembra de alguma experiência que tenha sido ruim em sala de aula, que te marcou negativamente? Por quê? 5.10 Fale sobre o relacionamento entre você e os professores, pontos positivos e negativos.

5.11 Sobre a vivência em sala de aula, com suas colegas, conte como aconteceu a interação, se você fez amizades? Você acha que elas eram iguais ou diferentes de você?

5.12 Fale sobre o que você não gostou do curso Mulheres Sim. Por quê?

5.13 A carga horária foi adequada aos temas propostos?

5.14. De que forma você recebeu apoio e estímulo para a permanência no programa?

**6. Impacto do Mulheres
Sim na vida das
egressas**

6.1 Você conseguiu um emprego ou a renda da sua família aumentou após a sua participação no programa?

6.2 Os conhecimentos adquiridos no curso quanto a prevenção da violência dos seus direitos, contribuíram para que você consiga ajudar outras pessoas que estejam sofrendo, especialmente a violência doméstica e familiar.

6.3 Você acha que o programa cumpre com os objetivos de contribuir para o acesso à educação, combate às violências e emancipação das mulheres?

6.4 Se ainda não trabalha, pretende trabalhar com carteira assinada após o curso?

6.5 Você teve conhecimento sobre leis para abrir um negócio próprio durante o curso?

6.6 O programa levou você a repensar o papel das mulheres na sociedade?

6.7 O Projeto propiciou espaço para reflexão das desigualdades entre homens e mulheres?

6.8 Fale se as atividades desenvolvidas no programa provocaram mudanças significativas em seu dia a dia?

6.9 A participação no programa pode constituir-se em um fator de mudança na sua vida social e econômica? Você se sente uma pessoa diferente depois da participação no Programa?

6.10 O programa proporcionou a sua autoestima, relacionamento com o seu meio social, na busca por um emprego ou de outra forma? Comente sobre isso?

APÊNDICE II - Roteiro de entrevista Servidora do IFSC

1. Que fatores motivaram o campus SLO a participar das edições do Programa Mulheres Sim?
2. O que o Programa Mulheres Sim representa para o IFSC-SLO?
3. Quais os fatores fundamentais para a execução do Programa Mulheres Sim?
4. Quais foram as dificuldades encontradas para a realização do Programa no campus?
5. Quais as peculiaridades/especificidades de ministrar aula para uma turma formada somente de mulheres e com pouca, ou nenhuma escolaridade?
6. Os docentes que atuam no programa recebem alguma capacitação para ministrar as disciplinas?
7. Essa configuração da turma impactou nas práticas pedagógicas, planos de aula, maneiras de trabalhar os conteúdos e avaliar?
8. Como eram as abordagens junto às mulheres que não estavam frequentando o programa? Em caso de desistência do curso, quais eram os encaminhamentos realizados?
9. Quais as impressões percebidas antes, durante e após a participação das mulheres no programa?
10. Quais os avanços que o Programa Mulheres Sim tem ainda pela frente?

APÊNDICE III - Roteiro de entrevista Assistente Social do CRAS

1. Qual a participação do CRAS nas edições do Programa Mulheres Sim do IFSC-SLO?
2. Que fatores motivaram o CRAS a participar das edições do Programa Mulheres Sim?
3. O que o Programa Mulheres Sim representa para o CRAS?
4. Como foi realizado e quais os critérios definidos pelo CRAS para a seleção das mulheres?
5. E como foi realizado o levantamento das condições socioeconômicas dessas mulheres?
6. Após a participação das mulheres no Programa Mulheres Sim, percebeu-se alguma mudança significativa em suas vidas?
7. Quais as sugestões de melhoria para o IFSC-SLO quanto ao programa Mulheres Sim?

APÊNDICE IV - Tabela síntese da Faixa Etária, Cor/Raça e Estado Civil das participantes do programa Mulheres Sim dos anos de 2018 e 2019

		Ano de 2018	Ano de 2019
Idade	15 a 34	56%	5%
	35 a 54	37%	60%
	Mais de 55	7%	35%
Cor/Raça	Branca	47%	65%
	Preta	7%	5%
	Parda	46%	25%
	Indígena	0%	0%
	Amarela	0%	0%
	Não desejo declarar	0%	5%
Estado Civil	Casada	30%	45%
	União-estável	43%	35%
	Solteira	23%	5%
	Separada/divorciada	4%	10%
	Viúva	0%	0%
	Não respondeu	0%	5%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados dos arquivos internos do IFSC (2022).

APÊNDICE V - Tabela síntese da escolaridade das participantes do Programa Mulheres Sim dos anos de 2018 e 2019

		Ano de 2018	Ano de 2019
Escolaridade	Nunca estudou	3%	5%
	Ensino fundamental I (1 a 4 série) Incompleto	13%	1%
	Ensino fundamental I (1 a 4 série) Completo	13%	7%
	Ensino fundamental II (5 a 8 série) Incompleto	30%	10%
	Ensino fundamental II (5 a 8 série) Completo	17%	7%
	Ensino médio incompleto	7%	3%
	Ensino médio completo	10%	20%
	Ensino superior incompleto	0%	3%
	Não informou	0%	33%
Interrompeu estudos	Não	23%	10%
	Sim	77%	80%
	Não respondeu	0%	10%
Motivo	Necessidade de trabalhar	27%	40%
	Problemas de saúde	0%	0%
	Casamento / filhos	23%	5%
	Não tinha interesse / desisti	20%	0%
	Dificuldade de acesso à escola	3%	20%
	Outros	0%	10%
	Não respondeu	0%	25%
Estuda atualmente	Sim	3%	5%
	Não	97%	80%
	Não respondeu	0%	15%
Intenção de estudar no IFSC futuramente	Sim	93%	95%
	Não	7%	0%
	Não respondeu	0%	5%
	Sim	63%	45%

Intenção de concluir o ensino fundamental/médio	Não	37%	10%
	Não respondeu	0%	45%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados dos arquivos internos do IFSC (2022).

APÊNDICE VI - Tabela síntese da residência das participantes do Programa Mulheres Sim ano de 2018 e 2019

		Ano de 2018	Ano de 2019
Local da Residência	Urbana	33%	70%
	Rural	67%	15%
	Não respondeu	0%	15%
Imóvel	Próprio	77%	75%
	Alugado	10%	10%
	Cedido	13%	5%
	Não respondeu	0%	10%
Distância entre a residência até o IFSC	Fica na mesma cidade	40%	20%
	Até 50km	60%	70%
	51 a 100 km	0%	5%
	Mais de 100 km	0%	0%
	Não respondeu	0%	5%
Quantidade de pessoas que moram na residência	01 (somente eu)	0%	10%
	02 pessoas	7%	35%
	03 pessoas	30%	10%
	04 pessoas	37%	10%
	5 ou mais	26%	30%
	Não respondeu	0%	5%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados dos arquivos internos do IFSC (2022).

APÊNDICE VII - Tabela síntese do trabalho e rendimentos financeiros das participantes do Programa Mulheres Sim dos anos de 2018 e 2019

		Ano de 2018	Ano de 2019
Trabalha atualmente	Sim	7%	15%
	Não	93%	80%
	Não respondeu	0%	5%
Contribui na Renda Familiar	Não trabalho, então não posso contribuir	77%	30%
	Trabalho mas minha família não depende do meu salário	0%	15%
	Parcialmente, pois outros membros da família trabalham	23%	40%
	Totalmente pois só eu trabalho	0%	10%
	Não respondeu	0%	5%
Fonte de Renda	Emprego com carteira assinada / servidora pública	0%	0%
	Autônomo/Informal/Conta própria	7%	25%
	Aposentadoria/Pensão	7%	25%
	Benefícios sociais (Bolsa Família, BPC, etc)	40%	25%
	Ajuda de familiares/Amigos	20%	0%
	Aluguel de imóveis	0%	0%
	Outros	40%	20%
	Não respondeu	0%	5%
Renda Individual em salários mínimos - SM	Não tenho	67%	40%
	Até 1 SM	33%	45%
	Entre 1 e 2 SM	0%	0%
	Entre 2 e SM	0%	5%
	Acima de 5 SM	0%	0%
	Não respondeu	0%	10%
Renda Total Familiar em salários mínimos - SM	Até 1 SM	70%	40%
	Entre 1 e 2 SM	20%	30%
	Entre 2 e 5 SM	10%	25%
	Não respondeu	0%	5%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados dos arquivos internos do IFSC (2022).

APÊNDICE VIII - Tabela síntese de outras informações das participantes do Programa Mulheres Sim dos anos de 2018 e 2019

		Ano de 2018	Ano de 2019
Quantidade de filhos	Não possuo	17%	5%
	Um	13%	0%
	Dois	37%	40%
	Três	17%	40%
	Quatro ou mais	17%	10%
	Não respondeu	0%	5%
Possui alguma deficiência	Não	100%	70%
	Sim	0%	25%
	Não respondeu	0%	5%
Tipo da deficiência	Visual	0%	0%
	Auditiva	0%	0%
	Motora	0%	15%
	Mental ou Intelectual	0%	5%
	(Outros)	0%	0%
	Não respondeu	0%	0%
Foi vítima de algum tipo de violência	Sim	7%	15%
	Não	93%	80%
	Não respondeu	0%	5%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados dos arquivos internos do IFSC (2022).